

EDITORA  
CRUZ

MÁRIO VASCONCELOS FILHO  
SÉRGIO DE CÁSSIO  
[ORGANIZADORES]

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS EM  
**ORGANIZAÇÕES**  
DA SOCIEDADE CIVIL

A EXPERIÊNCIA DA CARAVANA DO TERCEIRO SETOR  
CENTRO-OESTE NO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E  
APRIMORAMENTO DAS PARCERIAS ENTRE A SOCIEDADE  
CIVIL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALDIZA SOARES DA SILVA; CARLA RODRIGUES; EDUARDO MOTA;  
JORDANA OLIVEIRA; MAYHARA PATRICIA; MÔNICA MACEDO; PETER  
AQUINO; SILVIO ROCHA SANT'ANA; ZECA TEODORO  
[COLABORADORES]



É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de quaisquer forma ou por qualquer meio sem a autorização prévia e por escrito da Editora Cruz. A violação dos Direitos Autorais (Lei n. 610/98) é crime estabelecido pelo artigo 48 do Código Penal.

#### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M2941m Mário Vasconcelos Filho, Sérgio de Cássio (Organizadores).

Manual de boas práticas em organizações da sociedade civil : a experiência da Caravana do Terceiro Setor Centro-Oeste no desenvolvimento institucional e aprimoramento das parcerias entre a sociedade civil e a Administração Pública / Mário Vasconcelos Filho, Sérgio de Cássio (Organizadores) – Goiânia : Editora Cruz, 2026.

168 p. ; il. ; 23 cm

ISBN: 978-85-69080-31-2.

1. Terceiro Setor. 2. Organização da Sociedade Civil (OSC). 3. Organização da Sociedade Civil - Manual. 4. Entidade de Interesse Social. 5. Caravana do Terceiro Setor Centro-Oeste. I. Título. II. Subtítulo. III. Vasconcelos Filho, Mário. IV. Cássio, Sérgio de.tulo.

CDU: 347.191.11:35

Catálogo: Dannilo Ribeiro Garcês Bueno, Bibliotecário - CRB-1: 2162

#### **Editora Cruz:**

#### **Editor:**

Reginaldo Cruz.

#### **Autoria do texto:**

Mário Vasconcelos

Filho

Sérgio de Cássio (Organizadores)

#### **Revisão:**

Reginaldo Cruz

#### **Capa:**

Sophos Design

#### **Diagramação:**

Sophos Design

#### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Wilson Santana Silva

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. José Normando Gonçalves Meira

Universidade Unimontes

Prof. Dr. Jeová Rodrigues dos Santos

Faculdade Assembleiana do Brasil

Prof. Dr. Israel Serique dos Santos

Faculdade Fanap

Prof. Dr. Christian Brially Tavares de Medeiros

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dra. Lázara Divina Coêlho

Faculdade Assembleiana do Brasil

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS  
EM ORGANIZAÇÕES DA  
SOCIEDADE CIVIL

Copyright © MÁRIO  
VASCONCELOS FILHO, 2026

ISBN: 978-85-69080-31-2.

Copyright © Editora Cruz

Todos os direitos em língua  
portuguesa reservados por  
Editora Cruz.

MÁRIO VASCONCELOS FILHO

SÉRGIO DE CÁSSIO

[ORGANIZADORES]

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS EM  
**ORGANIZAÇÕES**  
DA SOCIEDADE CIVIL

A EXPERIÊNCIA DA CARAVANA DO TERCEIRO SETOR  
CENTRO-OESTE NO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E  
APRIMORAMENTO DAS PARCERIAS ENTRE A SOCIEDADE  
CIVIL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALDIZA SOARES DA SILVA; CARLA RODRIGUES; EDUARDO MOTA;  
JORDANA OLIVEIRA; MAYHARA PATRICIA; MÔNICA MACEDO; PETER  
AQUINO; SILVIO ROCHA SANT ´ANA; ZECA TEODORO  
[COLABORADORES]

# SUMÁRIO

<b>Apresentação do Instituto ACP</b> .....	<b>9</b>
<b>Apresentação da FALM</b> .....	<b>11</b>
<b>Apresentação</b> .....	<b>15</b>
Plataforma MROSC Centro-Oeste, FAOSC e Caravana do Terceiro setor: Um compromisso com a Sociedade Civil .....	16
O que é a Plataforma MROSC Centro-Oeste .....	16
O que é a FAOSC: .....	19
O que é a Caravana do Terceiro Setor: .....	20
A agenda MROSC .....	22
Os Conselhos de Direitos e sua importância:.....	24
Conselhos nacionais e o Fórum Interconselho: .....	25
Os Conselhos Estaduais: .....	26
Os Conselhos Municipais:.....	26
Poder Executivo em cada estado: .....	27
Perfil das Organizações da Sociedade Civil na Região Centro-Oeste .....	27
Perfil Geral das Organizações da Sociedade Civil na Região Centro-Oeste.....	28
Organizações da Sociedade Civil - Distrito Federal.....	29
Organizações da Sociedade Civil - Goiás .....	30
Organizações da Sociedade Civil – Mato Grosso .....	31
Organizações da Sociedade Civil – Mato Grosso do Sul.....	32
Dados Sobre a economia e as OSCs no centro-oeste.....	33
O início: construção coletiva dos encontros estaduais: .....	36
A eleição dos pontos focais da sociedade civil nos estados .....	36
Encontros estaduais presenciais e seus encaminhamentos: .....	38

Encontros estaduais da sociedade civil em Mato Grosso do Sul entre os anos de 2023 - 2025 .....	39
Encaminhamentos e próximos passos: .....	39
Encontros da sociedade civil no Distrito Federal entre os anos de 2023 - 2025.....	41
Encontros estaduais da sociedade civil em Mato Grosso entre os anos de 2023 - 2025 .....	44
Encontros estaduais da sociedade civil em Goiás entre os anos de 2023 - 2025.....	46
Pautas transversais no debate das plataformas estaduais: .....	48
Desafios enfrentados na plataforma MROSC Centro-Oeste: .....	53
Encaminhamentos das plenárias nos encontros para região Centro-Oeste: .....	56
<b>Boas práticas do terceiro setor que já acontecem no Centro Oeste: .....</b>	<b>63</b>
Formações Continuadas .....	65
Encontros Estaduais e Regionais do Terceiro Setor (Caravana do Terceiro Setor) .....	68
Definição de uma pauta de apoio ao terceiro setor .....	72
Mapeamento de Políticas Públicas e Parcerias com OSCs na Implementação do MROSC .....	72
Estímulo a Criação dos CONFOCOs .....	75
Fóruns Interconselhos .....	78
Utilização e alimentação do Mapa das OSCs .....	82
Articulação da sociedade civil com Outros Órgãos .....	84
Criação de frentes parlamentares .....	87
Formação de CST - (Câmara Setorial Temática) no Legislativo .....	90
Criação de um espaço de trabalho colaborativo em cada estado.....	94
Combate à criminalização burocrática das OSCs.....	98
Parceria com Universidades .....	102
Federações estaduais de OSCs .....	105
Plano de Comunicação para o Centro-Oeste .....	108

Turismo de Base Comunitária .....	112
<b>Recomendações de boas práticas a serem adotadas pelas OSCs e administração pública .....</b>	<b>119</b>
Buscar o posicionamento do chefe do executivo estadual.....	120
Observatório regional do Terceiro Setor .....	120
Parceria com as Defensorias Públicas.....	121
Parceria com Ministério Público .....	121
Incentivo ao trabalho voluntário .....	122
ODS: Plano para o avanço dos ODS na região Centro-Oeste.....	122
<b>ANEXO I.....</b>	<b>123</b>
Saiba mais: A história da plataforma MROSC no Centro Oeste.....	123
De onde viemos e para onde vamos .....	124
Ações da Plataforma MROSC Centro-Oeste (2019 - 2025) .....	124
2020: Início das ações.....	126
Abaixo um resumo dos temas trabalhados na cartilha: .....	126
2021: Fortalecendo laços e construindo pontes no Centro-Oeste .....	129
2022: A força da Caravana do Terceiro Setor .....	130
2023: Consolidando redes e ampliando articulação regional.....	131
2024: Aprendendo com as práticas, construindo memória coletiva .....	132
2025: Fortalecendo a presença regional e a articulação institucional.....	133
<b>ANEXO II.....</b>	<b>135</b>
Saiba Mais: Os encontros nos estados, como aconteceram e detalhes da sua organização.....	135
Saiba mais: As articulações da plataforma MROSC em Mato Grosso do Sul .....	136

Saiba mais: As articulações da plataforma MROSC o Distrito Federal.....	140
Saiba mais: As articulações da plataforma MROSC em Várzea Grande e Cuiabá - MT .....	144
Saiba mais: Os encontros para a realização da caravana do terceiros Setor em Goiás .....	148
<b>ANEXO III .....</b>	<b>153</b>
Escritores do livro .....	153
Pontos focais do Distrito Federal.....	154
Pontos focais de Mato Grosso do Sul .....	155
Pontos focais de Goiás:.....	156
Ponto Focal de Mato Grosso:.....	157
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>161</b>
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS .....	163
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>165</b>



# APRESENTAÇÃO DO INSTITUTO ACP

**O** Instituto ACP é uma organização de investimento social fundada em 2019 pela segunda geração de uma família empreendedora, com o propósito de potencializar o desenvolvimento institucional das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) brasileiras. Trabalha por uma sociedade civil organizada, cada vez mais autônoma, resiliente e potente, em toda a sua diversidade, que seja vetor para um país cada vez melhor para todas as pessoas.

Além de promover a doação de recursos e o apoio direto ao desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil brasileira, o Instituto ACP apoia iniciativas de outras organizações que compartilham desse propósito, como campanhas, eventos, cursos, negócios de impacto social, pesquisas ou plataformas. Nosso desejo, a longo prazo, é fortalecer um campo colaborativo de produção e disseminação de conhecimento sobre o desenvolvimento institucional das OSCs e promover um ecossistema pulsante de profissionais qualificados, apoiando a sociedade civil organizada nesse desenvolvimento.

O Manual de Boas Práticas vai ao encontro dos nossos objetivos, tanto pelo seu propósito de compartilhar aprendizados práticos quanto pela maneira como foi construído, como fruto de uma trajetória coletiva. Sua publicação permitirá que a experiência acumulada nos últimos anos com o fortalecimento institucional das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no Centro-Oeste ultrapasse essa região do país e alcance outros lugares e contextos. Trata-se de um instrumento potente de disseminação de conhecimento e de incidência.

O Instituto ACP tem orgulho de apoiar esta publicação, reconhecendo nela uma contribuição relevante para a promoção de uma sociedade civil mais resiliente e articulada.

# APRESENTAÇÃO

## DA FALM

**A** Fundação André e Lucia Maggi (FALM) é uma organização sem fins econômicos que, desde 1997, cuida da gestão do investimento social privado da AMAGGI. Nosso compromisso é contribuir para o desenvolvimento local e humano, fortalecendo comunidades e ampliando o acesso à garantia de direitos.

Atuamos ao lado de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos, apoiando sua gestão, articulação e presença em rede. Também impulsionamos a agricultura familiar, com formações, apoio técnico e incentivo à comercialização, promovendo inclusão socioprodutiva, segurança alimentar e geração de renda nos territórios onde estamos presentes.

Acreditamos na força das parcerias. Por isso, trabalhamos por meio de editais públicos e articulações estratégicas, incentivando iniciativas nas áreas de educação, saúde, cultura, assistência social, lazer e desenvolvimento rural. Onde

estamos, nosso foco será sempre fortalecer e promover o desenvolvimento local e/ou social dos territórios.

Ao apoiar esta publicação, a Fundação André e Lucia Maggi reafirma seu compromisso com a disseminação de conhecimento e com a construção coletiva de soluções que contribuam para uma sociedade civil mais autônoma, articulada e resiliente. O manual representa não apenas um guia prático, mas também um instrumento de referência e inspiração, capaz de potencializar o trabalho de organizações em diferentes contextos e regiões do país.

# PARTE 01

**APRESENTAÇÃO**

01

# APRESENTAÇÃO

**E**ste Manual de Boas Práticas resulta de um amplo trabalho coletivo. A obra reúne informações essenciais sobre o perfil das OSCs do Centro-Oeste, alguns aspectos políticos relevantes de cada estado e os avanços na implementação das leis que regulamentam o Terceiro Setor, como a Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC), nos níveis subnacionais. A publicação também apresenta uma descrição detalhada dos encontros estaduais e regionais realizados ao longo dos anos, destacando os desafios enfrentados e os encaminhamentos construídos coletivamente.

Este manual destina-se a ser um instrumento de consulta e orientação para a sociedade civil, gestores públicos, pesquisadores e todos aqueles que atuam ou se interessam pelo Terceiro Setor. Nosso objetivo é oferecer subsídios para a implementação de estratégias que ampliem a eficácia e a sustentabilidade das OSCs, promovendo um ambiente mais favorável à sua atuação e ao exercício da cidadania.

Acreditamos que, ao compartilhar essas experiências e conhecimentos, contribuímos para o fortalecimento da Sociedade Civil, incentivando a colaboração, a inovação e a defesa de direitos. Que este manual inspire novas ações, fortaleça redes de

cooperação e ajude a construir um futuro mais justo e participativo para todos, tanto regionalmente quanto nacionalmente.

Convidamos você a explorar este manual, apropriar-se de suas reflexões e utilizá-lo como ferramenta diária para o fortalecimento do ecossistema do terceiro setor. Juntos, vamos fortalecer a Sociedade Civil e construir um futuro mais inclusivo e participativo na região Centro-Oeste!

## **PLATAFORMA MROSC CENTRO-OESTE, FAOSC E CARAVANA DO TERCEIRO SETOR: UM COMPROMISSO COM A SOCIEDADE CIVIL**

Esta publicação é fruto das ações conjuntas da Plataforma MROSC Centro-Oeste e da FAOSC na realização da Caravana do Terceiro Setor, resultado de uma caminhada coletiva que articula organizações da sociedade civil, conselhos de direitos, universidades, instâncias de controle social, gestores públicos e lideranças comunitárias em prol do fortalecimento do ambiente de atuação das OSCs. Por meio dessa união, foi possível sistematizar experiências, práticas e aprendizados que expressam o compromisso com a gestão democrática, a transparência e a construção de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

### **O QUE É A PLATAFORMA MROSC CENTRO-OESTE**

A Plataforma MROSC nasceu a partir de um longo processo histórico. Desde o início dos anos 2000, diversos segmentos da sociedade civil brasileira – movimentos sociais, entidades religiosas, OSCs, institutos e fundações – vinham se mobilizando para qualificar o ambiente legal e institucional das organizações sem fins lucrativos. Em 2009, diante de uma série de CPIs que criminalizavam genericamente as ONGs e aproveitando o momento político da campanha presidencial, esse coletivo

lançou a “Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil”. Em 2010, essa proposta foi levada aos candidatos à Presidência da República, com o objetivo de pautar compromissos e aprimorar a relação entre Estado e sociedade civil.

Inspirados por essa história e cientes da importância do tema, foi construída a Plataforma MROSC no Centro-Oeste de forma participativa, envolvendo representantes de OSCs, lideranças locais e a partir da compreensão das particularidades de cada estado. O foco da Plataforma é o fortalecimento das OSCs e a criação de um ambiente mais democrático, transparente e eficiente para as parcerias com o poder público e demais atores da sociedade.

Ao longo dessa jornada, foram levadas para o centro do debate pautas fundamentais para o fortalecimento das organizações da sociedade civil, como:

- A criação de mecanismos efetivos de participação cidadã na formulação, implementação, controle social e avaliação de políticas públicas;
- A garantia de instrumentos legais que assegurem essa participação em diferentes instâncias;
- O estímulo ao engajamento da sociedade nas causas públicas, criando um ambiente favorável à autonomia e ao fortalecimento das OSCs;
- A promoção de um acesso mais democrático aos recursos públicos, com menos burocracia e mais eficiência;
- A defesa de um regime tributário mais justo para o terceiro setor, com incentivos fiscais para doações de pessoas físicas e jurídicas.

Hoje, a Plataforma MROSC Centro-Oeste é uma realidade viva, composta por redes, fóruns, federações e organizações do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ela atua como um espaço de formação, mobilização e incidência política.

A Plataforma também dialoga com os poderes públicos, com ações de incidência política, para incentivar a regulamentação da Lei 13.019/2014, apoiando a elaboração de decretos e normativas, e investindo na produção e difusão de conhecimento. Um exemplo disso é este *Manual*, que foi construído com base nas experiências das caravanas. Ele reúne orientações práticas, dados, relatos e estratégias que servirão como ferramenta para gestores públicos, conselheiros, lideranças sociais e demais interessados no tema.

Nós da Plataforma MROSC Centro-Oeste e da FAOSC lutamos por uma política pública que reconheça e fomente a participação cidadã por meio de organizações autônomas, comprometidas com a boa gestão, a transparência e o interesse público.

Ao longo dos últimos anos, seguimos nos articulando com redes, fóruns, federações e organizações do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Realizamos encontros virtuais, formações e ações de mobilização. Participamos ativamente da Caravana do Terceiro Setor, firmando parcerias com organizações, que se tornaram signatárias da plataforma e passaram a integrar nossas ações coletivas.

**Saiba mais:** Para saber mais sobre a plataforma MROSC Centro-Oeste temos um texto no final do livro com um breve histórico de sua atuação no Centro Oeste nos últimos anos.

## O QUE É A FAOSC:



### Lançamento da FAOSC – Auditório da UDF – Brasília-DF agosto de 2024

A Federação das Organizações da Sociedade Civil do Distrito Federal e Entorno – FAOSC nasceu da necessidade de fortalecer, unir e dar voz às diversas entidades sociais que atuam no DF e na região do Entorno. Criada a partir da articulação de lideranças do terceiro setor, a FAOSC se consolidou como um espaço de diálogo e cooperação entre organizações que desenvolvem trabalhos fundamentais em áreas como assistência social, cultura, educação, saúde, meio ambiente e direitos humanos.

Ao longo de sua trajetória, a FAOSC tem se dedicado à formação, mobilização e apoio institucional às OSCs, promovendo eventos, palestras, oficinas e processos de capacitação voltados para a gestão, a sustentabilidade e o acesso a políticas públicas. Sua atuação também se destaca no diálogo permanente com o poder público e com redes nacionais, buscando garantir melhores condições para o funcionamento das organizações e

para o fortalecimento do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

Mais do que uma entidade representativa, a FAOSC é hoje um ponto de referência para centenas de organizações, contribuindo para a construção de um terceiro setor mais forte, articulado e capaz de transformar realidades. Sua história é marcada por conquistas coletivas e pela crença de que, quando as organizações trabalham juntas, o impacto social é potencializado, levando esperança e oportunidades para milhares de pessoas em todo o Distrito Federal e entorno.

Foi por meio da FAOSC, enquanto organização legalmente constituída, que se tornou possível estabelecer parcerias estratégicas para a realização das Caravanas do Terceiro Setor, viabilizando a captação de recursos por meio de sua representação jurídica. Dessa forma, a Federação atuou como ponte para diversas organizações, possibilitando não apenas a execução das caravanas, mas também o desenvolvimento de outras ações coletivas que fortaleceram o terceiro setor no Distrito Federal e entorno.

## **O QUE É A CARAVANA DO TERCEIRO SETOR:**



## **Aletea FALM - Encontro da caravana do Terceiro Setor em Cuiabá-MT março de 2025.**

A Caravana do Terceiro Setor se consolidou como um dos maiores marcos no fortalecimento institucional e na incidência política em favor da sociedade civil organizada no Centro-Oeste. Ao percorrer diferentes estados, a iniciativa promove capacitações, seminários, oficinas e rodas de conversa, levando informação de qualidade sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), gestão, governança e sustentabilidade. A proposta é democratizar o acesso ao conhecimento e criar um ambiente de troca que estimule as OSCs a aprimorarem sua atuação e a conquistarem mais legitimidade e espaço na relação com a administração pública.

Esses encontros proporcionaram um processo de articulação entre atores locais e estaduais, gerando um mapeamento consistente das realidades regionais e dos principais desafios enfrentados pelas organizações. Ao reunir lideranças, gestores e representantes das OSCs, a Caravana possibilitou a construção de redes colaborativas, nas quais experiências foram compartilhadas e soluções conjuntas elaboradas. Esse movimento foi essencial para que boas práticas pudessem ser sistematizadas e difundidas, tornando-se exemplos para outras organizações em todo o país.

Ao longo do percurso, a Caravana evidenciou que o fortalecimento das OSCs depende não apenas da capacitação técnica, mas também da valorização da diversidade de contextos e realidades vividas em cada território. Assim, práticas bem-sucedidas de gestão, captação de recursos, inovação social e engajamento comunitário foram reunidas e disseminadas como instrumentos para promover impacto social de forma

mais estruturada e duradoura. Com isso, a iniciativa contribuiu diretamente para a criação de um ambiente mais favorável à atuação das organizações, ampliando sua capacidade de intervenção e de transformação social.

Mais do que uma ação pontual, a Caravana do Terceiro Setor representa um movimento contínuo de aprendizagem coletiva e incidência política, que reforça a importância da união entre sociedade civil e poder público. Ao articular experiências concretas, estimular reflexões e impulsionar práticas inovadoras, ela se tornou uma referência nacional para o desenvolvimento local e sustentável. Sua trajetória comprova que quando as organizações trabalham de forma colaborativa, compartilham saberes e constroem agendas comuns, conseguem não apenas superar desafios, mas também transformar realidades sociais de maneira significativa.

## **A AGENDA MROSC**

A Agenda MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) tem como objetivo aprimorar as regras e estruturas que regulam tanto a atuação das organizações da sociedade civil (OSCs) quanto a parceria delas com o Estado.

Essa agenda reúne diversos temas. Um dos mais conhecidos é a Lei nº 13.019/2014, que trouxe avanços importantes para tornar mais claras e transparentes as formas de colaboração entre OSCs e o poder público. Mas a Agenda MROSC não se resume apenas a essa lei: ela abrange um conjunto mais amplo de propostas e melhorias.

Entre as prioridades está a criação dos Conselhos de Fomento e de Colaboração (CONFOCO) nos diferentes entes federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal). No

Brasil, apesar de ser previsto na lei 13.019/14 no artigo 15º, ainda temos poucos conselhos de Fomento e Colaboração. Em 2023, o governo federal instituiu por decreto o CONFOCO nacional, um importante passo para a instituição dos CONFOCOs estaduais e municipais.

Esses conselhos têm um papel fundamental:

- Reunir governo e sociedade civil em um espaço de diálogo permanente;
- Acompanhar e avaliar as políticas públicas relacionadas às OSCs;
- Propor melhorias para fortalecer a parceria entre Estado e sociedade civil;
- Dar mais transparência e controle social sobre o uso dos recursos públicos destinados às organizações.

Outros temas importantes abordados neste conjunto de pautas são: a ampliação dos incentivos fiscais; a aplicabilidade do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD); e o combate à criminalização burocrática. A Agenda MROSC também defende o estreitamento das relações das OCS's com as instâncias criadas pela administração pública (por exemplo: frentes parlamentares, câmaras setoriais temáticas, grupos de trabalhos e secretarias setoriais).

A retomada da Política Nacional de Participação Social e da Política Nacional de Fomento e Colaboração; a extinção do Sistema de Utilidade Pública das OSC's (e consequente criação de uma certificação própria gerida pela sociedade civil); o acesso ao atendimento jurídico às OSC's (alteração da missão da Defensoria Pública); a criação de um fundo para desenvolvimento institucional das OSCs; e a qualificação dos

parâmetros de aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) às organizações, também são temas que estão sob o mesmo arco de reivindicações e agendas.

## **OS CONSELHOS DE DIREITOS E SUA IMPORTÂNCIA:**

Os conselhos de direitos desempenham um papel estratégico para o fortalecimento do Terceiro Setor, especialmente quando articulam suas deliberações às boas práticas de utilização do MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil). Esses espaços de participação social permitem maior transparência e controle democrático na formulação e acompanhamento de políticas públicas, assegurando que parcerias com OSCs sejam construídas de forma ética e eficiente.

Nos últimos anos, têm ganhado destaque discussões dentro de diversos conselhos sobre a aplicação prática do MROSC, com a identificação de experiências que já vêm sendo mapeadas como boas práticas em estados e municípios – como a criação de manuais simplificados, capacitação de conselheiros e gestores públicos. Esses avanços mostram que os conselhos, quando fortalecidos e alinhados ao MROSC, tornam-se aliados fundamentais para garantir a efetividade das parcerias e a promoção de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento social.

Alguns exemplos de legislação ordinária que dispõe sobre conselhos de políticas, de segmentos e temáticos como a Lei Federal no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 88, inciso II, torna obrigatória a existência de conselhos dos direitos da criança e do adolescente em todos os níveis da Federação, destacando-se o caráter deliberativo e controlador das ações, assegurada a participação paritária.

Os conselhos de direitos, independentemente do nível de atuação – nacional, estadual ou municipal – são espaços nos quais o governo e a sociedade devem discutir, formular e decidir, de forma compartilhada e corresponsável, as diretrizes para as políticas públicas de promoção e defesa dos direitos.

Conselhos não são, portanto, executores de políticas, são formuladores, promotores de políticas, defensores de direitos, controladores das ações públicas governamentais e não governamentais, normatizadores de parâmetros e definidores de diretrizes das políticas na perspectiva da garantia dos direitos humanos, sociais e políticos.

### **CONSELHOS NACIONAIS E O FÓRUM INTERCONSELHO:**

Os conselhos nacionais têm uma função essencial na consolidação da democracia participativa no Brasil, atuando como espaços legítimos de deliberação, monitoramento e proposição de políticas públicas. Eles permitem que representantes da sociedade civil e do poder público dialoguem e construam coletivamente estratégias para enfrentar desafios sociais, assegurando que diferentes vozes sejam ouvidas. Nesse processo, o Fórum Interconselhos surge como um espaço ampliado de articulação, reunindo conselhos de diferentes áreas para promover a transversalidade das políticas, fortalecer a participação social e ampliar a incidência das organizações da sociedade civil na agenda nacional.

O envolvimento desses espaços com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) tem sido um passo fundamental para consolidar boas práticas de gestão pública e parcerias mais transparentes e eficazes com o Terceiro Setor. A integração do MROSC às pautas dos conselhos nacionais

e do Fórum Interconselhos favorece a construção de diretrizes, facilita a capacitação de conselheiros e gestores e contribui para o aprimoramento do controle social. Assim, esses espaços tornam-se protagonistas na difusão e fortalecimento do MROSC, ampliando a capacidade das OSCs de atuarem de maneira estratégica e sustentável no desenvolvimento do país.

### **OS CONSELHOS ESTADUAIS:**

A maioria dos conselhos estaduais dos direitos existentes no País foi criada nos anos 1990, tendo como característica principal a participação expressiva da sociedade civil e a independência perante o Poder Executivo de seus respectivos Estados. A criação desses conselhos inspirou-se nos princípios da participação e descentralização, estabelecidos na “Constituição Cidadã” de 1988, em cujos dispositivos estão previstos a participação da cidadania (representação da sociedade) na gestão e fiscalização da “coisa pública”.

Criados por leis estaduais, estão vinculados administrativamente às Secretarias de Estado das respectivas áreas temáticas ou de direitos e não devem estar sujeitos a nenhuma subordinação hierárquica. Deliberam sobre questões no âmbito da política estadual e suas decisões devem ser parâmetros tanto para os órgãos estaduais, quanto para os municípios.

### **OS CONSELHOS MUNICIPAIS:**

A criação de um conselho municipal dos direitos é uma medida voltada para garantir uma esfera pública com representantes da comunidade local e dos órgãos governamentais, para monitorar o impacto das políticas públicas na proteção e efetivação dos

direitos da pessoa humana, e, também, para investigar as violações de direitos no território municipal.

O conselho deve ser criado por lei municipal e, para o exercício de suas atribuições, não pode ficar sujeito a qualquer subordinação hierárquica. Deliberam sobre questões no âmbito da política municipal e suas decisões devem ser parâmetros para os órgãos municipais e para a execução das ações públicas governamentais e não governamentais.

### **PODER EXECUTIVO EM CADA ESTADO:**

Para o desenvolvimento de ações nos estados e municípios, realizando o controle social em relação às políticas públicas, um dos passos estratégicos em direção ao alcance dos objetivos estabelecidos é o posicionamento do chefe do executivo estadual. Dessa forma, compromissos assumidos pelos governadores podem ser adotados por prefeitos e favorecer uma atuação estadual que seja parceira do terceiro setor.

### **PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA REGIÃO CENTRO-OESTE**

Estudo e Análise de Dados a partir do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, Ipea

**Zeca Teodoro, outubro de 2025**

**Nota Metodológica:** A identificação de OSCs no Mapa utiliza o universo de CNPJs (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ativos no país e que são disponibilizados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). A extração de informações para atualização do Mapa é realizada a cada dois anos e, na versão 3.0 (implantada em junho de 2021), trata da base de CNPJ,

mês de referência novembro de 2020. Na versão mais recente, são utilizados dados de 2025, conforme abaixo:

Data de coleta: 15/06/2025

Envio ao portal: 30/07/2025

Previsão da próxima base: 31/10/2025

Fonte quantidade OSCs: CNPJ/SRF/MF/2025\_01, CNPJ/SRF/MF/2024\_01, CNPJ/SRF/MF/2023\_01, CNPJ/SRF/MF/2025\_04, RAIS/MTE,

Fonte quantidade trabalhadores: CNPJ/SRF/MF/2023\_01, CNPJ/SRF/MF/2024\_01, CNPJ/SRF/MF/2025\_01, CNPJ/SRF/MF/2025\_04, RAIS/MTE, RAIS/MTE 2015, RAIS/MTE 2017, RAIS/MTE 2019, RAIS/MTE 2020, RAIS/MTE 2021, RAIS/MTE 2023, Representante de OSC,

Fonte valores de recursos: Representante de OSC, SIGABR 12/2018,

Fonte quantidade projetos: FINEP/FNDCT 2017, SALICWEB/MINC 06/2018, Representante de OSC, SALICWEB/MINC, FINEP/FNDCT, SICONV/MPOG 17-07-2025, SALICWEB/MINC 03/2018, LIE/MESP 2017.

Fonte: Mapa das OSC - Base de Dados

## **PERFIL GERAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA REGIÃO CENTRO-OESTE**

O Centro-Oeste do Brasil destaca-se como uma região de grande relevância para o Terceiro Setor, abrigando um número expressivo de organizações da sociedade civil (OSCs) e movimentos sociais que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social, econômico e ambiental da região. Abaixo, apresentamos uma análise dos principais dados e características de cada estado: Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

## **CENTRO-OESTE (2025)**

Quantidade OSCs: **80.174**

OSCs Ativas: **56.860**

OSCs Suspensas: **479**

OSCs inaptas: **22.990**

Quantidade Trabalhadores: **95.747**

Transferências federais: R\$ **22.951.403.618,00**

Quantidade Projetos: **5.862**

## **ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - DISTRITO FEDERAL**

O Distrito Federal, apesar de sua dimensão reduzida em território, é uma região de grande concentração de OSCs, com 19.541 organizações registradas. As OSCs no DF desempenham um papel fundamental na promoção dos direitos humanos, na educação, na cultura e no desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, o Distrito Federal se destaca como um centro de articulação política e mobilização social, abrigando diversas entidades de âmbito nacional e internacional.

<b>Organizações da Sociedade Civil - Por Natureza - Distrito Federal</b>	
<b>Natureza Jurídica</b>	<b>Quantidade de OSCs DF</b>
Associação Privada	15.773
Fundação Privada	263
Organização Religiosa	3.443
Organização Social	62
<b>TOTAL DE OSCs DF</b>	<b>19.541</b>
Fontes: CNPJ/SRF/MF/2025_01, CNPJ/SRF/MF/2024_01, CNPJ/SRF/MF/2023_01, CNPJ/SRF/MF/2025_04, RAIS/MTE,	

## ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - GOIÁS

Goiás se destaca pelo forte engajamento das OSCs em áreas como assistência social, cultura, esporte e desenvolvimento comunitário. Com 29.926 OSCs, Goiás é um polo de atividades do Terceiro Setor na região, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população. As OSCs goianas desempenham um papel crucial na promoção da inclusão social, no combate à pobreza e na promoção da cidadania, atuando em parceria com o poder público e a iniciativa privada.

<b>Organizações da Sociedade Civil - Por Natureza - Goiás</b>	
<b>Natureza Jurídica</b>	<b>Quantidade de OSCs GO</b>
Associação Privada	21.337
Fundação Privada	504
Organização Religiosa	7.969
Organização Social	116
TOTAL DE OSCs GO	29.926
Fontes: CNPJ/SRF/MF/2025_01, CNPJ/SRF/MF/2024_01, CNPJ/SRF/MF/2023_01, CNPJ/SRF/MF/2025_04, RAIS/MTE,	

## ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - MATO GROSSO

Mato Grosso possui um cenário diversificado de organizações sem fins lucrativos, englobando desde iniciativas voltadas para a preservação ambiental até projetos sociais nas áreas de educação e saúde. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Mato Grosso conta com 16.180 OSCs

registradas, a terceira maior quantidade da região Centro-Oeste. A importância das OSCs em Mato Grosso é evidenciada pelo seu papel na promoção da sustentabilidade ambiental, na proteção dos recursos naturais e no apoio às comunidades locais, especialmente aos indígenas.

<b>Organizações da Sociedade Civil – Por Natureza - Mato Grosso</b>	
<b>Natureza Jurídica</b>	<b>Quantidade de OSCs MT</b>
Associação Privada	13.484
Fundação Privada	211
Organização Religiosa	2.944
Organização Social	41
TOTAL DE OSCs MT	16.680
Fontes: CNPJ/SRF/MF/2025_01, CNPJ/SRF/MF/2024_01, CNPJ/SRF/MF/2023_01, CNPJ/SRF/MF/2025_04, RAIS/MTE	

## **ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – MATO GROSSO DO SUL**

Mato Grosso do Sul conta com 14.027 OSCs registradas, que desempenham um papel relevante na proteção dos direitos humanos, no desenvolvimento rural e na preservação do patrimônio cultural. As OSCs Sul-mato-grossenses têm se destacado por suas iniciativas inovadoras em áreas como saúde indígena, inclusão digital e geração de renda para comunidades tradicionais. O estado possui um potencial significativo para o

fortalecimento do Terceiro Setor, especialmente em regiões de fronteira e áreas de preservação ambiental.

<b>Organizações da Sociedade Civil – Por Natureza - Mato Grosso do Sul</b>	
<b>Natureza Jurídica</b>	<b>Quantidade de OSCs MS</b>
Associação Privada	10.405
Fundação Privada	188
Organização Religiosa	3.389
Organização Social	45
TOTAL DE OSCs MS	14.027
Fontes: CNPJ/SRF/MF/2025_01, CNPJ/SRF/MF/2024_01, CNPJ/SRF/MF/2023_01, CNPJ/SRF/MF/2025_04, RAIS/MTE	

Tudo somado, o Terceiro Setor no Centro-Oeste apresenta números expressivos, refletindo a importância das OSCs para o desenvolvimento regional. Com seu engajamento em diversas áreas de atuação e seu potencial para promover mudanças positivas, as organizações da sociedade civil na região desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## **DADOS SOBRE A ECONOMIA E AS OSCS NO CENTRO-OESTE**

Mas além das tradicionais atividades e papéis desempenhados pelas OSC's, o recente estudo sobre “A importância do terceiro setor para o PIB do Brasil”[1] coordenado pela SITAWI

e FIPE apresenta relevantes informações sobre as dimensões do papel econômico desempenhado pelo setor. Partindo do exame das “Contas Nacionais” examina as relações econômicas e financeiras entre o 3º Setor e os alguns indicadores chave da economia nacional e explora também informações regionais.

Apresenta dados sobre situação atual para em seguida partir de uma hipótese sobre o que aconteceria no país caso o terceiro setor (e todas suas conexões econômicas e financeiras com os demais setores da economia) deixasse de existir e estimassem o impacto das perdas para a sociedade seriam. A tabela a seguir resume alguns destes indicadores:

<b>Estados e Região</b>	<b>Valor Produzido (bilhões)</b>	<b>PIB (bilhões)</b>	<b>% do PIB do Estado</b>	<b>Empregos (mil)</b>	<b>% do Emprego Total</b>
<b>MT</b>	<b>3,5</b>	<b>1,8</b>	<b>1,7</b>	<b>43,5</b>	<b>3,8</b>
<b>MS</b>	<b>6,3</b>	<b>3,4</b>	<b>4,3</b>	<b>90,8</b>	<b>10,7</b>
<b>GO</b>	<b>9,3</b>	<b>4,8</b>	<b>2,9</b>	<b>150,1</b>	<b>7,2</b>
<b>DF</b>	<b>20,4</b>	<b>11,3</b>	<b>3,9</b>	<b>171,7</b>	<b>12,0</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>39,5</b>	<b>31,3</b>	<b>3,1</b>	<b>456,1</b>	<b>8,3</b>

O percentual do PIB é expressivo, destacando-se que, entre dezenas de setores econômicos, perde somente para o setor da indústria de transformação (total), comércio, administração pública e serviços administrativos. E, em relação à indústria, o segmento de OSC é maior que o dos vários ramos da indústria de transformação, incluindo a construção civil.

Este número de empregados remunerados aos padrões usuais de pagamento das OSC (3 SM/mês) geram uma despesa global de R\$ 27 bilhões em salários (média anual de 59.200/empregado). Para comparação, os Estados da região despenderam

em 2024, R\$ 85,2 bilhões em remunerações de 725.500 servidores públicos (ou R\$ 117,8 mil/servidor/ano).

Além do emprego formal devemos incluir a existência de 599.000 voluntários que trabalham em média 6,6Hs/semana PNAD-c); esta dedicação equivale a existência de 117.674[2] trabalhadores a tempo completo que se fossem remunerados exigiram R\$ 6,9 bilhões de receita adicional das entidades. Pesquisas amostrais sugerem que cada voluntário gasta cerca de R\$ 1.000/ano no exercício do voluntariado, o que ampliaria sua contribuição em quase R\$ 600 milhões adicionais.

Assim, no total, voluntários do centro-oeste ofertam gratuitamente cerca de R\$7,5 bilhões anualmente, o que equivale a 4,5% do orçamento dos estados que alcançaram a quantia global de 164,6 bi em 2024.

Em base aos dados deste estudo e das Contas Nacionais (IBGE), é razoável admitir que as OSC, além de contribuir com a consolidação da democracia, com o controle social e execução de algumas políticas públicas ofereceram, em 2023, serviços e benefícios diretos às famílias estimados em R\$26,5 bilhões que, somados ao valor estimado para o voluntariado (R\$ 7,6 bilhões) alcança R\$ 34 bilhões em serviços às famílias [3].

Sob qualquer critério objetivo, é evidente a importância das OSC para a sociedade brasileira e do centro-oeste. Este reconhecimento merece ser disseminado por todas as entidades que muitas vezes se percebem pequenas e isoladas, quando de fato fazem parte de uma grande comunidade de organizações solidárias e voltadas a atender as demandas de famílias e da sociedade em geral.

Mas o desconhecimento destas informações é particularmente grave no caso de atores e gestores públicos e

mesmo do setor privado interessado e aliado de OSC em causas públicas.

A disseminação deste tipo de informação é importante para facilitar o diálogo intersetorial e para as ações de incidência sobre as instituições estatais, empresas e a cidadania.

[1][1] Ver: [https://sitawi.net/wp-content/uploads/2023/04/miolo\\_terceirosetor-resumo-web2403.pdf?utm\\_campaign=comm\\_institucional\\_estudo\\_pib\\_automacao&utm\\_medium=email&utm\\_source=RD+Station](https://sitawi.net/wp-content/uploads/2023/04/miolo_terceirosetor-resumo-web2403.pdf?utm_campaign=comm_institucional_estudo_pib_automacao&utm_medium=email&utm_source=RD+Station).

[2] Corresponde a 16% do total de empregados na administração pública dos estados.

[3] Para facilitar comparação, estimativa (do autor) com base a inscritos no CADUNICO para o Programa Bolsa Família (2025) indica que serão gastos cerca de R\$ 24,1 bilhões na região.

## **O INÍCIO: CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS ENCONTROS ESTADUAIS:**

As organizações signatárias da Plataforma MROSC do Centro Oeste se organizam por estados para a articulação da rede MROSC Centro Oeste com a composição das plataformas estaduais e suas respectivas pautas de atuação por estado tendo apontamentos feitos por estados, buscando o desenvolvimento institucional e melhoria do ambiente das parcerias entre a sociedade civil e a administração pública na Região.

Para viabilizar estas propostas estaduais, as organizações da Plataforma MROSC Centro-Oeste se organizam nos estados para a criação de grupos de trabalho para o diálogo com o poder executivo, parlamento e outros parceiros visando promover amplo diálogo a fim de construir um ambiente favorável ao fortalecimento da sociedade civil organizada e da democracia participativa.

## A ELEIÇÃO DOS PONTOS FOCAIS DA SOCIEDADE CIVIL NOS ESTADOS



Membros do comitê facilitador Centro Oeste com consultores – Goiânia maio de 2025

A identificação e eleição de pelo menos uma pessoa como ponto focal em cada estado da região Centro-Oeste é uma iniciativa fundamental para garantir a representatividade e a eficiência da capilaridade das ações voltadas ao fortalecimento do Terceiro Setor. Essa proposta atende à necessidade de descentralização das políticas públicas e de maior articulação entre as OSCs, o poder público e outras atrizes e atores sociais relevantes. A região Centro-Oeste, com suas particularidades socioeconômicas e culturais, se beneficia significativamente dessa abordagem de articulação descentralizada.

As pessoas que atuam como pontos focais estaduais têm a responsabilidade de liderar as ações e articular com as OSCs

locais, atuando como um elo entre as organizações e os demais atores do ecossistema. Essa figura é essencial para garantir que as demandas locais sejam ouvidas e que as iniciativas sejam alinhadas às necessidades das comunidades.

A presença de ponto focal em cada estado também facilita a realização de reuniões periódicas, tanto na esfera estadual quanto na regional, promovendo a integração e o alinhamento das iniciativas. Esses encontros são espaços estratégicos para a troca de experiências, a construção permanente de parcerias e a definição de prioridades coletivas.

A identificação de pessoas que possam atuar como pontos focais contribui para a descentralização das decisões, permitindo que as particularidades de cada estado sejam sempre levadas em conta e adaptadas para considerações subnacionais. Essa estratégia é alinhada ao princípio da subsidiariedade, que defende que as decisões devem ser tomadas no nível mais próximo possível dos cidadãos afetados. No contexto brasileiro, no qual as desigualdades regionais são significativas, a descentralização é um caminho maduro para garantir que as políticas públicas e as iniciativas do Terceiro Setor sejam mais inclusivas, efetivas, eficientes e eficazes. Portanto, a implementação de pontos focais na região Centro-Oeste representa um avanço importante para o fortalecimento do Terceiro Setor e a promoção do desenvolvimento regional.

## **ENCONTROS ESTADUAIS PRESENCIAIS E SEUS ENCAMINHAMENTOS:**

Este capítulo apresenta um breve relato dos encaminhamentos realizados nos encontros estaduais da Caravana do Terceiro Setor, realizados na região Centro-Oeste, promovidos de forma presencial entre os anos de 2023 e 2025, separados por estado, compreendendo suas particularidades e momento de implementação da agenda MROSC.

Os encontros representam importantes momentos de escuta, diálogo e articulação entre diferentes atores do campo social,

organizações da sociedade civil, gestores públicos, universidades, conselhos e redes parceiras. Ao longo desse período, foi possível aprofundar o debate sobre o desenvolvimento institucional do terceiro setor, bem como identificar desafios, avanços e oportunidades de cooperação em cada território visitado.

Os encaminhamentos resultantes desses encontros refletem o nível de maturidade e de entendimento coletivo alcançado pelos participantes nesse processo de construção conjunta. Cada etapa da Caravana contribuiu para fortalecer a articulação regional, ampliar o conhecimento sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e consolidar estratégias de integração entre sociedade civil e poder público, com vistas à promoção de um ambiente mais favorável à atuação das organizações.

## **ENCONTROS ESTADUAIS DA SOCIEDADE CIVIL EM MATO GROSSO DO SUL ENTRE OS ANOS DE 2023 - 2025**

**Ponto focal:** Carla Rodrigues / Mônica Barbosa Macedo



Encontro da caravana do terceiro setor em Campo Grande-MS março de 2025

## ENCAMINHAMENTOS E PRÓXIMOS PASSOS:

Ao longo dos encontros realizados no Mato Grosso do Sul, compreendeu-se que era hora de transformar ideias em ações concretas. Um dos encaminhamentos mais significativos foi o reconhecimento da importância de fomentar a criação de uma Frente Parlamentar Estadual dedicada ao Terceiro Setor. Para eles, essa frente não seria apenas um espaço político, mas uma ponte entre governo e sociedade civil, capaz de articular, propor e defender iniciativas voltadas ao fortalecimento das organizações da sociedade civil em todo o estado.

Outra proposta que ganhou força entre os participantes foi a criação do Conselho de Fomento e Colaboração do Mato Grosso do Sul (CONFOCO/MS). É sabido que, para consolidar esse espaço de diálogo e controle social, é preciso articular com diferentes esferas de governo, buscando viabilidade jurídica para sua criação, seja por meio de decreto estadual ou de uma lei específica. Essa articulação requer um esforço conjunto, e representa um passo decisivo para institucionalizar a participação da sociedade civil nas políticas públicas estaduais e municipais.

Entendendo os desafios enfrentados por muitas organizações em sua estrutura interna, eles também assumiram o compromisso de trabalhar pelo fortalecimento institucional das OSCs do estado. Sabe-se que muitas dessas organizações atuam com dedicação e impacto nas comunidades, mas carecem de apoio técnico, formação continuada e acesso a recursos. Fortalecê-las significa garantir sua permanência e efetividade no território sul-mato-grossense.

Foi reforçada a importância de se aproximarem de parceiros estratégicos como o Ministério Público, a Ordem dos Advogados

do Brasil (OAB) e o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Essa aproximação não se trata apenas de buscar apoio, mas de construir alianças sólidas em defesa dos interesses da sociedade civil. Com o apoio dessas instituições, é possível enfrentar com mais segurança os desafios jurídicos, contábeis e institucionais que muitas OSCs ainda enfrentam no dia a dia.

O resultado dos encontros é uma lista clara de compromissos e um sentimento coletivo de que, com articulação, escuta mútua e vontade política, é possível construir um ambiente mais justo e colaborativo para o Terceiro Setor no Mato Grosso do Sul.

## **ENCONTROS DA SOCIEDADE CIVIL NO DISTRITO FEDERAL ENTRE OS ANOS DE 2023 - 2025**

**Ponto focal:** Sérgio de Cássio / Mário Vasconcelos



Encontro Brasília – Auditório do Palácio do Planalto –  
18 de junho de 2025

## ENCAMINHAMENTOS E PRÓXIMOS PASSOS:

Entre os primeiros encaminhamentos definidos pelos participantes, surgiu a necessidade de garantir a presença ativa da sociedade civil nas Caravanas Federativas promovidas pelo Governo Federal. Para isso, ficou acordado que seria elaborada e enviada uma proposta formal de participação da Plataforma MROSC Centro-Oeste, inclusive com o encaminhamento de pautas relevantes ao Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o conhecido “Conselhão”, por meio de conselheiros já envolvidos com as lutas do terceiro setor.

Outro ponto fundamental foi a decisão de manter e fortalecer o diálogo com a assessoria do deputado Reimont, presidente da Frente Parlamentar do Terceiro Setor no congresso nacional. A Plataforma MROSC Centro-Oeste reforçou o compromisso de construir uma relação mais próxima e efetiva com os representantes de cada unidade federativa que compõem a região.

Com relação à disseminação de informações e à formação de lideranças, ficou acordado que seriam buscados caminhos para firmar uma aproximação mais concreta com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI). A proposta é criar, em cada estado, pontos focais da sociedade civil, responsáveis por acompanhar e difundir as ações da plataforma Transferegov. Essa estratégia permitiria que as informações chegassem de forma mais democrática às OSCs, sem depender exclusivamente de consultorias técnicas, que muitas vezes não são financeiramente acessíveis às organizações menores.

Além disso, foi feito um compromisso de acompanhar a agenda da Rede de Parcerias, que prevê uma série de encontros regionais. A ideia é ampliar ainda mais os espaços

de escuta e formação nos diferentes territórios, respeitando as particularidades de cada realidade local.

Outro tema que surgiu com força foi a necessidade de apoio técnico especializado. Por isso, decidiu-se também investir no fortalecimento do diálogo com profissionais das áreas jurídica e contábil, para oferecer suporte institucional às OSCs da Região Centro-Oeste. Essa aproximação já vinha sendo construída com entidades como a OAB/DF, o Conselho Regional de Contabilidade, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e as universidades, (Centro Universitário UDF, Núcleo de Extensão e Práticas Acadêmicas (NEPACs) da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Para garantir maior visibilidade às ações da Plataforma MROSC Centro-Oeste, outro encaminhamento foi a ampliação da comunicação com o público. O grupo propôs utilizar vídeos, registros fotográficos, depoimentos e relatórios de atividades como forma de dar transparência às ações e engajar mais pessoas nas causas do terceiro setor. A comunicação, nesse sentido, seria mais do que um instrumento de divulgação tornara-se uma ferramenta de mobilização social.

Decidiu-se a criação de um espaço colaborativo. O espaço será um ponto de apoio físico para as organizações, realizarem reuniões, mentorias, capacitações e articulações em rede. A FAOSC cedeu as suas instalações para o funcionamento desse espaço colaborativo.

Foi definida a realização de uma incidência política para a revisão do Decreto 37.843/16, que regulamenta o Marco

Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no Distrito Federal e a instituição do CONFOCO-DF.

## **ENCONTROS ESTADUAIS DA SOCIEDADE CIVIL EM MATO GROSSO ENTRE OS ANOS DE 2023 - 2025**

**Ponto focal:** Mayhara Patrícia



Encontro da caravana do Terceiro setor – espaço SESC em março de 2025

### **ENCAMINHAMENTOS E PRÓXIMOS PASSOS:**

Foi definida a realização de encontros virtuais pela Plataforma MROSC-MT para identificar as OSCs com desejo de se comprometerem com a agenda proposta, ouvindo suas vozes, conhecendo suas realidades e, principalmente, socializando o aprendizado acumulado ao longo dos encontros presenciais e das articulações nacionais.

Movidos pela certeza de que é preciso ampliar essa rede, surgiu a proposta de convidar novas instituições do estado a se juntarem à Plataforma como signatárias. A ideia é chegar a mais

territórios, dialogar com mais vozes e fortalecer a legitimidade e a diversidade do movimento no estado. Cada nova adesão torna-se uma nova janela de escuta, articulação e transformação.

Ao olhar para os espaços de decisão política, o grupo entendeu que é hora de provocar institucionalmente a Assembleia Legislativa de Mato Grosso. A proposta é estimular a criação de uma comissão específica para discutir o Observatório do Terceiro Setor no estado, um espaço para acompanhar, analisar e propor melhorias nas relações entre o poder público e as organizações sociais. Mais do que um órgão de controle, esse observatório é um lugar de diálogo permanente e construção conjunta de soluções.

Com esse objetivo em mente, também foi sugerida a formação de um grupo de trabalho para construir uma Câmara Setorial Temática (CST) junto à Assembleia Legislativa. Essa comissão, voltada para as questões do terceiro setor, será um canal direto entre o Parlamento e as OSCs, permitindo maior escuta, acompanhamento legislativo e incidência política.

Além disso, o grupo propôs a realização de audiências públicas na Câmara Legislativa, como forma de dar visibilidade às pautas do setor e criar oportunidades de escuta institucionalizada por parte dos deputados e demais representantes. Esses encontros públicos serão também espaços de mobilização e conscientização social sobre o papel das OSCs na construção de políticas públicas e no cuidado com os territórios.

Reconhecendo que o fortalecimento institucional passa também pela formação e pelo acesso à informação, surgiu a proposta de promover capacitações para as organizações da sociedade civil em parceria com a própria Câmara dos Deputados de Mato Grosso. Seriam formações voltadas para temas como gestão, captação de recursos, legislação, transparência e articulação política – todas fundamentais para ampliar a capacidade de atuação e de diálogo das OSCs com o poder público.

Assim, pouco a pouco, com encontros virtuais, escutas atentas, convites públicos e ações institucionais, as organizações

de Mato Grosso seguem tecendo uma rede de articulação que pretende contribuir com o cenário do terceiro setor no estado. Uma rede que nasce do desejo coletivo de fortalecer a democracia e de garantir que as vozes da sociedade civil sejam escutadas – e respeitadas – nos espaços onde se tomam as decisões que afetam a vida de tantas pessoas.

## **ENCONTROS ESTADUAIS DA SOCIEDADE CIVIL EM GOIÁS ENTRE OS ANOS DE 2023 - 2025**

**Ponto focal:** Jordana Oliveira / Eduardo Mota



Encontro Goiânia – Espaço Riso maio de 2025

### **ENCAMINHAMENTOS E PRÓXIMOS PASSOS:**

Uma das primeiras ações pensadas foi buscar as demais entidades para articular a criação de um grupo de trabalho voltado ao debate das demandas locais, orientadas pelo cenário real do

Estado de Goiás. Esse esforço visa a criação do CONFOCO-GO, fortalecendo o diálogo entre sociedade civil e poder público, de forma organizada e representativa.

Outra medida importante é a consulta direta às instituições sobre as isenções de taxas bancárias, previstas em lei, mas que em muitos casos não está sendo efetivamente aplicadas. Confirmar a ocorrência ou não dessas isenções é fundamental para garantir que a legislação seja cumprida e que as organizações não sejam oneradas de forma indevida em sua gestão financeira.

Também foi organizada a construção de um repositório da legislação sobre o MROSC em Goiás, uma vez que, não existe uma Plataforma Estadual regulamentada. Essa iniciativa busca oferecer protagonismo às organizações no cenário legislativo, criando referências e bases sólidas para que os atores do terceiro setor possam se orientar.

Foi decidido a realização de um encontro regional do MROSC em Goiás. Esse espaço servirá como ambiente de troca de experiências, fortalecimento de redes e construção coletiva de soluções para os desafios comuns das organizações.

Outra proposta relevante foi o início dos estudos para a implementação de um banco de economia solidária, inspirado em experiências exitosas como a do Banco Palmas. Essa iniciativa visa fomentar a circulação de recursos dentro das comunidades, gerando alternativas econômicas inclusivas e sustentáveis.

Destacou-se ainda a necessidade de iniciar diálogos com o Legislativo, a partir da aproximação com lideranças políticas locais. Esse movimento se mostrou estratégico para garantir abertura de pautas, reconhecimento da importância do setor e avanço em processos de regulamentação que poderiam transformar a relação entre Estado e sociedade civil em Goiás.

**Saiba mais:** Ao final do livro temos uma descrição detalhada de todos os encontros realizados em todos os estados e distrito federal até chegarmos a esses encaminhamentos.

## **PAUTAS TRANSVERSAIS NO DEBATE DAS PLATAFORMAS ESTADUAIS:**

Durante os encontros da Caravana do terceiro setor, foi eleito o Comitê Facilitador da Plataforma MROSC para os estados da região Centro-Oeste, cuja composição está detalhada no anexo III. Esse comitê assumiu o compromisso de desenvolver ações estratégicas voltadas para a melhoria do ambiente de atuação das OSCs e para o fortalecimento das agendas definidas nos encontros junto às organizações e à administração pública. Entre as prioridades destacam-se a criação dos CONFOCOs como espaços legítimos de diálogo, a promoção de tratamento justo com as OSCs, a sensibilização dos gestores públicos sobre a importância do MROSC e a defesa de um ambiente regulatório que favoreça a sustentabilidade e a autonomia das organizações. A presença de representantes das quatro unidades federativas da região evidenciou a urgência de avançar no cumprimento da Lei 13.019/2014 e de implementar mecanismos que garantam condições adequadas para a atuação das OSCs.

Com a definição do Comitê Facilitador e os compromissos assumidos, os participantes demonstraram disposição em atuar coletivamente para superar os desafios e construir um futuro mais justo e colaborativo para o Terceiro Setor no Centro-Oeste. Os encontros reforçam ainda a importância da união e da mobilização contínua em prol de um ambiente regulatório que valorize e fortaleça a participação social e a atuação das OSCs.

A comunicação desempenhou um papel estratégico nesse processo. Em um primeiro momento, a articulação concentrou-se na construção e divulgação da iniciativa. Posteriormente, foram criados canais de comunicação mais eficazes e a equipe responsável foi ampliada para atender às novas demandas. Atualmente, a comunicação online consolidou-se como ferramenta essencial para que as OSCs ampliem o alcance de suas mensagens e fortaleçam sua narrativa. As redes sociais da Plataforma MROSC tornaram-se espaços importantes para que as organizações signatárias se apropriem do debate.

Entende-se nos encontros que houve um avanço significativo nas relações de parceria entre a sociedade civil e administração pública com a Lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que trouxe maior clareza e segurança ao estabelecer regras para as parcerias. No entanto, a insegurança jurídica ainda persiste devido à ausência de uniformidade na interpretação e na aplicação da lei. Diferentes instâncias da administração pública, seja no âmbito federal, estadual ou municipal adotam critérios distintos, o que gera insegurança para as organizações e compromete a previsibilidade necessária para o planejamento de suas ações. Essa falta de padronização reforça a necessidade de orientações mais claras, bem como de instâncias de diálogo permanentes que auxiliem na correta aplicação da legislação em todo o território nacional.

Além disso, faz-se cada vez mais necessária a construção de uma legislação tributária específica voltada para as OSCs. Muitas dessas organizações enfrentam sérias dificuldades financeiras devido à carga de impostos que precisam arcar, mesmo desenvolvendo atividades de interesse público e sem fins

lucrativos. Reduzir o peso tributário sobre as OSCs não é apenas uma questão de sobrevivência institucional, mas também de justiça social, considerando a relevância das ações que realizam em benefício das comunidades.

Foi colocado de forma recorrente nos encontros a necessidade do fortalecimento da doação direta e a ampliação das possibilidades de abatimento no imposto de renda para os doadores, que já acontece no Brasil, mas de forma burocrática e limitada. O incentivo fiscal, já aplicado em outros países com resultados expressivos, pode servir de referência para que o Brasil avance na consolidação de um sistema mais justo e eficiente de financiamento das organizações da sociedade civil. Tornar os mecanismos de incentivos fiscais mais simples e promover uma campanha para a adoção dessa prática, não apenas garante a sustentabilidade financeira das OSCs, mas também fomenta uma participação mais ativa da sociedade no apoio a causas sociais.

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) precisam assumir uma postura propositiva e engajada na construção de agendas permanentes que fortaleçam uma imagem positiva perante a sociedade. Apesar da relevância de seu papel, ainda existe pouca visibilidade e reconhecimento em relação ao trabalho realizado por essas organizações nos estados e no Distrito Federal. Essa falta de reconhecimento limita o alcance de suas ações e reduz as possibilidades de ampliar a confiança social, fundamental para que consigam se consolidar como protagonistas no desenvolvimento social e na defesa de direitos.

Nesse cenário, torna-se essencial que as OSCs busquem constantemente estratégias de comunicação e articulação que demonstrem os resultados concretos de suas iniciativas. A valorização de boas práticas, que buscamos nesse livro, a produção

de conhecimento e a divulgação de experiências exitosas podem contribuir para mudar a percepção da sociedade e fortalecer o espaço de legitimidade das organizações. Além disso, a construção de redes de cooperação entre OSCs favorece o surgimento de uma narrativa coletiva que potencializa suas vozes e amplia sua representatividade.

Por outro lado, é imprescindível cobrar do Governo Federal, assim como dos governos estaduais e municipais, medidas que colaborem efetivamente para que as OSCs alcancem seus objetivos. O fortalecimento institucional dessas organizações depende de um ambiente político, jurídico e administrativo que reconheça sua relevância e facilite sua atuação. Isso significa garantir regulamentações mais claras, menos burocráticas, além de criar canais legítimos e permanentes de diálogo entre o poder público e a sociedade civil organizada.

O governo deve ser entendido e atuar como um aliado natural das OSCs, pois ambas as esferas compartilham o compromisso de promover a justiça social e o bem comum. A colaboração entre Estado e sociedade civil é fundamental para que políticas públicas alcancem maior efetividade e legitimidade. Ao reconhecer e apoiar o trabalho das OSCs, o governo contribui para a construção de um ambiente mais democrático, participativo e capaz de responder aos desafios sociais de forma inovadora e sustentável.

Outro debate recorrente nos encontros foi a ausência de Conselhos de Fomento e Colaboração (CONFOCO) na maioria dos estados e municípios. Além disso, não existem muitas instâncias legítimas de diálogo entre as OSCs e a administração pública nas três esferas do governo, o que dificulta a construção

de parcerias efetivas e a implementação de políticas públicas colaborativas.

Nos últimos anos, as OSCs têm convivido com um ambiente adverso, marcado por violações de direitos e pela criminalização de sua atuação. Muitas vezes, essas organizações são equivocadamente vistas como extensões de órgãos públicos ou como simples prestadoras de serviços, o que desvaloriza sua função como agentes independentes e autônomos. Enquanto empresas privadas recebem incentivos e tratamento diferenciado, as OSCs enfrentam burocracia excessiva e processos que criminalizam sua atuação. Essa realidade não apenas compromete a motivação das organizações, mas também dificulta o cumprimento de suas missões, que são essenciais para a promoção da justiça social e a garantia de direitos.

No campo do desenvolvimento institucional, foi destacada a necessidade de estabelecer conexões entre as legislações do MROSC em um padrão claro e uniforme, válido em nível nacional e subnacional. Isso inclui a realização de programas permanentes de formação online, a disponibilização de catálogos de modelos de leis municipais e estaduais, além da busca por parcerias estratégicas com instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público Federal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Também foi ressaltada a importância de identificar lideranças locais em cada estado, fortalecer o ambiente das plataformas estaduais, realizar busca ativa por novas OSCs e manter o banco de dados da Plataforma MROSC atualizado e acessível.

## **DESAFIOS ENFRENTADOS NA PLATAFORMA MROSC CENTRO-OESTE:**

Entre tantos aprendizados e reflexões que surgiram ao longo dos encontros da Caravana do Terceiro Setor, alguns encaminhamentos ganharam força e se transformaram em compromissos coletivos.



Silvio Santana – Encontro da Caravana do Terceiro Setor  
em Goiânia – maio de 2025

### **A) Constituição e participação qualificada no CONFOCO:**

Um dos temas que mais despertou atenção foi a necessidade de constituição do CONFOCO nos estados, o Conselho de Fomento e Colaboração. Apesar da importância estratégica desse espaço, ainda é visível a falta de formação e capacitação sobre o seu funcionamento, especialmente entre as organizações da região Centro-Oeste. Percebeu-se que o desafio não está apenas

em ocupar esse espaço, mas em compreendê-lo em toda a sua complexidade.

### **B) Falta de formação e capacitação sobre o funcionamento dos Conselhos de Fomento e Colaboração:**

Para que mais organizações possam participar de forma ativa e qualificada no CONFOCO, será necessário investir em um processo amplo de aprendizagem coletiva. Esse caminho já tem alguns recursos disponíveis: o site da Plataforma MROSC, por exemplo, reúne um conjunto significativo de materiais formativos, como cartilhas, vídeos e conteúdos explicativos. Porém, esses materiais precisam chegar aonde realmente fazem diferença: nas bases, nas lideranças comunitárias, nos territórios onde a luta por direitos acontece diariamente.

### **C) Necessidade de ampliar o acesso à informação e transparência das ações:**

Outro ponto debatido com profundidade foi o papel das Plataformas Estaduais. Cada estado tem suas iniciativas, agendas e dinâmicas, mas ainda enfrentam dificuldades para tornar visíveis suas ações e conquistas. Divulgar o que está sendo feito em relação à Agenda MROSC é um desafio real. Por isso, fortalecer a comunicação entre as plataformas e com o público em geral foi apontado como uma prioridade urgente. A transparência e a visibilidade das ações ajudam não apenas a fortalecer as próprias plataformas, mas também a inspirar outras organizações.

### **D) Trabalhar a comunicação numa linguagem simples e estratégica**

Falando em comunicação, um dos encaminhamentos mais importantes foi a necessidade de trabalhar estrategicamente a imagem das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Quanto mais conhecidas e compreendidas forem, menos barreiras

enfrentarão. É essencial construir uma comunicação integrada e positiva, que leve à sociedade uma imagem realista – mas também inspiradora – do impacto das OSCs. Mostrar o que fazem, onde atuam, com quem colaboram e, principalmente, os resultados concretos que geram. Assim, a imagem pública das organizações será fortalecida, e a própria Plataforma MROSC ganhará mais alcance e legitimidade. Ambas se alimentam e se fortalecem mutuamente.

### **E) Gestão do Conhecimento**

Nesse mesmo sentido, a gestão do conhecimento foi reconhecida como uma frente estratégica. A Plataforma MROSC Centro-Oeste pode e deve ser um instrumento de fomento à produção e à difusão de conhecimento. Gerar informação qualificada, produzir análises, mapear experiências e promover debates são formas de levar mais pessoas a reconhecerem as OSCs como referências legítimas na atuação em políticas públicas – da assistência social à saúde, da cultura à educação, do meio ambiente à economia solidária.

### **F) Ampliação da nossa compreensão**

Esse esforço por ampliar a compreensão sobre o papel das OSCs também contribui, de forma direta, para a qualidade da democracia. Ao articular suas ações com práticas de gestão do conhecimento, a Plataforma MROSC pode ajudar a consolidar uma consciência coletiva de que as organizações da sociedade civil não são “complementos” do Estado, mas sim, partes essenciais de uma democracia viva, plural e participativa – no Brasil e no mundo.

### **G) Visibilidade e importância das OSCs**

Um dado curioso e pouco conhecido, compartilhado durante os encontros, reforçou essa ideia: as OSCs existiam antes mesmo da criação formal do Estado brasileiro. Elas surgiram da sociedade, da solidariedade e da organização popular – e por isso carregam uma legitimidade própria, que precisa ser mais conhecida e valorizada. Essa informação histórica, aparentemente simples, tem um poder transformador. Quando o cidadão comum compreende que as OSCs não são «novidades» ou «dependentes do Estado», mas sim estruturas vivas da própria sociedade, a relação de confiança e respeito tende a crescer.

### **H) A dimensão da agenda MROSC**

Os participantes reforçaram que a Plataforma MROSC não foi criada para discutir apenas a Lei 13.019/2014. Seu propósito é mais profundo: contribuir para a construção de um ambiente regulatório que fortaleça o trabalho das organizações da sociedade civil em sua diversidade. A Lei 13.019 é, sem dúvida, uma das principais ferramentas nesse processo, mas ela se conecta com outras legislações e instrumentos que, juntos, formam uma rede jurídica de proteção e fomento às OSCs – e, conseqüentemente, à própria democracia.

## **ENCAMINHAMENTOS DAS PLENÁRIAS NOS ENCONTROS PARA REGIÃO CENTRO-OESTE:**

Representantes de organizações da sociedade civil do Centro-Oeste, gestores públicos, ativistas e estudiosos do tema trouxeram demandas e ideias para a Região. A partir desse diálogo, nasceram contribuições sobre como fortalecer a atuação das OSCs, sendo pautas defendidas pelo conjunto de esforços dos estados da região.

### **A) Revisar o sistema de adesão à Plataforma MROSC**

Muitos participantes relataram dificuldades ou falta de clareza nos processos de cadastro e participação. Propôs-se, então, a construção de uma estratégia mais acolhedora e prática para atrair novas organizações, garantindo que o ingresso à plataforma seja acessível, simples e, sobretudo, convidativo.

### **B) Sistematizar os dados das signatárias da Plataforma MROSC**

Outro encaminhamento importante foi a atualização dos dados sobre as organizações ativas na Plataforma MROSC, especialmente aquelas da Região Centro-Oeste. Com essas informações em mãos, será possível planejar ações mais assertivas e reconhecer as experiências que já fazem parte do processo.

### **C) Ampliar a comunicação**

Ampliar a divulgação da Plataforma é mais do que uma tarefa técnica; é uma missão estratégica. Foi sugerida a realização de campanhas de disparo em massa, utilizando ferramentas digitais, redes sociais e materiais de apoio que consigam dialogar com públicos diversos. A ideia é simples e poderosa: quanto mais gente conhecer a Plataforma, maior será sua força coletiva.

### **D) Processo de escuta ativa das OSCs**

As OSCs precisam ser ouvidas nos espaços onde as decisões são tomadas. Por isso, foi proposta a articulação com deputados estaduais e distritais, buscando apoio direto às ações do terceiro setor por meio de emendas parlamentares e outras formas de parceria institucional.

### **E) Construir instruções normativa**

No campo normativo, surgiu a ideia de construir instruções normativas que possam orientar melhor o funcionamento

das parcerias e das políticas públicas voltadas às OSCs. Essa construção, no entanto, precisa vir acompanhada de uma maior organicidade entre as entidades: é preciso tecer redes mais consistentes, com canais permanentes de comunicação e mobilização.

#### **F) Intensificar a mobilização das OSCs**

A mobilização, aliás, foi um dos temas mais comentados. Propôs-se a realização de reuniões virtuais periódicas entre as OSCs da região, como forma de manter viva a troca de experiências, o apoio mútuo e o planejamento conjunto. Além disso, discutiu-se a criação de um pacto de solidariedade e voluntariado dentro da própria Plataforma. Cada organização poderia contribuir com aquilo que faz melhor seja na comunicação, na mobilização ou em projetos fortalecendo uma lógica de rede em que todos ganham e todos caminham juntos.

#### **G) Modelo de projetos para OSCs**

Outro ponto discutido com entusiasmo foi a criação de projetos próprios da Plataforma MROSC. Projetos que não apenas agreguem as organizações em torno de causas comuns, mas que também ofereçam visibilidade, captação de recursos e impacto direto nos territórios.

#### **H) Ampliar as formas de captação de recursos**

Falou-se também da importância de fortalecer mecanismos locais de arrecadação, como o programa Nota Legal, que permite a destinação de créditos fiscais às OSCs. Incentivar sua utilização e garantir que mais organizações tenham acesso a esses recursos pode ser uma ferramenta poderosa de sustentabilidade.

### **I) Audiências públicas**

A realização de audiências públicas também foi colocada como uma estratégia para dialogar com a sociedade e com os poderes constituídos. Essas audiências seriam momentos de exposição das pautas da Plataforma, de escuta da comunidade e de incidência política passos importantes para garantir visibilidade e influência nas decisões que impactam diretamente as OSCs.

### **J) Estudar e revisar decretos e portarias estaduais nas parcerias com a administração pública**

Uma preocupação constante nas falas foi a burocracia excessiva nos processos de parceria com o poder público. Muitas organizações relataram que uma parte significativa dos recursos acaba sendo consumida por trâmites administrativos e exigências documentais desproporcionais. Defendeu-se, então, a necessidade de revisar protocolos e exigências, buscando um equilíbrio que garanta a transparência, mas sem sufocar as organizações com uma carga burocrática que, muitas vezes, inviabiliza o trabalho no território.

### **L) Definir recomendações para que as parcerias entre sociedade civil e administração pública sejam menos burocráticas**

Ainda nessa linha, foram relatados casos de não cumprimento de acordos financeiros por parte de entes públicos, mesmo após os chamamentos e formalizações. Essa quebra de confiança prejudica não apenas os projetos, mas toda a relação entre governo e sociedade civil. É necessário criar mecanismos mais seguros e responsáveis para garantir que os compromissos assumidos sejam, de fato, cumpridos.

Esses encaminhamentos, embora diversos, têm um ponto em comum: o desejo de avançar juntos, com diálogo, estratégia e compromisso. A Caravana do Terceiro Setor não é apenas um evento. É um movimento que pulsa, que sonha, que propõe e, sobretudo, que constrói caminhos concretos para que a sociedade civil ocupe com dignidade e força o lugar que sempre foi seu por direito.



# PARTE 02

**BOAS PRÁTICAS DO  
TERCEIRO SETOR  
QUE JÁ ACONTECEM  
NO CENTRO OESTE**

02

# BOAS PRÁTICAS DO TERCEIRO SETOR QUE JÁ ACONTECEM NO CENTRO OESTE:



Erika Sanchez – Encontro da Caravana do terceiro setor em Cuiabá março de 2025

**A**s boas práticas identificadas e compartilhadas nas páginas seguintes refletem as ações da Plataforma MROSC Centro-Oeste, da FAOSC e dos encontros da Caravana do Terceiro Setor e representam um marco no fortalecimento da sociedade civil organizada na região. Desde 2019, essas articulações têm promovido espaços de diálogo, formação e incidência política, criando condições para que organizações da sociedade civil (OSCs) aprimorem sua gestão, consolidem sua governança e fortaleçam sua relação com o poder público. A sistematização dessas experiências permite dar visibilidade a iniciativas que têm produzido resultados concretos e inspiram outras OSCs a adotarem caminhos semelhantes.

Essas boas práticas não surgiram de forma isolada, mas como fruto de um processo contínuo de articulação e de construção coletiva. A Caravana do Terceiro Setor tem se configurado como um espaço de aprendizagem mútua, em que gestores públicos, lideranças comunitárias e representantes de organizações compartilham desafios, soluções e inovações relacionadas à implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Esse ambiente colaborativo possibilitou identificar estratégias que, além de atender às exigências legais, fortalecem a sustentabilidade institucional e a efetividade das ações desenvolvidas pelas OSCs.

A FAOSC, enquanto federação representativa de OSCs, desempenhou papel estratégico nesse processo, permitindo parcerias e a viabilidade dos encontros. Através de caravanas, seminários, oficinas e formações permitiu ampliar a compreensão sobre o MROSC, além de incentivar a replicação das boas práticas mapeadas. Essa mobilização regional reforça a importância da sociedade civil como protagonista na formulação e implementação

de políticas públicas, assegurando maior legitimidade e impacto às ações realizadas.

Assim, as boas práticas construídas e disseminadas desde 2019 refletem um verdadeiro saber coletivo, marcado pela aprendizagem contínua e pelo compromisso em fortalecer o Terceiro Setor no Centro-Oeste. Mais do que resultados pontuais, elas representam a consolidação de uma rede de colaboração que tem transformado a forma como as organizações atuam, se relacionam e se fortalecem mutuamente. Essa trajetória demonstra que, quando há articulação, diálogo e compromisso coletivo, é possível construir soluções sustentáveis e inovadoras que beneficiam não apenas as OSCs, mas toda a sociedade.

## **FORMAÇÕES CONTINUADAS**

### **O que é essa boa prática:**

Nos últimos anos foram realizados encontros de formação voltados para o desenvolvimento institucional das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Esses momentos têm sido transformadores, para os que dele participam. A ideia é transformar esses encontros em um programa de capacitação continuada que contribua para que as OSC se profissionalizem e ampliem seu impacto social.

No Centro-Oeste, onde as OSCs têm um papel crucial no enfrentamento de desafios sociais, essa capacitação é ainda mais urgente. Muitas organizações enfrentam dificuldades por falta de conhecimento em áreas como gestão, captação de recursos, prestação de contas, aspectos jurídicos e contábeis. Sem essas ferramentas, fica difícil sobreviver e crescer. Por isso, a formação continuada não é só uma opção, mas uma necessidade.

A transparência e a eficiência são fundamentais para ganhar a confiança de doadores e parceiros. Programas de formação proporcionam às OSCs a se estruturarem, a prestarem contas de forma objetiva e a adotarem boas práticas de governança. Isso não só fortalece a credibilidade das organizações, mas também cria uma cultura de integridade, conformidade e responsabilidade.

Organizações mais capacitadas são capazes de ampliar seu alcance, contribuindo para a redução das desigualdades e a promoção da justiça social. Por isso, acreditamos que programas de formação continuada devem ser prioridade para governos, empresas e para a própria sociedade civil. É um esforço coletivo que pode contribuir com a melhoria das realidades.

É essencial que os programas de capacitação sejam adaptados às necessidades do terceiro setor. Temas como gestão organizacional, captação de recursos, inovação social e conformidade com a legislação (como o Marco Regulatório das OSCs) são fundamentais. Além disso, adotar formatos híbridos, com atividades online e presenciais, garante que organizações de diferentes regiões possam participar.

Mentorias personalizadas e workshops práticos têm se mostrado ferramentas poderosas para o fortalecimento institucional. Materiais de apoio, como manuais e guias, também são aliados valiosos.

### **Como acontece:**

As formações continuadas na região Centro-Oeste tiveram início em 2020, em um momento marcado pela pandemia, o que exigiu a adoção do formato virtual. Durante cerca de três anos, foram realizados encontros periódicos online que contribuíram com o desenvolvimento institucional das OSCs, criando um espaço de aprendizagem coletiva e compartilhamento

de experiências. Esses encontros foram fundamentais para aprimorar os processos de parceria com a administração pública, além de ampliar o conhecimento sobre a aplicação do Marco Regulatório e suas possibilidades de impacto social no cotidiano das organizações.

Nos últimos anos, acompanhando a retomada das atividades presenciais, as formações passaram a ocorrer também de forma física nos estados da região, respondendo diretamente às demandas identificadas pelas OSCs locais. Esses encontros presenciais têm se mostrado essenciais para consolidar vínculos, aprofundar debates e estimular a articulação entre lideranças sociais, gestores públicos e demais atores envolvidos. Assim, o processo de formação continuada evoluiu para uma prática híbrida, combinando os benefícios do alcance virtual com a potência da interação presencial, fortalecendo ainda mais o ambiente de atuação das organizações da sociedade civil na região Centro-Oeste.

### **Orientações e primeiros passos:**

É necessário fazer uma pesquisa por meio virtual ou presencial para se estabelecer um diagnóstico e entender quais as formações necessárias à cada grupo específico de organizações que se quer formar. Após esse diagnóstico inicial é preciso definir qual o formato, tempo e canal de formação, sejam eles salas de videoconferência ou encontros, além da definição dos materiais de apoio e as pessoas que vão fazer essa formação.

Nossa experiência mostra que antes de chamar um especialista fora da rede de organizações mobilizadas no território devemos levar em consideração os saberes dos membros que já fazem parte da articulação. Esses atores, além dos conhecimentos

técnico teórico, também trazem consigo o conhecimento da realidade específica do território de atuação dessas organizações

## **ENCONTROS ESTADUAIS E REGIONAIS DO TERCEIRO SETOR (CARAVANA DO TERCEIRO SETOR)**

### **O que é essa boa prática:**

A região Centro-Oeste se mobilizou através de encontros estaduais e regionais, conhecidos como Caravana do Terceiro Setor. Esses eventos são um espaço para debater desafios, compartilhar boas práticas e construir estratégias que transformem a gestão das políticas públicas. E o mais importante: eles aproximam governo e sociedade civil, criando pontes para um trabalho conjunto em parceria.

A Caravana acontece com eventos em cada um dos estados da região Centro-Oeste e, anualmente, um dos estados sedia um encontro regional. Essa alternância é fundamental para descentralizar as discussões e trazer à tona as realidades locais. Cada estado tem suas particularidades, e é essencial que todas as vozes sejam ouvidas. A participação de representantes governamentais, OSCs, universidades e até do setor privado garante que os debates sejam plurais e ricos em perspectivas.

Durante esses encontros, as OSCs têm a oportunidade de expor suas demandas, apresentar resultados e celebrar parcerias estratégicas. É um momento de troca, onde todos saem inspirados e com novas ideias para colocar em prática. Além disso, esses eventos fortalecem a transparência e a prestação de contas, mostrando que o trabalho das OSCs é sério e comprometido.

Um dos aspectos mais importantes da Caravana é a construção de redes de cooperação. As parcerias que nascem nesses encontros não se limitam ao evento. Elas se estendem no

tempo, impactando positivamente a gestão das organizações e a eficácia dos projetos sociais. É como plantar uma semente que, com cuidado e dedicação, cresce e dá frutos.

O fortalecimento dessas iniciativas depende do compromisso de todos: governantes, OSCs, universidades, setor privado e sociedade civil. Juntos, podemos consolidar um terceiro setor mais dinâmico, inovador e preparado para enfrentar os desafios do nosso tempo.

### **Como acontece:**

Na região Centro-Oeste desde 2023 com encontros presenciais nas capitais da região com temas estaduais e Distritais, sendo um dos encontros com temas Regionais, como acúmulo de discussões em cada um dos entes federados da região, a organização do encontro estadual é feita por membros do comitê facilitador de cada estado com temas e definição de agenda feita por cada coletivo.

### **Orientações e primeiros passos:**

Fazer um mapeamento das organizações que atuam em cada um dos estados da região. Esse levantamento pode ser feito por meio dos conselhos de direito que já tem um formato de atuação com temas definidos, agenda de encontros e canal de comunicação com seus membros, tendo um número de conselhos garantimos a pluralidade da rede no estado. Outra forma é promover encontros virtuais ou presenciais para que os interessados possam participar e entender melhor como pode funcionar uma rede estadual do terceiro setor.

Outro momento são as plenárias de definição do funcionamento da articulação nos estados, eleição de um comitê facilitador com um número médio de 10 pessoas que pode variar de acordo com cada realidade e a definição de um ponto focal, que

é a pessoa que representa esse grupo em reuniões e encaminhamentos para que seja mais ágil e dinâmica a comunicação com o grupo.

## **DEFINIÇÃO DE UMA PAUTA DE APOIO AO TERCEIRO SETOR**

### **O que é essa boa prática:**

Em 2023, um passo importante foi dado para fortalecer o terceiro setor nos estados: a construção de uma pauta objetiva de apoio às Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Essa pauta não é só um documento, mas um compromisso com a sociedade. Ela surgiu da necessidade de criar diretrizes que ajudassem a administração pública e as OSCs a trabalharem juntos de forma mais eficiente. Afinal, sem uma orientação clara, as ações podem ficar descoordenadas, e os resultados, aquém do esperado.

No Centro-Oeste, onde as OSCs têm um papel crucial no enfrentamento de desafios sociais, essa pauta se tornou ainda mais urgente. Aqui se destacam temas como a criação dos Conselhos de Fomento e Colaboração (CONFOCO), frentes parlamentares dedicadas ao terceiro setor, tributação diferenciada para as OSCs, incentivos fiscais e a manutenção de fundos. Tudo isso para garantir que as organizações possam atuar com mais força e menos burocracia.

Mas não basta criar a pauta e deixá-la parada. É sabido que o mundo muda, e as demandas também. Por isso, a revisão periódica dessas diretrizes é fundamental. A ideia é que a pauta seja viva, adaptando-se às novas realidades e necessidades que surgirem ao longo do tempo. Afinal, o que funciona hoje pode precisar de ajustes amanhã.

Alguns temas são estratégicos e não podem ficar de fora. A simplificação de processos administrativos, por exemplo, é um deles. Quantas vezes as OSCs enfrentam dificuldades só para

cumprir exigências burocráticas? Outro ponto crucial é a garantia de recursos financeiros, que são a base para a sustentabilidade dessas organizações. Sem dinheiro, fica difícil manter projetos que transformam vidas.

A capacitação de gestores e a promoção de políticas de transparência e prestação de contas é uma prioridade. Afinal, deseja-se que as OSCs sejam não só eficientes, mas também confiáveis. E tudo isso está sendo construído em conjunto com as próprias organizações. Afinal, quem melhor para dizer o que funciona do que quem está na linha de frente?

Essa abordagem colaborativa é o coração desta proposta. A pauta não é imposta de cima para baixo, mas construída com as mãos de todos. Assim, ela será um instrumento poderoso para promover o desenvolvimento social e fortalecer o terceiro setor em todo o país.

### **Como acontece:**

Por meio dos encontros as organizações conseguem compartilhar as demandas e desafios que tem com outras instituições, até chegar às pautas comuns do coletivo, dessa forma é possível entender os avanços necessários para o desenvolvimento do terceiro setor no estado e posteriormente na região.

Uma vez eleito um conjunto de pautas para as organizações da sociedade civil é preciso pensar em estratégias e ações a serem desenvolvidas. Esse é o fio condutor para as ações a serem realizadas pelas articulações, guiando as pautas dos encontros e atividades desenvolvidas.

### **Orientações e primeiros passos:**

Promover encontros com as organizações da sociedade civil no estado, ter a definição de uma metodologia para facilitar

a discussão e poder chegar em um consenso de quais pautas são importantes para a atuação do terceiro setor no estado e região.

Nessa condução, conseguir uma definição que vai além das pautas setoriais, definindo pautas transversais para a atuação de todo terceiro setor. Dessa forma podemos unir a sociedade civil em pontos comuns de sua atuação e não compartimentar em áreas de atuação, com essas definições as pautas podem ser defendidas em todos os espaços, como conselhos de direitos e áreas de atuação das organizações participantes.

## **MAPEAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PARCERIAS COM OSCS NA IMPLEMENTAÇÃO DO MROSC**

### **O que é essa boa prática:**

Nos últimos anos, iniciou-se um trabalho essencial para o fortalecimento do terceiro setor: o mapeamento das políticas públicas e das parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Esse processo é fundamental para entender como a Lei nº 13.019/2014, o Marco Regulatório das OSCs (MROSC), pode ser aplicada de forma eficaz em cada segmento. O MROSC trouxe avanços importantes ao estabelecer regras claras para as parcerias entre o poder público e as OSCs, priorizando a transparência e o controle social.

O mapeamento realizado ajuda a identificar onde e como as OSCs podem atuar em parceria com o governo, promovendo maior eficiência na gestão de recursos e na prestação de serviços à população. É como abrir um mapa de possibilidades, onde cada rota leva a uma colaboração que pode transformar vidas. Para que isso funcione, foram criados manuais, formados multiplicadores e facilitado para que tudo possa ser atualizado constantemente.

Esses são passos essenciais para consolidar o MROSC como uma ferramenta poderosa para o terceiro setor.

Um dos resultados desse trabalho é a elaboração deste manual, que se apresenta como um guia prático para gestores públicos e representantes de OSCs, mostrando como seguir as etapas e exigências da legislação. Ele cobre áreas como saúde, educação e assistência social, ajudando a padronizar e regulamentar as parcerias. Além disso, é possível desenvolver uma esteira padrão de parcerias, que agiliza e torna mais transparente todo o processo administrativo.

Mas de nada adianta ter ferramentas se as pessoas não souberem usá-las. Por isso, a formação de multiplicadores e a realização de reuniões com secretários estaduais são ações estratégicas. Capacitar lideranças e gestores públicos é essencial para descentralizar o conhecimento e ampliar a qualidade das parcerias em estados e municípios. E o mais importante: o mapeamento é um processo contínuo, sempre atualizado para refletir mudanças legislativas, novas demandas e avanços tecnológicos.

### **Como acontece:**

Nos encontros da Caravana do Terceiro Setor, o mapeamento de políticas públicas desempenha um papel central no fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Esse trabalho busca identificar políticas que dialoguem diretamente com o setor, seja por meio do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) ou de benefícios que possam apoiar a atuação dessas organizações.

Como o terceiro setor abrange uma ampla variedade de áreas como assistência social, saúde, cultura, meio ambiente, educação, esporte e direitos humanos, é essencial reconhecer as

políticas setoriais existentes e compreender como elas podem se conectar com a sociedade civil. O mapeamento permite visualizar essas oportunidades e destacar de que forma cada área pode contribuir para ampliar a capacidade de ação das OSCs.

### **Orientações e primeiros passos:**

Os primeiros passos no mapeamento de políticas públicas e parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), no âmbito da implementação do MROSC, envolvem a identificação das políticas que dialogam diretamente com as ações da sociedade civil. Esse processo pode ser iniciado a partir da análise dos Conselhos de Direitos, espaços onde são discutidas e deliberadas pautas relevantes de áreas como infância, juventude, assistência social, saúde, cultura e outras.

Outra forma de identificação é por meio de levantamentos realizados junto ao Poder Executivo, especialmente nas secretarias e órgãos responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas. Nesses levantamentos, é possível obter informações sobre programas em andamento, recursos disponíveis, objetivos e público-alvo, elementos que ajudam a construir uma visão mais clara do cenário de atuação.

Esse acompanhamento sistemático também fortalece a capacidade das OSCs de interagir com a administração pública. Com base nesse conhecimento, as organizações podem propor melhorias, fiscalizar a gestão das políticas e, principalmente, atuar como parceiras estratégicas na implementação de ações que atendam de forma mais efetiva às necessidades da população.

Assim, o mapeamento torna-se não apenas uma ferramenta de registro, mas também um instrumento de fortalecimento da sociedade civil, ampliando sua autonomia e sua

contribuição para a construção de políticas públicas mais democráticas e inclusivas.

## **ESTÍMULO A CRIAÇÃO DOS CONFOCOS**

### **O que é essa boa prática:**

Um dos maiores esforços tem sido a instituição dos Conselhos Estaduais e Municipais de Fomento e Colaboração (CONFOCOs). Esses conselhos funcionam como pontes, conectando o poder público, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e a sociedade em geral. Seu papel é ampliar a transparência, promover eficiência na gestão de recursos e fortalecer a participação social.

No Centro-Oeste a instituição dos CONFOCOs é também uma pauta urgente, pois permite descentralizar decisões e fomentar o desenvolvimento local, levando em consideração as particularidades de cada território.

A padronização de procedimentos e portarias têm se destacado como um passo essencial nesse processo. Ela possibilita a replicação de boas práticas e a construção de uma cultura sólida de prestação de contas, fator indispensável para a credibilidade e legitimidade dos conselhos. Por meio dos CONFOCOs, busca-se consolidar uma governança participativa, com maior eficiência no uso dos recursos e fortalecimento do Terceiro Setor, promovendo, assim, desenvolvimento social e redução das desigualdades.

### **Como acontece:**

A Caravana do Terceiro Setor tem pautado em seus encontros a criação dos Conselhos de Fomento e Colaboração (CONFOCOs) nos estados da região Centro-Oeste e no Distrito Federal. Essa iniciativa acontece por meio de uma incidência

política organizada, que envolve diálogo direto com o Poder Executivo nas secretarias de governo, buscando sensibilizar gestores sobre a importância desses conselhos para fortalecer as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

O processo se estrutura em diferentes etapas. Primeiramente, são elaboradas minutas e propostas técnicas que servem de base para a regulamentação dos conselhos feitas em reuniões com a sociedade civil, nas quais é discutida a relevância do CONFOCO como espaço legítimo de participação e de transparência na gestão de recursos públicos. Esses encontros funcionam como momentos de mobilização e de construção coletiva, garantindo que as OSCs estejam ativamente envolvidas na defesa dessa pauta.

Além disso, há um trabalho constante de articulação com parlamentares e lideranças locais. A Caravana busca dialogar com deputados e representantes do legislativo para ampliar o apoio político necessário à institucionalização dos conselhos. Essa aproximação é fundamental para transformar a demanda social em iniciativas concretas dentro das assembleias legislativas e câmaras distritais, fortalecendo a legitimidade do processo.

Dessa forma, a Caravana do Terceiro Setor combina mobilização social, produção técnica e articulação política em um esforço contínuo para garantir que os CONFOCOs sejam criados e implementados. A relevância do tema e o impacto positivo esperado na governança das parcerias justificam a dedicação e o empenho investidos nessa agenda, que tem se consolidado como prioridade na região Centro-Oeste.

### **Orientações e primeiros passos:**

A criação de Conselhos de Fomento e Colaboração (CONFOCOs) exige organização, planejamento e incidência

política bem estruturada. O primeiro passo é definir uma agenda política, na qual a instalação do conselho seja assumida como prioridade nas discussões entre sociedade civil, parlamentares e membros do Executivo local. Essa pauta deve ser fortalecida em encontros, seminários e debates, tornando-se cada vez mais visível e relevante para a sociedade.

Em seguida, é importante realizar encontros e diálogos amplos com a sociedade civil organizada, parlamentares e gestores públicos, para sensibilizar sobre a importância do CONFOCO como espaço de participação social, transparência e fortalecimento das parcerias. Ao mesmo tempo, deve-se mapear os decretos estaduais e municipais já existentes, verificando se há previsão normativa para a criação desses conselhos e identificando possíveis lacunas a serem superadas.

Com essas informações em mãos, o próximo passo é elaborar uma minuta de decreto, tomando como referência o Decreto Federal (8726/16) que regulamenta o tema, adaptando-o à realidade do estado ou município. Essa minuta deve ser construída de forma participativa e, posteriormente, protocolada na secretaria de governo que tenha maior abertura ao diálogo, garantindo que a proposta seja oficialmente considerada pela gestão pública.

É essencial manter a pauta viva e em evidência, promovendo mobilizações, fortalecendo a articulação entre atores sociais e cobrando constantemente a implementação da proposta. A criação do CONFOCO não é apenas um ato burocrático, mas o resultado de um processo coletivo e contínuo de sensibilização, construção política e defesa de um ambiente regulatório mais justo para as organizações da sociedade civil.

## **FÓRUNS INTERCONSELHOS**

### **O que é essa boa prática:**

Atualmente, membros do Comitê Facilitador da plataforma MROSC Centro-Oeste que são conselheiros do CONFOCO NACIONAL têm participado do Fórum Interconselhos. No entanto, ainda não existem fóruns interconselhos na região Centro Oeste, a criação de Fóruns Interconselhos nos estados representa uma proposta inovadora e estratégica para promover a integração e o diálogo entre os diversos conselhos de políticas públicas existentes em cada um desses estados.

Esses fóruns têm o potencial de se tornarem espaços privilegiados de articulação e troca de experiências, reunindo representantes de conselhos setoriais como saúde, educação, assistência social, meio ambiente e cultura, entre outros. A experiência brasileira com conselhos participativos demonstra que a participação da sociedade civil é fundamental para a efetividade das políticas públicas. No entanto, a falta de integração entre esses conselhos muitas vezes resulta em ações fragmentadas e na subutilização de recursos, o que corrobora para identificar a necessidade urgente de criação desses espaços de diálogos.

O principal objetivo desses fóruns é fortalecer a participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoramento das políticas governamentais, garantindo que as demandas das comunidades sejam efetivamente consideradas. A integração entre conselhos permite uma visão mais ampla e intersetorial das políticas públicas, evitando a duplicação de esforços e a sobreposição de ações.

Além de fortalecer a participação social, os Fóruns Interconselhos podem facilitar a identificação de sinergias entre diferentes áreas de atuação, promovendo a integração de políticas públicas e a otimização de recursos. A intersectorialidade é essencial para enfrentar desafios complexos, como pobreza, desigualdade e degradação ambiental, que não podem ser resolvidos por uma única área de governo.

Para garantir a efetividade desses espaços e fortalecer a governança participativa, a realização de encontros periódicos é fundamental. Esses encontros devem contar com a participação de gestores públicos, especialistas e representantes das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), garantindo a representatividade e a diversidade de vozes.

Outro aspecto importante dos Fóruns Interconselhos é sua capacidade de promover transparência e controle social sobre as políticas públicas. Ao reunir representantes de diversos conselhos, esses fóruns podem atuar como mecanismos de monitoramento e avaliação das ações governamentais, contribuindo para que os recursos sejam aplicados corretamente e em benefício da sociedade.

A criação de Fóruns Interconselhos é uma estratégia promissora para fortalecer a democracia participativa e a governança no Brasil. Ao ampliar a participação da sociedade civil na gestão pública e promover a integração de políticas, esses espaços resultam em ações mais eficazes e alinhadas às necessidades da população. A consolidação desses fóruns como espaços permanentes de articulação e participação é essencial para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento social no país.

## **Como acontece:**

O Fórum Interconselhos é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo reunir os diversos conselhos nacionais em encontros periódicos. Esses espaços de diálogo permitem o fortalecimento dos conselhos, a troca de saberes e o compartilhamento de boas práticas adotadas em suas experiências. Nos encontros, representantes de diferentes áreas temáticas têm a oportunidade de debater políticas públicas, alinhar estratégias e identificar pontos de convergência para melhorar a atuação conjunta.

Atualmente, esses encontros se organizam como um espaço de aprendizagem coletiva e construção colaborativa, onde cada conselho contribui com sua perspectiva e experiência. A diversidade de temas abordados – como saúde, assistência social, direitos humanos, cultura, educação, entre outros – possibilita um olhar transversal e intersetorial sobre os desafios enfrentados pela sociedade.

A proposta de instituir fóruns interconselhos também em nível estadual e municipal representa uma grande oportunidade de ampliar o debate, descentralizando as discussões e fortalecendo a participação social nos territórios. Essa expansão permitiria aproximar os conselhos locais das agendas nacionais, gerando um fluxo contínuo de informações e fortalecendo a democracia participativa.

Dessa forma, o Fórum Interconselhos se consolida como um espaço estratégico não apenas para a troca de experiências, mas também para a construção de políticas públicas transversais e integradas, capazes de responder de maneira mais efetiva às demandas da sociedade.

## **Orientações e primeiros passos:**

A criação de um Fórum Interconselhos em estados ou municípios pode ser iniciada a partir de uma sequência de passos práticos e bem estruturados. O primeiro movimento é identificar a secretaria de governo mais adequada para ser parceira estratégica no processo. Essa secretaria será responsável por apoiar a estruturação inicial, oferecendo espaço físico, apoio técnico e condições básicas para o funcionamento do fórum.

Na etapa seguinte, é recomendada a definição de uma agenda inicial de encontros e da estrutura mínima necessária para garantir a participação efetiva dos diferentes conselhos locais. Esse planejamento deve ser simples, mas capaz de dar início ao processo de articulação.

A primeira reunião é um momento fundamental. Nela, representantes do Poder Executivo e da sociedade civil devem debater e definir a forma de governança do fórum, assim como a elaboração do seu regimento interno. Esses instrumentos irão orientar a dinâmica de funcionamento, a forma de tomada de decisões e a organização das atividades.

Com o fórum instituído, é essencial construir uma agenda de trabalho que contemple:

- incidência política sobre políticas públicas;
- processos de formação continuada para conselheiros e gestores;
- entregas concretas, como eventos, encontros temáticos e ações conjuntas.

O diferencial do Fórum Interconselhos está em sua transversalidade. Ele deve ir além das pautas setoriais específicas de cada conselho, criando um espaço de diálogo integrado, capaz

de articular diferentes áreas e contribuir para a formulação de políticas públicas mais amplas, participativas e conectadas às reais demandas da sociedade.

## **UTILIZAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO MAPA DAS OSCS**

### **O que é essa boa prática:**

Outra ferramenta que tem sido fundamental para este trabalho é o Mapa das OSCs, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Esse mapa é como um retrato do terceiro setor no Brasil, mostrando onde as organizações atuam, suas áreas de trabalho e as parcerias que firmaram. Com dados de mais de 920 mil OSCs, ele é uma fonte riquíssima de informações para gestores públicos, pesquisadores e a sociedade civil.

O Mapa das OSCs vai além de um simples diagnóstico. Ele é uma ferramenta estratégica para o planejamento de políticas públicas mais eficientes e participativas. Com ele, gestores podem identificar parceiros para projetos, pesquisadores encontram dados valiosos para estudos, e a sociedade civil pode acompanhar de perto o trabalho das OSCs. É uma forma capaz de fortalecer o controle social e garantir que os recursos sejam usados de forma transparente.

Para que o Mapa das OSCs funcione bem, é essencial que os dados sejam atualizados constantemente pelas OSC's. Além disso, sua ampla divulgação é fundamental para que mais pessoas conheçam e usem essa ferramenta. Conselhos, gestores de fundos, por exemplo, podem utilizar o mapa para selecionar organizações qualificadas para executar projetos.

A transparência proporcionada pelo Mapa das OSCs é um dos seus maiores trunfos. Com informações sobre as organizações,

suas áreas de atuação e os recursos que recebem, todos podem acompanhar de perto o impacto do trabalho realizado. Isso fortalece a confiança nas OSCs e facilita o engajamento de novos parceiros.

### **Como acontece:**

O Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), é uma ferramenta digital que reúne e disponibiliza informações atualizadas sobre as OSCs em todo o Brasil. Ele funciona como um banco de dados público, permitindo a consulta de informações detalhadas a partir de diferentes recortes, como município, estado ou área de atuação das organizações.

Além de ser uma plataforma de consulta, o Mapa das OSCs também possibilita que as próprias organizações alimentem o sistema com informações complementares. Dessa forma, os dados registrados podem se tornar úteis para outras instituições, pesquisadores, gestores públicos e cidadãos interessados em conhecer melhor o cenário do terceiro setor no país.

Uma das funcionalidades mais relevantes é a possibilidade de cada OSC construir uma espécie de perfil institucional dentro da plataforma. Essa área exclusiva permite incluir informações adicionais, funcionando como uma vitrine digital para organizações que ainda não possuem site próprio. Assim, o Mapa contribui para aumentar a visibilidade das OSCs, fortalecer sua credibilidade e facilitar parcerias.

A importância dessa ferramenta está justamente em promover transparência, dar visibilidade às organizações e gerar dados que podem orientar políticas públicas, apoiar pesquisas acadêmicas e estimular a cooperação entre diferentes atores sociais.

## **Orientações e primeiros passos:**

Para quem deseja começar a utilizar o Mapa das OSCs do IPEA, os primeiros passos são simples e podem trazer grandes benefícios para a organização e para o conjunto do terceiro setor no Brasil.

O primeiro passo é acessar a plataforma online do Mapa das OSCs e navegar pelas suas funcionalidades. Nesse momento, é importante conhecer os filtros de busca, que permitem localizar organizações por município, estado, área de atuação e outros critérios relevantes.

Em seguida, a organização pode preencher ou atualizar suas próprias informações dentro do sistema. Esse processo de alimentação de dados garante maior visibilidade, fortalece a transparência e facilita que outras instituições, potenciais parceiros e gestores públicos conheçam melhor sua atuação.

Além disso, é fundamental que a organização divulgue essa ferramenta para outras OSCs, incentivando que também alimentem seus perfis. Dessa forma, o Mapa se torna cada vez mais completo, colaborativo e representativo da diversidade das organizações da sociedade civil no Brasil.

Com esses passos iniciais, as OSCs contribuem não apenas para sua própria visibilidade, mas também para a consolidação de uma base de dados essencial ao fortalecimento do terceiro setor e ao desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes.

## **ARTICULAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL COM OUTROS ÓRGÃOS**

### **O que é essa boa prática:**

Um dos aprendizados mais significativos dessa jornada foi a constatação de que o fortalecimento do Terceiro Setor depende da colaboração entre diferentes atores. Nesse sentido, tem-se

buscado aproximar as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho de Contabilidade. Essas entidades oferecem expertise técnica e jurídica fundamentais para a profissionalização e a transparência das OSCs.

A OAB, por exemplo, tem criado comissões específicas voltadas ao Terceiro Setor em suas seccionais. Tais comissões oferecem assessoria jurídica especializada, auxiliando as OSCs a se regularizarem e a superarem entraves burocráticos. A OAB tem promovido fóruns e capacitações para as OSCs, abordando temas como prestação de contas e boas práticas de gestão.

O Conselho de Contabilidade se destaca pela normatização das práticas contábeis, assegurando que as informações financeiras apresentadas pelas organizações sejam claras e confiáveis.

Essa articulação entre as OSCs, OAB e Conselho de Contabilidade não apenas fortalece o Terceiro Setor, mas também impulsiona o desenvolvimento social e econômico do país. Com transparência, eficiência e conformidade legal, as OSCs ampliam seu impacto, conquistam maior credibilidade e atraem novos recursos e parceiros. Trata-se de um caminho promissor para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

### **Como acontece:**

Nos encontros da Caravana do Terceiro Setor, têm sido promovidas articulações estratégicas com parceiros e possíveis apoiadores locais. Esse movimento tem se mostrado fundamental para o avanço das pautas defendidas pelas organizações da sociedade civil nos estados e municípios. Ao estabelecer esse diálogo, as OSCs ampliam sua capacidade de incidência e fortalecem a legitimidade de suas propostas nos territórios.

De forma prática, diferentes instituições podem colaborar de maneiras específicas. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contribui com uma incidência política mais qualificada; os Conselhos Regionais de Contabilidade oferecem apoio técnico para execução e prestação de contas das organizações que acessam recursos públicos. A busca por parcerias locais torna-se uma estratégia de potencialização da sociedade civil, garantindo que suas pautas tenham maior impacto e alcance em suas áreas de atuação.

### **Orientações e primeiros passos:**

O primeiro passo para buscar apoio e parceiros estratégicos nos territórios é a definição das pautas prioritárias da sociedade civil em cada estado ou município. A partir dessa identificação, torna-se possível compreender quais instituições, órgãos públicos ou entidades podem contribuir de forma efetiva para o avanço dessas demandas.

Em seguida, é importante mapear os parceiros estratégicos e definir as melhores estratégias para estabelecer contato com cada um deles. Esse processo pode incluir o agendamento de encontros de diálogo, nos quais sejam discutidas possibilidades de apoio e colaboração. Nesses encontros, recomenda-se a formalização de compromissos por meio de uma agenda de próximos passos, com ações bem definidas e pactuadas entre as partes. Sempre que possível, a criação de documentos formais de apoio fortalece a credibilidade e dá maior consistência às tratativas, assegurando que a parceria tenha continuidade e gere impactos concretos.

## **CRIAÇÃO DE FRENTES PARLAMENTARES**

### **O que é essa boa prática:**

A criação de frentes parlamentares voltadas para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nos legislativos estaduais é uma estratégia essencial para garantir a representatividade e a defesa dos interesses do terceiro setor. Essas frentes funcionam como canais institucionais capazes de propor leis e influenciar a formulação de políticas públicas que fortaleçam as OSCs, além de monitorar a implementação de medidas já existentes. No Centro Oeste, a experiência da Frente Parlamentar em Defesa das Organizações da Sociedade Civil na Assembleia Legislativa do Distrito Federal demonstra como essa articulação pode gerar avanços significativos, incluindo a defesa dos interesses das OSCs e a proposta de criação do CONFOCO DF.

O fortalecimento dessas frentes parlamentares depende do engajamento contínuo da sociedade civil e da disposição política dos legisladores. Quando esses atores atuam em sintonia, é possível avançar na construção de um marco legal e institucional que fortaleça o terceiro setor e contribua para o bem-estar social. Para garantir sua sustentabilidade e impacto, é fundamental consolidar essas frentes como espaços permanentes de diálogo e ação, principalmente no Centro-Oeste.

A participação ativa da sociedade civil nessas frentes é crucial para assegurar que as demandas das OSCs sejam ouvidas e atendidas. A inclusão de representantes do setor nas discussões e na elaboração de propostas garante que as políticas públicas reflitam as reais necessidades das organizações. Um exemplo bem-sucedido é a Frente Parlamentar de Apoio ao Terceiro Setor na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que contou

com a participação de lideranças comunitárias e organizações locais para propor medidas de colaboração e fortalecimento da governança participativa.

Além de propor novas leis, as frentes parlamentares têm um papel fundamental no monitoramento da implementação de políticas já existentes. A Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSCs no Congresso Nacional, por exemplo, atua na fiscalização da aplicação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei nº 13.019/2014, identificando desafios e propondo ajustes para garantir sua efetividade. Esse acompanhamento é essencial para assegurar que as normas sejam cumpridas e que as OSCs usufruam plenamente dos direitos e benefícios previstos em lei.

### **Como acontece:**

As frentes parlamentares são mecanismos de articulação política formados por grupos de deputados que se unem em torno de temas de interesse público. Diferentemente das comissões técnicas permanentes, essas frentes atuam de forma suprapartidária e temática, permitindo que parlamentares de diferentes partidos colaborem em agendas comuns. Sua principal função é servir como ponte entre a sociedade e o Poder Legislativo, traduzindo demandas sociais em ações concretas.

No caso específico do Distrito Federal, foi instituída em 2023 a Frente Parlamentar em Defesa das Organizações da Sociedade Civil (OSC), com o objetivo de fortalecer o diálogo entre o poder público e o terceiro setor. Essa frente opera por meio de três eixos principais: 1) propositivo, atuando na criação de leis que melhorem o ambiente de atuação das OSCs; 2) fiscalizatório, acompanhando as ações do executivo relativas às políticas

públicas para o setor; e 3) formativo, promovendo capacitações, encontros e audiências públicas sobre temas relevantes.

O funcionamento prático dessas frentes depende fundamentalmente do engajamento da sociedade civil. As OSCs devem apresentar pautas concretas baseadas em suas experiências de atuação, participar regularmente das reuniões e contribuir com dados técnicos que qualifiquem o debate. Essa interação permite que as frentes parlamentares cumpram seu papel como espaços de construção coletiva de políticas públicas, tornando-se instrumentos essenciais para o fortalecimento da democracia participativa.

### **Orientações e primeiros passos:**

O processo de criação de uma frente parlamentar envolve uma sequência estratégica de ações colaborativas entre sociedade civil e poder legislativo. Inicialmente, identifica-se um ou mais parlamentares com histórico de atuação ou interesse voltado para o Terceiro Setor. Essa aproximação inicial é fundamental para garantir uma liderança comprometida dentro da casa legislativa, que atuará como porta-voz da proposta.

Paralelamente, realiza-se um trabalho de base com a sociedade civil por meio de reuniões setoriais, fóruns de discussão e consultas públicas. Esses espaços permitem a construção coletiva da agenda temática, o mapeamento de demandas prioritárias e a formatação de propostas concretas que embasarão a atuação da futura frente. Esse diálogo garante legitimidade e representatividade à iniciativa.

Com a adesão de parlamentares sensíveis à causa e o respaldo da sociedade civil organizada, inicia-se a mobilização formal junto aos demais deputados, conforme exigências regimentais da casa legislativa. Essa etapa envolve a captação

de assinaturas necessárias para a formalização da frente, o que normalmente requer a articulação com lideranças partidárias e a apresentação de argumentos consistentes sobre a relevância da pauta.

O lançamento oficial da frente parlamentar marca o início de sua atuação prática, devendo ser realizado por meio de evento público que simbolize o compromisso institucional. Simultaneamente, estabelece-se um plano de trabalho contendo agendas mensais, cronograma de audiências públicas, propostas legislativas prioritárias e mecanismos de transparência para prestação de contas à sociedade. Esta estruturação inicial é crucial para garantir a efetividade e continuidade dos trabalhos ao longo do mandato legislativo.

## **FORMAÇÃO DE CST - (CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA) NO LEGISLATIVO**

### **O que é essa boa prática:**

Na viagem realizada para Várzea Grande e Cuiabá, em Mato Grosso, o grupo teve contato com o deputado Lúdio Cabral (PT/MS). Inicialmente, cogitou-se a possibilidade de formar uma frente parlamentar em defesa do Terceiro Setor no estado. No entanto, o deputado e sua assessoria apresentaram uma alternativa: a formação de uma Câmara Setorial Temática (CST).

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) instituiu as Câmaras Setoriais Temáticas em 11 de julho de 2005, por meio da Lei nº 8.352. De caráter consultivo e recomendatório, essas comissões são regidas pelas normas estabelecidas na referida lei e compostas por presidente (indicado pelo parlamentar solicitante), relator, secretário e membros titulares, representando a sociedade civil organizada.

A CST constitui um mecanismo de aperfeiçoamento do processo legislativo, promovendo a integração entre agentes públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sociedade civil e Organizações da Sociedade Civil. Seu objetivo é diagnosticar, estudar e debater temas de relevante interesse para o Estado, bem como discutir matérias em tramitação, visando ao seu aperfeiçoamento e à legitimação do processo legislativo com participação popular.

Segundo a equipe técnica da CST, as Câmaras Temáticas funcionam como fóruns de discussão para identificação de demandas relacionadas ao tema proposto, tanto na administração pública direta e indireta quanto no setor privado, cuja atuação impacta toda a sociedade.

Esse trabalho busca, entre outros aspectos, mapear políticas públicas, programas e ações governamentais, subsidiando a elaboração de projetos de lei voltados a correções e aperfeiçoamentos, além de contribuir para a fiscalização eficiente do Poder Executivo pelo Legislativo. Embora a Câmara não produza leis de forma automática, ela pode sugerir, em seu relatório final, possíveis alterações legislativas.

Entre os objetivos das CSTs estão: a realização de ciclos de estudos sistemáticos para identificar entraves burocráticos na execução de programas sociais nas áreas de saúde, educação, segurança pública, emprego e renda; e a análise de políticas de incentivo à iniciativa privada, sistema tributário, infraestrutura e logística, visando ao desenvolvimento em todos os níveis.

A Lei nº 10.825/2019 regulamentou as Câmaras Setoriais Temáticas e seu funcionamento, autorizando-as a produzir minutas para posterior criação de projetos de lei. De acordo com essa norma, cabe às CSTs discutir o tema que motivou

sua composição; realizar reuniões públicas com entidades da sociedade civil; solicitar informações a entidades públicas ou privadas para subsidiar seus trabalhos; e requisitar cooperação técnica de autoridades, cidadãos ou instituições públicas e privadas.

Os relatórios finais produzidos pelas Câmaras são apresentados aos parlamentares, que podem transformá-los em leis ou utilizá-los para aprimorar legislações já existentes. Conforme a lei de criação, a instalação das CSTs ocorre após solicitação de um parlamentar ou de uma Comissão Permanente, mediante ofício dirigido à Mesa Diretora da Assembleia.

Cada Câmara deve ser constituída por prazo de até 180 dias, com possibilidade de prorrogação por igual período. Além do presidente, relator, secretário e membros, os trabalhos contam com o apoio de servidores indicados pelo deputado requerente e designados pela Mesa Diretora.

Ao término de suas atividades, a CST encaminha à Mesa Diretora as providências necessárias. Compreendendo esse processo e reconhecendo que se trata de um instrumento mais adequado ao momento atual de atuação, o grupo decidiu propor a criação de uma Câmara Setorial Temática voltada à constituição do CONFOCO e à revisão do decreto estadual.

### **Como acontece:**

Em Cuiabá, as câmaras já foram implementadas para tratar de diversas pautas, incluindo uma dedicada exclusivamente ao terceiro setor, demonstrando a importância de espaços especializados para a governança colaborativa. Cada câmara é composta por representantes da administração pública (direta e indireta), setor privado e sociedade civil, garantindo pluralidade de perspectivas. Seu funcionamento segue um modelo de

gestão por resultados, com prazo determinado de seis meses (passível de prorrogação) e a obrigatoriedade de entregar um produto ou encaminhamento concreto ao final dos trabalhos. Essa temporalidade incentiva a produtividade e foco nas metas estabelecidas.

As câmaras atuam por meio de reuniões técnicas, diagnóstico de desafios e proposição de soluções para políticas públicas. No caso da câmara temática do terceiro setor, o objetivo é identificar demandas específicas das organizações da sociedade civil (OSCs), como melhorias em editais, simplificação de processos ou incentivos fiscais, e traduzi-las em recomendações viáveis aos gestores.

Essa metodologia permite que temas complexos, como o marco regulatório do terceiro setor, sejam discutidos com profundidade por atores-chave, gerando propostas embasadas e consensuais. A câmara do terceiro setor em Cuiabá, por exemplo, pode avançar na elaboração de diretrizes para parcerias entre OSCs e municípios, influenciando positivamente o ambiente de atuação das organizações.

### **Orientações e primeiros passos:**

A implantação de Câmaras Setoriais Temáticas inicia-se pela análise da viabilidade institucional no âmbito do legislativo municipal ou estadual. É necessário verificar se a casa legislativa possui previsão legal para esse formato de participação social, examinando dispositivos que permitam a criação de colegiados temporários com representação da sociedade civil. Caso não exista previsão específica, deve-se avaliar a possibilidade de adaptação de instrumentos similares ou mesmo propor a instituição da CST por lei.

Concomitantemente, identifica-se parlamentares com perfil alinhado à proposta, priorizando aqueles com histórico de diálogo com movimentos sociais e conhecimento técnico sobre o tema a ser trabalhado. Esses parlamentares atuarão como proponentes da matéria, cabendo-lhes articular politicamente a iniciativa junto às lideranças partidárias e comissões relevantes.

A etapa seguinte consiste na elaboração de uma minuta propositiva, que deve especificar claramente a finalidade da câmara setorial, sua composição plural (incluindo percentuais de participação do poder público, do setor privado e da sociedade civil), o prazo de funcionamento (geralmente de seis meses, renováveis) e os produtos esperados ao final dos trabalhos. Essa minuta precisa estar em estrita conformidade com o regimento interno da casa legislativa.

Finalmente, submete-se a proposta ao processo de tramitação legislativa, que normalmente envolve apreciação pelas comissões permanentes e votação em plenário. Aprovada a criação, inicia-se a fase de implementação com a convocação oficial dos membros, definição de calendário de reuniões e estruturação de metodologia de trabalho que garanta efetividade nos resultados e transparência no processo.

## **CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE TRABALHO COLABORATIVO EM CADA ESTADO**

### **O que é essa boa prática:**

A criação de espaços de trabalhos colaborativos, também conhecidos de *coworkings* sociais, em cada estado da região Centro Oeste é uma iniciativa estratégica para fortalecer as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Ao oferecer estrutura

física adequada e suporte técnico especializado, esses espaços ajudam a consolidar as OSCs como agentes de transformação social. A integração em ambientes colaborativos potencializa a capacidade de inovação e networking das organizações, promovendo sinergia entre diferentes atores do terceiro setor.

Um exemplo dessa iniciativa é a implementação do projeto, já em desenvolvimento no “Maná do Céu para os Povos”, em Campo Grande, que busca estruturar um coworking social para apoiar organizações que ainda não dispõem de infraestrutura própria. Essa proposta se alinha aos esforços do Comitê Facilitador do Centro-Oeste, visando garantir suporte para a atuação eficiente das OSCs que necessitam de espaços e ferramentas adequadas.

Os Espaços Colaborativos não são apenas locais de trabalho compartilhados, mas também centros de capacitação, geração de conhecimento e articulação de redes colaborativas. Diferentes experiências pelo Brasil demonstram que, ao oferecer serviços especializados, realizar eventos de formação e estimular o diálogo entre organizações, é possível transformar desafios em oportunidades e fortalecer o terceiro setor.

Esses espaços contam com estrutura física equipada com salas de reunião, auditórios e equipamentos modernos, além de profissionais especializados em assessoria jurídica, contábil e administrativa. Essa assistência é crucial para aprimorar a gestão das OSCs, ampliando sua sustentabilidade e impacto social.

### **Como acontece:**

Os espaços colaborativos representam um modelo de infraestrutura compartilhada que oferece suporte físico e operacional para o funcionamento de organizações da sociedade civil. Esses ambientes funcionam como centros de referência onde

múltiplas entidades podem acessar recursos comuns, tais como salas de reunião, equipamentos tecnológicos, áreas de trabalho e espaços para eventos, otimizando custos e potencializando o impacto social de suas atividades.

A operacionalização desses espaços segue geralmente um modelo de gestão participativa, onde as próprias organizações usuárias contribuem para a definição de regras de utilização, programação de atividades e manutenção do ambiente. Esse formato promove não apenas a economia de recursos, mas também a criação de um ecossistema de colaboração que favorece o intercâmbio de experiências, a formação de redes e o desenvolvimento de parcerias estratégicas.

A relevância desses espaços é particularmente significativa para organizações de menor porte, que frequentemente enfrentam desafios relacionados à limitação de recursos físicos e financeiros. Ao proporcionar infraestrutura adequada e ambiente propício para a cooperação, esses espaços fortalecem a capacidade operacional das OSCs, permitindo que concentrem seus esforços no cumprimento de suas missões sociais na superação de obstáculos logísticos.

A implementação bem-sucedida dessas iniciativas depende de um planejamento que contemple aspectos como localização estratégica, diversificação de fontes de sustentabilidade e adaptação às necessidades específicas do território. O caso de Campo Grande serve como referência para a replicação dessa modalidade de apoio ao terceiro setor em outras localidades, demonstrando na prática como a colaboração institucional pode gerar ganhos de eficiência e fortalecer a atuação das OSCs.

## **Orientações e primeiros passos:**

A criação de espaços colaborativos para organizações da sociedade civil inicia-se pela identificação de infraestruturas físicas existentes que possam ser adaptadas para uso coletivo. Estes locais podem pertencer a instituições parceiras como universidades, sindicatos, entidades religiosas ou mesmo organizações da sociedade civil. A seleção considera critérios como localização acessível, adequação às normas de segurança e potencial de transformação em ambiente multiuso.

O segundo passo envolve a estruturação de uma proposta de valor que define os benefícios concretos do espaço colaborativo. Esta proposta deve especificar os serviços oferecidos - como salas para reuniões, equipamentos de informática, biblioteca setorial e espaços para eventos - além de estabelecer os objetivos estratégicos do projeto, como a promoção da economia de escala, o intercâmbio de conhecimentos e o fortalecimento institucional das organizações usuárias.

Paralelamente, desenvolve-se um modelo de gestão participativa que envolva as organizações beneficiárias na administração do espaço. Este modelo pode incluir a formação de um comitê gestor com representantes rotativos, a criação de regras de uso consensuadas coletivamente e a implementação de sistemas transparentes para agendamento e utilização dos recursos disponíveis.

Implementa-se ainda uma programação estratégica de atividades que otimize o uso do espaço através da oferta regular de capacitações, fóruns de discussão, mentorias coletivas e eventos de integração. Esta programação deve equilibrar atividades pré-agendadas com horários livres para uso espontâneo pelas organizações, garantindo flexibilidade e apropriação efetiva do espaço.

Estabelece-se um sistema de sustentabilidade financeira que pode combinar contribuições simbólicas das organizações usuárias, parcerias com o setor privado e captação de recursos via editais públicos. Este modelo assegura a perenidade do espaço enquanto mantém sua acessibilidade para organizações de diferentes portes e condições financeiras.

A consolidação desses espaços representa um avanço significativo na profissionalização do terceiro setor, criando ambientes propícios para a inovação social, o fortalecimento institucional e a construção de redes de colaboração duradouras.

## **COMBATE À CRIMINALIZAÇÃO BUROCRÁTICA DAS OSCS**

### **O que é essa boa prática:**

A proteção da cidadania e da democracia no Brasil está diretamente ligada à luta contra a criminalização das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e dos movimentos sociais. Essas organizações desempenham um papel essencial na defesa dos Direitos Humanos, na inclusão de minorias e na fiscalização do poder público. No entanto, nos últimos anos, tem-se observado um aumento da estigmatização dessas entidades, frequentemente associadas a atividades ilícitas sem qualquer fundamento concreto.

A pesquisadora Paula Storto realizou um estudo aprofundado sobre esse fenômeno, analisando como as OSCs, histórica e socialmente relevantes, vêm sendo alvo de discursos que descredibilizam sua atuação. Segundo Storto, setores conservadores e uma burocracia estatal excessivamente restritiva têm contribuído para essa criminalização, dificultando o funcionamento dessas entidades. Essa narrativa, além de injusta, compromete a participação social e enfraquece a democracia.

O estudo destaca a necessidade de mais transparência, diálogo e proteção legal para que as OSCs possam continuar desempenhando seu papel na promoção da justiça social e do desenvolvimento sustentável.

Para garantir a sobrevivência e a eficácia das OSCs, é fundamental assegurar apoio político e financeiro. Políticas públicas que viabilizem financiamento estável e transparente são essenciais para a sustentabilidade dessas organizações. Além disso, é preciso combater os discursos que as desqualificam e promover campanhas que conscientizem a sociedade sobre sua importância.

A defesa dos direitos das OSCs não é apenas uma questão institucional, mas um compromisso com a liberdade de associação e expressão, garantidas pela Constituição Federal de 1988. Quando essas organizações são criminalizadas, toda a sociedade sai perdendo. Afinal, elas são espaços fundamentais de participação popular e controle social.

Proteger e fortalecer as OSCs é um passo essencial para garantir um Brasil mais democrático, transparente e justo. Criar um ambiente seguro para sua atuação, com suporte político e financeiro, significa investir em uma sociedade mais inclusiva e participativa, onde os direitos de todos sejam respeitados.

### **Como acontece:**

As práticas de criminalização burocrática consistem em obstáculos impostos pela administração pública que dificultam ou inviabilizam o funcionamento regular das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Essas práticas manifestam-se por meio de exigências documentais excessivas, interpretações divergentes de normativos, retardamento injustificado de processos e criação de barreiras arbitrárias na formalização ou execução de parcerias.

Tais condutas transformam procedimentos administrativos em instrumentos de perseguição velada, caracterizando um fenômeno distinto da mera burocracia, por configurar obstrução sistemática à atuação legítima das OSCs.

Para enfrentar esse cenário, as OSCs desenvolvem estratégias integradas de atuação. Inicialmente, realizam o mapeamento técnico das irregularidades, documentando casos concretos com provas materiais, cronogramas de tramitação e identificação dos agentes públicos responsáveis. Essa sistematização permite transformar denúncias isoladas em evidências robustas para embasar ações jurídicas e políticas.

No âmbito jurídico, busca-se a constituição de parcerias institucionais com entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que pode atuar por meio de sua Comissão de Defesa das OSCs, oferecendo assessoria jurídica especializada, ingressando com ações coletivas e intermediando diálogos com o poder público. Paralelamente, o acionamento do Ministério Público permite a utilização de instrumentos como recomendações administrativas e ações civis públicas.

Na esfera política, promove-se a incidência por mudanças normativas, com propostas concretas para simplificação dos procedimentos de parceria. Isso inclui a uniformização de portarias, a criação de modelos padronizados de editais e a instituição de comitês de equidade interpretativa para evitar aplicações discricionárias das normas. A articulação com frentes parlamentares e conselhos de direitos amplifica essa agenda.

Complementarmente, as OSCs fortalecem sua resiliência organizacional através da implementação de protocolos internos de compliance, capacitação de suas equipes em gestão documental e formação de redes de apoio para compartilhamento

de experiências e estratégias de defesa coletiva. Essa abordagem integrada - combinando documentação, ação jurídica, incidência política e fortalecimento institucional - configura a resposta mais eficaz para garantir o pleno exercício do direito de associação e a efetiva participação social nas políticas públicas.

### **Orientações e primeiros passos:**

O primeiro passo para enfrentar a criminalização burocrática consiste no mapeamento sistemático das práticas administrativas inadequadas por parte do poder público. A documentação detalhada dessas situações, com registro de prazos, documentos e interlocutores, é fundamental para embasar as denúncias.

Concomitantemente, recomenda-se a constituição de uma rede de apoio institucional que inclua o Ministério Público, defensores públicos, advogados especializados e entidades de classe. Esses atores podem oferecer suporte jurídico qualificado, acionar instrumentos de controle e fiscalização, e mediar conflitos junto aos órgãos públicos. A articulação com o MP é particularmente relevante devido à sua competência constitucional para a defesa da ordem jurídica e do regime democrático.

Em paralelo às ações defensivas, é essencial promover a uniformização e simplificação das normas que regulam as parcerias entre OSCs e administração pública. Isso pode ser alcançado por meio da participação em fóruns de discussão, propostas de minutas de decreto e advocacy por leis mais claras e coerentes. A padronização de procedimentos reduz a discricionariedade administrativa e previne interpretações arbitrárias.

Complementarmente, as OSCs devem investir em capacitação interna em compliance e gestão documental, assegurando que estejam em conformidade com todas as exigências legais. A

transparência e a organização preventiva constituem ferramentas poderosas de defesa contra perseguições burocráticas.

Por fim, a sistematização e divulgação de casos emblemáticos contribui para a conscientização sobre o fenômeno, fomentando um ambiente mais favorável à atuação das OSCs. A visibilidade dessas situações pode inibir novas práticas de criminalização e fortalecer o diálogo com autoridades públicas.

## **PARCERIA COM UNIVERSIDADES**

### **O que é essa boa prática:**

A colaboração entre universidades e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) é uma estratégia essencial para o fortalecimento do terceiro setor. Essa parceria permite que o conhecimento acadêmico se conecte à realidade social, promovendo pesquisas, debates e práticas inovadoras. Ao unir teoria e experiência, as universidades ajudam a aprimorar as políticas públicas e a atuação das OSCs.

No Distrito Federal, por exemplo, a FAOSC (Federação das Organizações da Sociedade Civil) firmou uma parceria com a Universidade do Distrito Federal (UDF) para a realização de uma pós-graduação em Gestão Estratégica do Terceiro Setor. Além disso, estão sendo planejados seminários, eventos e cursos de extensão voltados para as OSCs. O objetivo é aproximar a academia do terceiro setor, fortalecendo suas práticas por meio da produção científica.

A promoção de eventos acadêmicos, como simpósios e congressos, também desempenha um papel crucial nesse processo. Esses encontros possibilitam a troca de experiências entre pesquisadores, estudantes, gestores públicos e representantes das OSCs, gerando um diálogo enriquecedor.

A parceria entre universidades e OSCs é um instrumento poderoso para o desenvolvimento social e a promoção de soluções sustentáveis. Integrando pesquisa, capacitação e eventos acadêmicos, essa colaboração amplia o conhecimento sobre as práticas sociais e fortalece o impacto positivo das OSCs. Experiências bem-sucedidas demonstram que essa aproximação é um caminho eficaz para transformar a sociedade e construir um futuro mais justo e inclusivo para todos.

### **Como acontece:**

No Distrito Federal, esta aproximação foi realizada por meio de visitas técnicas a diversas faculdades, com o objetivo principal de inserir a temática do terceiro setor na formação acadêmica. A proposta envolvia a incorporação de conteúdos específicos sobre gestão social, políticas públicas e sustentabilidade nas grades curriculares de graduação, pós-graduação e cursos de extensão.

Como resultado concreto desta iniciativa, foi estabelecida uma parceria institucional com o Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) para a criação da primeira pós-graduação em Gestão Estratégica do Terceiro Setor. Este curso de especialização foi desenvolvido de forma colaborativa, combinando o conhecimento acadêmico da instituição de ensino com a expertise prática das organizações da sociedade civil.

O funcionamento desta parceria baseia-se em um modelo de cooperação que beneficia todos os envolvidos. Por um lado, as organizações do terceiro setor ganham acesso a conhecimentos técnicos atualizados e formação especializada para seus quadros. Por outro lado, a instituição de ensino enriquece seu currículo com cases reais e aproxima-se da realidade social, cumprindo sua função extensionista.

A expectativa é que esta iniciativa pioneira sirva como projeto piloto para a expansão do tema em outras instituições de ensino superior da região. Perspectivam-se, como desdobramentos futuros, a criação de núcleos de pesquisa aplicada, programas de incubação de projetos sociais e a oferta de disciplinas optativas sobre terceiro setor nas diversas graduações. Esta integração entre academia e sociedade civil representa um avanço significativo na profissionalização e no reconhecimento institucional do setor.

### **Orientações e primeiros passos:**

A construção de parcerias entre organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior inicia-se pela identificação de universidades ou faculdades alinhadas à missão do terceiro setor. Este processo envolve pesquisa prévia sobre instituições que demonstrem compromisso com responsabilidade social, extensão universitária e desenvolvimento comunitário, verificando em seus planos pedagógicos e históricos de projetos anteriores indícios de abertura para colaboração.

Concretizada a aproximação inicial, realiza-se um diagnóstico conjunto sobre as modalidades de cooperação mais adequadas às capacidades da instituição de ensino e às necessidades das OSC's. Analisam-se formatos viáveis como cursos de extensão universitária, disciplinas optativas em grades curriculares de graduação, programas de pós-graduação Lato sensu (especializações) ou mesmo a criação de núcleos de pesquisa aplicada. Cada modalidade exige diferentes níveis de engajamento institucional e recursos.

Um terceiro passo fundamental consiste no estabelecimento de objetivos comuns mensuráveis, incluindo a produção conjunta de conhecimento científico por meio de artigos acadêmicos, estudos de caso e pesquisas aplicadas que abordem desafios

reais do terceiro setor. Esta dimensão assegura que a parceria transcenda a dimensão operacional e contribua para a geração de evidências que fortaleçam as práticas do setor.

Paralelamente, define-se a estrutura de governança da colaboração, especificando competências, investimentos necessários e mecanismos de avaliação contínua. É crucial formalizar acordos que contemplem aspectos como propriedade intelectual, divulgação conjunta de resultados e duração da parceria, garantindo transparência e segurança jurídica para todas as partes envolvidas.

Implementa-se um plano de trabalho gradual, iniciando frequentemente por atividades de menor complexidade como palestras pontuais ou disciplinas experimentais, para posteriormente escalar para programas mais estruturados. Essa abordagem incremental permite ajustes contínuos e fortalece a confiança entre os parceiros, criando as bases para colaborações duradouras e impactantes.

## **FEDERAÇÕES ESTADUAIS DE OSCS**

### **O que é essa boa prática:**

A criação de federações estaduais de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) é uma estratégia para fortalecer a representatividade e a articulação do terceiro setor na região Centro-Oeste. Ao reunir diversas OSCs sob um mesmo guarda-chuva, essas federações criam uma voz unificada, capaz de dialogar com mais força junto ao poder público e outros atores sociais. Esse modelo tem se mostrado eficaz em diferentes estados, ajudando a defender direitos e interesses coletivos de forma mais consistente.

Essas federações também proporcionam um espaço privilegiado para a troca de experiências, compartilhamento de desafios e divulgação de boas práticas. Essa cooperação fortalece as OSCs, tornando-as mais competitivas na captação de recursos e apoio, tanto do setor público quanto do privado. No Distrito Federal, a criação da Federação das Organizações da Sociedade Civil (FAOSC) atendeu à necessidade de unificar vozes dispersas do terceiro setor.

A FAOSC congrega OSCs, que atuam nos mais variados segmentos do Terceiro Setor, ampliando sua capacidade de incidência política e defesa de interesses comuns, como o acesso a recursos públicos, a simplificação de processos burocráticos e a promoção de um marco regulatório mais favorável. Com ações conjuntas, como campanhas, capacitações e *advocacy*, a federação fortalece o papel estratégico das OSCs no desenvolvimento sustentável do DF.

### **Como acontece:**

A Federação das Organizações da Sociedade Civil do DF e Entorno (FAOSC) atua como uma entidade de representação coletiva que reúne diversas organizações sob uma mesma estrutura jurídica. Seu funcionamento baseia-se no modelo de CNPJ guarda-chuva, que permite representar legalmente as organizações associadas em acordos, convênios e diálogos institucionais. Essa estrutura viabiliza a negociação coletiva com órgãos públicos, empresas e outras instituições, conferindo maior força política e operacional às organizações de menor porte.

A FAOSC desenvolve suas atividades por meio de quatro eixos principais de atuação. Primeiramente, promove encontros regulares que facilitam o intercâmbio de experiências e a construção de agendas comuns entre as organizações associadas.

Em segundo lugar, oferece formações técnicas capacitando gestores e equipes das OSCs em temas como captação de recursos, prestação de contas e gestão organizacional, marketing digital, entre outros.

O terceiro eixo consiste na articulação política institucional, atuando junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para defender interesses coletivos do terceiro setor. Por fim, a federação gera benefícios concretos para suas associadas, como descontos em serviços, acesso a editais compartilhados e assessoria jurídica e contábil especializadas.

Essa estrutura de funcionamento permite que a FAOSC fortaleça significativamente a atuação das organizações da sociedade civil, criando sinergias, ampliando seu impacto social e conferindo maior representatividade ao conjunto do terceiro setor na região do Distrito Federal e entorno.

### **Orientações e primeiros passos:**

A criação de uma federação de organizações da sociedade civil inicia-se com a articulação de um grupo fundador, composto por entidades que compartilhem objetivos comuns e identifiquem valor na atuação em rede. Esse estágio envolve a realização de reuniões preparatórias para alinhar expectativas, discutir a viabilidade da iniciativa e definir as bases de colaboração. É fundamental assegurar a diversidade e representatividade das organizações participantes, abrangendo diferentes áreas de atuação e territórios.

Em seguida, realiza-se a definição clara do escopo e missão institucional, estabelecendo as áreas temáticas de atuação prioritária (como defesa de direitos, capacitação, incidência política ou sustentabilidade). Esta etapa inclui a elaboração de um estatuto

social que formalize os objetivos, a estrutura organizacional e as regras de governança, contemplando mecanismos democráticos de participação e transparência.

O terceiro passo consiste na estruturação legal da federação, com a realização de uma assembleia geral para eleição da diretoria e conselho fiscal, seguida do registro formal em cartório de pessoas jurídicas. Esse processo legal confere personalidade jurídica à entidade, permitindo sua atuação institucional e formalização de parcerias.

Paralelamente, constrói-se um plano de trabalho estratégico com agenda de atividades, eventos formativos e ações coletivas que gerem benefícios tangíveis para as organizações associadas. Esse planejamento deve equilibrar iniciativas de curto prazo (como capacitações e intercâmbios) com objetivos de longo prazo (como políticas públicas e advocacy).

Implementa-se um sistema de comunicação e prestação de contas que fortaleça a credibilidade da federação perante suas associadas, parceiros e sociedade. A consolidação da federação como espaço de representação qualificada demanda articulação constante, avaliação periódica de resultados e adaptação às necessidades do território e das organizações membro.

## **PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA O CENTRO-OESTE**

### **O que é essa boa prática:**

Hoje, reconhece-se que a comunicação não é apenas um detalhe, mas parte fundamental da luta social. Por isso, passaram a ser desenhados planos de comunicação dentro dos projetos e das redes. Não se trata apenas de divulgar o que foi feito, mas de fortalecer a imagem das OSCs, atrair parceiros, engajar a

comunidade e mobilizar recursos. É uma forma de mostrar à sociedade o valor e o impacto do trabalho das OSCs.

Para comunicar as ações das OSCs no Centro-Oeste as redes sociais têm sido grandes aliadas nesse processo. Muitos coletivos e instituições da região passaram a usar melhor essas ferramentas para contar suas histórias, compartilhar conquistas e dialogar com diferentes públicos. Tem-se observado o crescimento da produção de vídeos, podcasts, cards informativos e campanhas de conscientização – tudo feito com criatividade, mesmo com poucos recursos. Quando mostram o rosto das pessoas impactadas por suas ações, o que fazem ganha vida e significado.

Compreende-se também que a comunicação precisa ser organizada e colaborativa. Por isso, plataformas digitais têm sido criadas para reunirem informações, experiências e boas práticas do terceiro setor. Estes espaços permitem a troca de experiências entre os usuários, o que culmina em ações conjuntas para a solução de problemas que lhes são comuns. Já existem referências inspiradoras, como os Portais do Terceiro Setor, que mostram como essa centralização pode fortalecer toda uma rede.

Mais do que divulgar, comunicar tem sido um caminho para integrar. Quando se entende a comunicação como ferramenta de mobilização, percebe-se que ela ajuda a criar redes, articular lutas, conectar territórios e ampliar o alcance de suas vozes. A integração regional que tanto desejam entre as OSCs passa, necessariamente, por uma comunicação mais estruturada, horizontal e viva.

Os primeiros passos foram dados com criatividade e muito trabalho coletivo. No entanto, ainda há espaço para aprimorar a forma como contam suas histórias. E é com esse espírito – de aprender, aperfeiçoar e compartilhar – que seguem construindo, juntos, uma comunicação que fortalece sua presença e amplia o impacto social do terceiro setor na região Centro-Oeste.

## **Como acontece:**

A comunicação da Caravana do Terceiro Setor na região Centro-Oeste opera atualmente a partir de um plano básico que busca dar visibilidade às iniciativas e mobilizar diferentes atores sociais. No entanto, para potencializar seus resultados, esse plano necessita de uma estruturação mais detalhada e investimentos estratégicos que ampliem seu alcance e efetividade.

O plano atual acontece através de ações de divulgação nas redes sociais, produção de materiais informativos e articulação com veículos de comunicação locais. Estas iniciativas têm como objetivo principal informar sobre as atividades da Caravana, promover a participação da sociedade civil nos eventos e fortalecer a imagem do terceiro setor como agente transformador na região.

Para obter melhores resultados, seria necessário implementar estratégias mais específicas, como: o desenvolvimento de uma identidade visual consolidada para todos os materiais de comunicação; a criação de conteúdo segmentado para diferentes públicos (organizações da sociedade civil, poder público, imprensa e comunidade em geral); e o estabelecimento de parcerias midiáticas que garantam cobertura regular das atividades.

O investimento em ferramentas de monitoramento e análise de métricas também se mostra essencial para avaliar o impacto das ações de comunicação e realizar ajustes necessários em tempo hábil. À medida que as estratégias forem refinadas e os recursos adequadamente alocados, a comunicação da Caravana poderá transformar-se em uma ferramenta eficaz de engajamento e advocacy para as causas do terceiro setor no Centro-Oeste.

## **Orientações e primeiros passos:**

A construção de um plano de comunicação regional eficaz inicia-se com a identificação de profissionais especializados

em estratégias de comunicação. Esses especialistas possuem conhecimentos técnicos em gestão de mídias, produção de conteúdo e análise de dados, fundamentais para orientar todo o processo de forma estratégica. Sua atuação garante que as ações estejam alinhadas com os objetivos institucionais e as particularidades do território.

Paralelamente, estabelece-se uma rotina estruturada de produção de conteúdo, organizada por meio de um calendário editorial que define prazos, formatos e temas a serem abordados. Essa sistemática assegura constância na divulgação e mantém o público engajado, evitando períodos de silêncio que possam fragilizar a presença digital ou midiática da iniciativa.

Um aspecto fundamental é a criação de materiais comunicacionais integrados a todas as ações realizadas. Seja em eventos, publicações ou campanhas, cada atividade deve ser acompanhada de produtos de comunicação adequados a diferentes suportes como textos, vídeos, imagens e áudios - que registrem e amplifiquem seus alcances.

A linguagem acessível constitui outro pilar essencial, adaptando-se às características socioculturais do público-alvo. Utilizam-se termos de fácil compreensão, evitando jargões técnicos excessivos, para que as mensagens transcendam barreiras educacionais ou regionais e atinjam todos os segmentos da sociedade.

Implementa-se uma estratégia de multicanalidade, distribuindo os conteúdos por diversos meios redes sociais, rádios comunitárias, sites, aplicativos de mensagens e impressos considerando os hábitos midiáticos da população local. Essa diversificação amplia o alcance e garante que diferentes perfis de público tenham acesso às informações.

A combinação de elementos como a expertise técnica, produção constante, linguagem clara e multicanalidade forma a base para um plano de comunicação regional coerente, capaz de promover o engajamento social e fortalecer iniciativas de desenvolvimento territorial.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

### **O que é essa boa prática:**

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem se destacado como uma estratégia inovadora e sustentável para impulsionar o desenvolvimento local, valorizar culturas tradicionais e fortalecer as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Diferente do turismo convencional, essa modalidade coloca as comunidades locais no centro do planejamento e da gestão das atividades turísticas, garantindo que sejam elas as principais beneficiadas. Dessa forma, o TBC promove não apenas a preservação dos modos de vida e dos recursos naturais, mas também a geração de renda, a inclusão social e a conservação ambiental. Seu modelo se alinha aos princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, tornando-se uma ferramenta poderosa para transformar realidades.

Um exemplo desse potencial é o projeto Turismo Fora dos Eixos, desenvolvido pelo SEBRAE em Brasília, com participação da FAOSC. A iniciativa buscou capacitar moradores de Samambaia, Ceilândia, Planaltina e São Sebastião, regiões periféricas do Distrito Federal para que pudessem atuar como protagonistas de roteiros turísticos voltados para a valorização da cultura, da história e dos saberes locais. Por meio de oficinas de gestão, hospitalidade e comunicação, os participantes foram empoderados para oferecer experiências autênticas, como visitas a feiras arte-

sanais, degustação da gastronomia regional e vivências em áreas naturais.

Além de fomentar a economia local, o projeto Turismo Fora dos Eixos teve um impacto significativo na autoestima dos envolvidos. Ao reconhecer o valor de suas próprias tradições e conhecimentos, os moradores passaram a enxergar novas possibilidades de crescimento e fortalecimento de suas comunidades. Essa experiência demonstrou que, quando há investimentos e parcerias estratégicas entre OSCs, instituições públicas e privadas, o turismo comunitário pode se tornar uma ferramenta poderosa de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

O Turismo de Base Comunitária representa, portanto, uma grande oportunidade para aliar desenvolvimento econômico, preservação cultural e fortalecimento das OSCs. Ao valorizar os saberes locais e incentivar a participação ativa das comunidades, ele não apenas gera impactos positivos diretos, mas também fortalece a sociedade civil de maneira mais ampla. No entanto, para que essas iniciativas sejam bem-sucedidas e sustentáveis a longo prazo, é essencial que sejam acompanhadas por políticas públicas de apoio, investimentos em infraestrutura e a criação de redes colaborativas entre OSCs, comunidades e os setores público e privado.

A experiência acumulada em projetos de base comunitária reforça a importância de um turismo que respeita e beneficia as populações locais, promovendo um modelo mais justo e sustentável. Com um planejamento adequado e apoio institucional, o Turismo de Base Comunitária tem o potencial de se consolidar como um importante vetor de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

## **Como acontece:**

Em Samambaia e Ceilândia, no Distrito Federal, essa estratégia foi implementada por meio de uma parceria entre a FAOSC, SEBRAE-DF e o poder público local. O processo iniciou-se com a identificação colaborativa dos potenciais turísticos de cada região, como manifestações culturais, patrimônios históricos, espaços de convivência e vocações econômicas locais. Esse diagnóstico participativo permitiu que moradores, lideranças comunitárias e gestores públicos construíssem uma visão compartilhada sobre as oportunidades de desenvolvimento.

Um dos diferenciais dessa iniciativa foi a criação de um canal de diálogo inovador entre sociedade civil e administração pública. Tradicionalmente, a relação entre esses atores é marcada por desconfianças e dificuldades de comunicação. No entanto, ao adotar uma metodologia que valoriza o conhecimento local e estimula a cocriação de soluções, foi possível estabelecer uma dinâmica mais horizontal e produtiva. As discussões passaram a focar não apenas em problemas, mas também nas potencialidades do território, gerando um ambiente propício para a construção de políticas públicas mais aderentes à realidade local.

Como resultado, foram elaboradas agendas prioritárias para cada território, incluindo a estruturação de roteiros turísticos comunitários, a promoção de feiras de economia solidária e a capacitação de empreendedores locais. Essas ações demonstraram como o turismo de base comunitária pode funcionar como um eixo integrador de desenvolvimento, fortalecendo a identidade territorial, fomentando a economia local e melhorando a qualidade de vida das populações envolvidas.

Esta experiência evidencia que, quando apoiado em metodologias participativas e no reconhecimento dos saberes

comunitários, o turismo de base comunitária pode transformar-se em uma ferramenta eficaz de gestão pública colaborativa e de promoção do desenvolvimento sustentável.

### **Orientações e primeiros passos:**

O desenvolvimento do turismo de base comunitária inicia-se por um processo de diagnóstico participativo do território. A primeira etapa consiste em realizar um mapeamento detalhado dos atores locais, identificando as organizações da sociedade civil, grupos culturais, empreendedores e lideranças comunitárias que possam contribuir com a iniciativa. Paralelamente, catalogam-se os potenciais turísticos existentes, como rotas culturais, patrimônios gastronômicos, circuitos esportivos e manifestações artísticas características da região.

Em seguida, promove-se uma série de encontros multissetoriais que reúnem poder público, sociedade civil e setor privado. Essas reuniões têm como objetivo construir uma visão coletiva sobre o território, partindo da identificação das potencialidades locais e suas carências. Essa abordagem positiva cria um ambiente propício para o diálogo e permite que os participantes visualizem oportunidades de desenvolvimento a partir dos recursos já existentes.

Concomitantemente, realiza-se uma etapa de imersão territorial, na qual os participantes visitam in loco os pontos de interesse mapeados. Essas visitas técnicas permitem compreender na prática as oportunidades e desafios de cada local, além de fortalecer o sentimento de pertencimento entre os envolvidos. Durante esses percursos, apresentam-se as premissas do projeto e coletam-se contribuições dos diversos atores.

Um aspecto dessa metodologia é o envolvimento estratégico dos estudantes da comunidade como agentes de reconhecimento territorial. Organizam-se visitas guiadas para

que os jovens possam conhecer e valorizar os patrimônios de sua própria cidade, gerando um duplo benefício: ampliam-se os conhecimentos sobre o território e fortalece-se o vínculo afetivo das novas gerações com sua localidade.

A partir desse processo participativo, define-se uma agenda prioritária de ações que serve como base para o planejamento de políticas públicas integradas. Os encontros subsequentes focam na elaboração de propostas concretas para qualificar a oferta turística, melhorar a infraestrutura urbana e valorizar os aspectos culturais identificados. Essa construção coletiva assegura que as iniciativas desenvolvidas estejam alinhadas com as reais necessidades e potencialidades do território, promovendo um desenvolvimento local sustentável e inclusivo.

# PARTE 03

**RECOMENDAÇÕES  
DE BOAS PRÁTICAS  
A SEREM ADOTADAS  
PELAS OSC**

03

# RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS A SEREM ADOTADAS PELAS OSCS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Aldiza Soares no encontro da Caravana do Terceiro setor  
em Cuiabá março de 2025

**A**lgumas práticas foram identificadas como importantes e estratégicas para o fortalecimento da sociedade civil, porém ainda não estão plenamente implementadas na região Centro-Oeste. Diante disso, elas são apresentadas como recomendações a serem consideradas e desenvolvidas tanto na região quanto em outras partes do país. Isto poderá estimular a criação de um conjunto mais completo, articulado e robusto de boas práticas, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão, da participação social e da sustentabilidade das organizações da sociedade civil. Assim, o Centro-Oeste pode se tornar uma referência nacional na consolidação de iniciativas inovadoras e colaborativas no campo do terceiro setor.

## **RECOMENDAÇÕES:**

### **BUSCAR O POSICIONAMENTO DO CHEFE DO EXECUTIVO ESTADUAL**

#### **O que é essa boa prática:**

Para influenciar a tomada de decisão dos municípios e fortalecer o terceiro setor, é essencial ter o apoio dos chefes do Executivo estadual. No contexto brasileiro, a atuação dos governadores tem um papel estratégico na articulação de políticas públicas e na mobilização de recursos para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). O apoio do governante para o terceiro setor pode contribuir para a descentralização das políticas públicas, permitindo que as particularidades de cada município sejam consideradas.

### **OBSERVATÓRIO REGIONAL DO TERCEIRO SETOR**

#### **O que é essa boa prática:**

Essa ferramenta se propõe a reunir dados e análises que contribuam para a melhoria da governança e a efetividade das

ações das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Por meio da integração de dados, da participação colaborativa e do uso estratégico das informações para advocacy, a iniciativa tem o potencial de transformar desafios em oportunidades para o fortalecimento e a inovação do terceiro setor. A experiência brasileira do observatório do terceiro setor reforça que, quando o conhecimento é compartilhado de forma transparente, o desenvolvimento social se torna mais efetivo e inclusivo.

## **PARCERIA COM AS DEFENSORIAS PÚBLICAS**

### **O que é essa boa prática:**

A criação de uma rede regional de assessoramento jurídico no Centro-Oeste pode representar um avanço significativo para o fortalecimento das OSCs. Ao unificar esforços das Defensorias Públicas e promover a padronização de procedimentos, a iniciativa não só amplia o acesso à justiça, mas também contribui para a profissionalização e a sustentabilidade das organizações do terceiro setor. Essa rede visa integrar a expertise jurídica das Defensorias com as demandas específicas das OSCs, contribuindo para a regularização e o fortalecimento institucional dessas organizações.

## **PARCERIA COM MINISTÉRIO PÚBLICO**

### **O que é essa boa prática:**

A parceria com o Ministério Público representa uma iniciativa para garantir maior controle sobre a administração pública no cumprimento de ações previstas em lei, cumprimento de prazos e aplicação correta dos decretos estaduais. Além do monitoramento, a parceria entre as OSCs e o Ministério Público pode garantir boas práticas que inclua diretrizes claras sobre a elaboração, execução e prestação de contas das parcerias,

seguindo as normas estabelecidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014).

## **INCENTIVO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO**

### **O que é essa boa prática:**

O incentivo ao trabalho voluntário é uma ação estratégica para o fortalecimento do terceiro setor no Brasil, promovendo a participação cidadã e o engajamento social. No entanto, é necessário criar políticas e campanhas que incentivem ainda mais a participação da população, especialmente em um contexto de crescente demanda por ações sociais. É importante ressaltar que o trabalho voluntário não só fortalece as OSCs, mas também contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos voluntários.

## **ODS: PLANO PARA O AVANÇO DOS ODS NA REGIÃO CENTRO-OESTE**

### **O que é essa boa prática:**

A elaboração de um plano de desenvolvimento para a região Centro-Oeste, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é fundamental para promover um crescimento equilibrado e sustentável. O sucesso de um plano de desenvolvimento sustentável para o Centro-Oeste dependerá de metas claras, participação ativa da sociedade civil, articulação intergovernamental, monitoramento contínuo e parcerias estratégicas. As experiências brasileiras destacadas demonstram que, com um esforço coletivo e integrado, é possível promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

# ANEXO I

## SAIBA MAIS: A HISTÓRIA DA PLATAFORMA MROSC NO CENTRO OESTE

**O**s textos complementares do Anexo I, apresentados na seção “Saiba Mais”, oferecem um panorama aprofundado sobre a trajetória da Plataforma MROSC Centro-Oeste, destacando as principais etapas de sua consolidação enquanto espaço de articulação, diálogo e incidência política. O conteúdo retrata o caminho percorrido desde os primeiros processos de organização coletiva, passando pelas experiências acumuladas ao longo dos anos, até os avanços recentes que fortaleceram a presença e a atuação da rede na região.

Além disso, os textos evidenciam o papel estratégico da FAOSC – Federação das Organizações da Sociedade Civil na promoção do fortalecimento institucional das OSCs e na construção de um ambiente mais favorável à participação social. Também abordam a experiência inspiradora da Caravana do Terceiro Setor, iniciativa que percorreu os quatro estados da região, mobilizando lideranças, ampliando o diálogo entre sociedade civil e poder público e consolidando uma identidade regional comprometida com os princípios do MROSC.

De forma integrada, esses registros ajudam a compreender como a mobilização, a cooperação e o aprendizado coletivo moldaram o percurso da Plataforma MROSC até os dias atuais, servindo como referência para outras regiões do Brasil que buscam fortalecer suas redes e práticas colaborativas no campo do terceiro setor.

## **DE ONDE VIEMOS E PARA ONDE VAMOS**

A Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Plataforma MROSC - é uma rede representativa nacional de diversos movimentos sociais, entidades religiosas, OSC's, institutos, fundações privadas e cooperativas da economia solidária. Foi criada em 2010 com a finalidade de definir uma agenda comum de incidência da sociedade civil brasileira, em prol da melhoria de seu ambiente de atuação, seja pela regulação, seja pela produção e apropriação de conhecimentos. Composta por mais de 2 mil organizações signatárias no Brasil, cuja rede indireta alcança mais de 100 mil organizações, a Plataforma destaca o papel das OSC como patrimônio social brasileiro e pilar de nossa democracia.

## **AÇÕES DA PLATAFORMA MROSC CENTRO-OESTE (2019 - 2025)**

- **2019: O início da articulação da Plataforma MROSC Centro-Oestes**

A articulação do que viria a ser Plataforma MROSC Centro-Oeste começou em 2019, durante o Encontro da Caravana Centro-Oeste de Fortalecimento das OSCs, realizado nos dias 10, 11 e 12 de setembro no Hotel Nacional, em Brasília, evento realizado pela Plataforma MROSC com recursos da União Europeia. Naquele momento, ainda não havia a plena noção da profundidade e importância desse movimento. Estavam ali, um grupo de organizações da sociedade civil dos estados de

Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, reunidos para debater o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – a Lei nº 13.019/2014.

Na programação do evento, foram discutidos temas como o histórico da Lei das Parcerias, seus princípios e a forma como alguns estados, como a Bahia e Minas Gerais, com destaque para o município de Belo Horizonte, já avançavam em sua implementação. O ambiente era de partilha, escuta e construção coletiva. Ao final do encontro, representantes do Distrito Federal, se reuniram e decidiram dar um passo importante: construir uma articulação Distrital, a Plataforma MROSC DF. Esse foi o ponto de partida para o que mais tarde se consolidou como a Plataforma MROSC Centro-Oeste.



## **2020: INÍCIO DAS AÇÕES**

O ano de 2020 foi um ano importante para a Plataforma MROSC Centro-Oeste. Mesmo em meio aos desafios impostos pela pandemia, foi possível planejar e executar ações para o fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na região. Foi nesse contexto que foi idealizado e realizado o projeto “Terceiro Setor em Primeiro Lugar”, com foco em formação, mobilização e produção de conhecimento sobre as organizações da sociedade civil.

O objetivo era ampliar o alcance e o entendimento sobre temas prioritários para o terceiro setor. Para isso, foram realizados encontros virtuais e vídeos temáticos e foi elaborada uma cartilha didática que reunia conteúdos essenciais sobre as OSCs. Cada tema da cartilha foi aprofundado por meio de vídeos compartilhados nas redes sociais dos estados do Centro-Oeste. Essa estratégia ampliou o acesso à informação e contribuiu para o fortalecimento das organizações nos territórios.

### **ABAIXO UM RESUMO DOS TEMAS TRABALHADOS NA CARTILHA:**

#### **1. As OSCs no Brasil e no Centro-Oeste**

A construção de um panorama sobre a história e o surgimento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) revela que, no Brasil, mais de 77% dessas entidades foram criadas após 1991, impulsionadas pelo contexto democrático inaugurado pela Constituição de 1988, que fortaleceu a participação cidadã. No Centro-Oeste, esse percentual chega a quase 90%, demonstrando o quanto o fortalecimento das OSCs está diretamente ligado ao avanço da democracia e ao desejo de transformar realidades locais. Mesmo antes da formação do Estado brasileiro, iniciativas como

as Santas Casas de Misericórdia já evidenciavam o protagonismo da sociedade civil na promoção da justiça social. Assim, a trajetória das OSCs se confunde com a própria história da luta por direitos e equidade. Nesse contexto, a Plataforma MROSC Centro-Oeste destaca o papel estratégico dessas organizações como forças coletivas de ação, organização e transformação social em todo o país.

## **2. Quem somos, onde estamos e por que importamos**

De acordo com dados do IPEA e da FASFIL, o Centro-Oeste conta com mais de 80 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Além deste número existem muitas outras organizações que atuam sem a devida formalização, revelando um desafio quanto à sua identidade e visibilidade. Essa realidade reforça a necessidade de reconhecimento, mapeamento e valorização dessas organizações, que frequentemente atuam em territórios onde o Estado não alcança e, mesmo onde ele está presente, seguem respondendo às demandas reais das comunidades. As OSCs, portanto, não apenas preenchem lacunas, mas se afirmam como uma força essencial de transformação social na região.

## **3. A Origem dos recursos e a sustentabilidade do setor**

Outro ponto abordado foi a origem das receitas das OSCs considerando que a maior parte é destinada à saúde e à educação. No entanto, mais de 80% das OSCs desenvolvem seus projetos com recursos não governamentais. Esse dado revela a capacidade de mobilização de recursos e sustentabilidade financeira, mesmo diante de um ambiente pouco incentivador.

## **4. Empregabilidade e o valor econômico das OSCs**

No aspecto da empregabilidade, os dados são ainda mais expressivos. O setor das OSCs no Centro Oeste é o quarto maior

empregador, se considerados os voluntários, o que representa cerca de 456 mil empregos equivalentes a tempo integral, gerando um PIB de 39,5 bilhões de reais produzidos. Isso corresponde a quase 65% do total de servidores públicos, mostrando que o papel das OSCs não se limita ao social – são também parte essencial da economia real.

### **5. Voluntariado: O maior patrimônio**

No Centro Oeste, mais de 599 mil pessoas atuam como voluntárias, doando tempo, trabalho e recursos financeiros para as OSCs. Calcula-se que, em horas de trabalho, esse esforço representa mais de 117,674 mil empregos integrais por ano caso houvesse remuneração. E isso, sem contar gastos próprios que os voluntários têm com transporte, alimentação e comunicação. A Plataforma MROSC Centro-Oeste valoriza esse compromisso e orienta que todas as organizações celebrem o Termo de Voluntariado, conforme previsto na Lei nº 9.608/1998, registrando adequadamente esse trabalho, conforme as normas contábeis vigentes.

### **6. Eficiência e Impacto**

Segundo dados do FONIF, para cada 1 real que o Estado deixa de gastar com isenções às OSCs, 7 reais são retornados em serviços. As Organizações da Sociedade Civil atuam em pelo menos 75% da assistência social do Brasil, além de serem fundamentais nas áreas de saúde e educação. Os dados demonstram uma atuação altamente eficaz, com capacidade superior à média dos demais setores da economia.

### **7. Incentivos Fiscais: Uma luta necessária**

Em relação aos incentivos fiscais, já foram conquistados avanços importantes, especialmente na cultura, Fundos do idoso

e da criança e adolescente, porém, ainda há mais conquistas necessárias. A Plataforma MROSC Centro-Oeste defende um regime tributário justo e a ampliação dos incentivos para outras áreas, de modo a democratizar o acesso aos recursos e fortalecer quem realmente transforma a vida nos territórios.

## **2021: FORTALECENDO LAÇOS E CONSTRUINDO PONTES NO CENTRO-OESTE**

No ano de 2021, a Plataforma MROSC Centro-Oeste fortaleceu sua presença na região por meio de encontros virtuais com representantes do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esses encontros foram fundamentais para aprofundar o diálogo entre dirigentes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), promovendo um espaço de trocas de experiências, reflexões conjuntas e reconhecimento das realidades locais. O processo possibilitou uma maior interação entre os atores do terceiro setor, além de estimular a escuta ativa e a construção coletiva, que resultaram nos primeiros levantamentos sobre a atuação das OSCs, identificação de boas práticas e mapeamento dos desafios enfrentados em cada território.

Essa mobilização permitiu à Plataforma desenhar um perfil da articulação regional, revelando que cada estado se encontra em um estágio distinto de implementação e organização do MROSC. Essa diversidade demonstrou que o caminho da construção coletiva requer sensibilidade, respeito aos contextos e disposição para o trabalho conjunto. O processo de aproximação contribuiu para consolidar uma rede mais coesa e consciente de suas potencialidades, fortalecendo o compromisso de seguir promovendo um ambiente mais favorável, justo e transparente para as OSCs do Centro-Oeste. O ano de 2021 marcou, assim, o

plântio de sementes importantes, que seguem sendo cultivadas em prol do fortalecimento da sociedade civil e da transformação social na região.

## **2022: A FORÇA DA CARAVANA DO TERCEIRO SETOR**

Em 2022, a Plataforma MROSC Centro-Oeste deu um novo passo para o fortalecimento do terceiro setor na região, ao lançar, em Brasília, a Caravana do Terceiro Setor. A iniciativa percorreu seis cidades do Distrito Federal com o propósito de promover diálogo, formação e construção coletiva junto a dirigentes, lideranças comunitárias e representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Os encontros, que contaram com cerca de 100 participantes por cidade, envolveram também a participação virtual de pessoas de outros estados do Centro-Oeste, demonstrando o alcance e o engajamento gerado pela proposta. Nesse processo, foram compartilhadas boas práticas, discutidos desafios comuns e fortalecidas as conexões entre diferentes realidades, em um ambiente colaborativo e de aprendizado mútuo.

Durante as atividades da Caravana, a Plataforma promoveu formações voltadas à gestão das OSCs, à atuação em rede e às parcerias com o poder público, além de reunir propostas e contribuições relevantes para o fortalecimento institucional e político da sociedade civil. Essa experiência evidenciou o potencial das ações territoriais descentralizadas e da escuta qualificada na construção de um ecossistema mais integrado e participativo. Inspirada pelos resultados, a Plataforma iniciou o planejamento de uma Caravana do Terceiro Setor do Centro-Oeste, de caráter regional, voltada ao intercâmbio, à formação e à articulação entre os estados. Assim, consolidou-se um movimento contínuo de cooperação, crescimento e transformação

social, reafirmando o compromisso com o fortalecimento das OSCs e o desenvolvimento de um ambiente mais colaborativo e transparente em todo o Centro-Oeste.

## **2023: CONSOLIDANDO REDES E AMPLIANDO ARTICULAÇÃO REGIONAL**

Em 2023, a Plataforma MROSC Centro-Oeste iniciou um novo ciclo de fortalecimento e estruturação, consolidando aprendizados e ampliando sua atuação regional. Nesse contexto, foi realizado o Encontro da Caravana do Terceiro Setor do Centro-Oeste, em Brasília, reunindo representantes dos quatro estados da região para dialogar, refletir e planejar coletivamente os próximos passos. A partir desse encontro, a Plataforma promoveu encontros estaduais em Goiânia (GO) e Campo Grande (MS), aprofundando o diagnóstico das realidades locais, fortalecendo o engajamento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e ampliando o sentimento de pertencimento à construção regional. Esses espaços se destacaram pela natureza democrática e participativa, possibilitando a eleição de pontos focais e comitês facilitadores em cada estado, o que representou um avanço significativo na consolidação da governança e da representatividade regional.

Outro marco do período foi a criação da identidade visual da Caravana do Terceiro Setor do Centro-Oeste, símbolo da integração, diversidade e força coletiva da região. Essa identidade contribuiu para fortalecer a comunicação, a coesão e o reconhecimento público da Plataforma como movimento regional de referência. Com base nas contribuições dos encontros, foi construído um planejamento de ações estruturado e participativo, voltado para o fortalecimento institucional das OSCs e para a defesa de

um Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) mais justo e acessível. Assim, 2023 consolidou uma Plataforma mais articulada, representativa e potente, reafirmando o compromisso coletivo com a escuta, a cooperação e a construção conjunta de um ambiente mais democrático e favorável à sociedade civil no Centro-Oeste.

## **2024: APRENDENDO COM AS PRÁTICAS, CONSTRUINDO MEMÓRIA COLETIVA**

Em 2024, a Plataforma MROSC Centro-Oeste reafirmou seu compromisso com o fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) da região, realizando em Campo Grande (MS) mais um encontro regional. O evento reuniu representantes dos quatro estados e consolidou um processo crescente de escuta, articulação e cooperação entre os atores do terceiro setor. Nesse encontro, foi possível avançar no diagnóstico coletivo, com a sistematização das boas práticas desenvolvidas em cada estado. O momento foi marcado por trocas de experiências, valorização das iniciativas locais e reconhecimento das estratégias que vêm gerando resultados concretos nos territórios, fortalecendo a compreensão sobre a importância da diversidade e da inovação presentes nas ações das OSCs.

A partir de uma proposta do comitê facilitador de Goiás, iniciou-se de forma colaborativa a construção deste Manual de Boas Práticas do Centro-Oeste, um registro das iniciativas transformadoras e estratégias replicáveis para o fortalecimento institucional das organizações. A ideia rapidamente ganhou adesão dos demais representantes regionais, que reconheceram o potencial desse material como instrumento de inspiração e aprendizado coletivo. O processo de sistematização das experiências vem

sendo conduzido com o objetivo de consolidar o manual ao longo de 2025, transformando o conhecimento acumulado em ferramenta de valorização das OSCs. Em 2024, a Plataforma MROSC demonstrou que compartilhar saberes é um ato político e transformador, e que conectar experiências fortalece a inteligência coletiva necessária para enfrentar os desafios sociais com criatividade, legitimidade e impacto, consolidando uma rede cada vez mais viva, articulada e comprometida com o desenvolvimento democrático da sociedade civil.

## **2025: FORTALECENDO A PRESENÇA REGIONAL E A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

Em 2025, a Plataforma MROSC Centro-Oeste conseguiu a realização da Caravana do Terceiro Setor em todas as capitais da região. Essa conquista simboliza o amadurecimento da rede e o fortalecimento de sua capacidade de mobilização, articulação e incidência política. Cada estado promoveu encontros participativos, organizados com o apoio ativo dos comitês facilitadores e dos pontos focais eleitos de forma democrática nos anos anteriores. Essas instâncias se consolidaram como pilares para o enraizamento da Plataforma nos territórios, garantindo o respeito às singularidades locais e, ao mesmo tempo, a manutenção de uma identidade regional e colaborativa. As caravanas de 2025 ampliaram a visibilidade do movimento, estimularam o intercâmbio de boas práticas e fortaleceram o aprendizado coletivo entre as OSCs de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, promovendo trocas ricas de experiências, reflexões e soluções conjuntas.

Outro avanço foi o fortalecimento da comunicação regional. A Plataforma intensificou sua presença nas redes sociais,

tornando suas ações mais visíveis, acessíveis e transparentes. Isso permitiu alcançar novos públicos, atrair parceiros estratégicos e ampliar o reconhecimento da relevância do MROSC. Paralelamente, o diálogo com gestores públicos e instituições estratégicas cresceu de forma consistente, refletindo o reconhecimento da sociedade civil como parte legítima da construção de políticas públicas. A Caravana do Terceiro Setor consolidou-se como uma estratégia central da Plataforma, reunindo organizações representativas dos quatro estados para planejar uma agenda comum de fortalecimento institucional, abordando temas como a criação dos Conselhos de Fomento e Colaboração (Lei nº 13.019/2014), melhorias na tributação e incentivos fiscais às OSCs e a simplificação dos mecanismos de parceria com os setores público e privado. Assim, a Plataforma MROSC Centro-Oeste segue viva e pulsante, reafirmando seu compromisso com a construção de um ambiente mais justo, democrático e transparente para as organizações da sociedade civil em toda a região.

# ANEXO II

## SAIBA MAIS: OS ENCONTROS NOS ESTADOS, COMO ACONTECERAM E DETALHES DA SUA ORGANIZAÇÃO

**O**s textos complementares do anexo II, apresentados na seção “Saiba Mais”, detalham como ocorreram os encontros presenciais realizados nos últimos três anos, marcando uma nova fase das articulações regionais no Centro-Oeste. Diferentemente dos encontros virtuais promovidos entre 2020 e 2022, os encontros presenciais trouxeram novos desafios logísticos, de organização e de mobilização de participantes, exigindo um esforço coletivo para garantir a presença e o engajamento das organizações da sociedade civil em cada território.

Esses relatos mostram não apenas como se estruturou esse processo presencial, mas também como experiências concretas podem inspirar outras regiões do Brasil a fortalecerem suas próprias redes e articulações. Ao evidenciar os desafios enfrentados, as soluções encontradas e as potencialidades reveladas, os textos contribuem para uma troca qualificada de boas práticas, respeitando as especificidades estaduais e valorizando o papel das organizações locais.

Além disso, os encontros e seus registros reforçam a importância da cooperação entre sociedade civil e administração

pública, promovendo o desenvolvimento institucional das OSCs e o aperfeiçoamento das parcerias baseadas na transparência, confiança e corresponsabilidade. Em síntese, este material oferece um panorama prático e inspirador sobre como o trabalho articulado em rede pode gerar impacto real e fortalecer o MROSC em diferentes territórios do país.

## **SAIBA MAIS: AS ARTICULAÇÕES DA PLATAFORMA MROSC EM MATO GROSSO DO SUL**

Entre 2023 e 2025, o Mato Grosso do Sul se consolidou como um dos pólos de articulação do Terceiro Setor no Centro-Oeste, com a realização de encontros, caravanas e rodas de conversa voltadas ao fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Em 2023, o Encontro da Caravana do Terceiro Setor reuniu representantes de diversas instituições com o propósito de refletir sobre o Marco Regulatório das OSCs (Lei 13.019/2014) e discutir estratégias de captação de recursos. O evento, realizado em formato colaborativo, proporcionou uma imersão na história das OSCs, nas conquistas da Constituição de 1988 e nos desafios enfrentados com a burocratização e a criminalização do setor.

As discussões ressaltaram a importância da autonomia, da transparência e do fortalecimento das organizações locais, além da necessidade de ampliar o acesso a recursos públicos e privados. O segundo dia foi dedicado à troca de experiências entre o Distrito Federal e o Mato Grosso do Sul, com a apresentação de pesquisas, vídeos e relatos da Caravana e da Frente Parlamentar do Terceiro Setor. Esse intercâmbio inspirou a construção de um planejamento plurianual com metas concretas para os anos seguintes, consolidando um compromisso coletivo em defesa de um ambiente mais favorável para as OSCs.

O evento de 2023 foi encerrado com a sensação de união e propósito. A participação ativa dos representantes das OSCs demonstrou o potencial da construção coletiva e o poder do diálogo para impulsionar políticas públicas mais justas. A integração entre diferentes territórios e perfis de atuação permitiu o fortalecimento de redes e a valorização de experiências locais. O compromisso firmado foi claro: seguir juntos na defesa da sustentabilidade e do reconhecimento das organizações da sociedade civil como pilares da democracia participativa.

Em 2024, o foco das ações se ampliou com a realização de um grande encontro em Campo Grande, sob a liderança de instituições locais como o Instituto Moinho Cultural Sul-Americano e Instituto Maná do Céu Para os Povos. A mesa de abertura destacou o papel estratégico do Terceiro Setor no desenvolvimento regional, reforçando sua contribuição social e econômica. Foram apresentadas análises sobre o contexto do Centro-Oeste e os desafios enfrentados pelas OSCs, como a dependência de recursos públicos e a necessidade de diversificação de fontes de financiamento.

Um dos momentos mais inspiradores do evento foi a palestra de Kenny Bastos, que abordou os caminhos para a equidade e a sustentabilidade institucional das OSCs. Ele defendeu a criação de redes colaborativas e o fortalecimento da governança como instrumentos para a transformação social. Em seguida, a presença de representantes do poder público, da OAB e da Assembleia Legislativa ampliou o diálogo entre Estado e sociedade civil, reafirmando a importância das parcerias e da construção de políticas de longo prazo.

A especialista Mônica Barbosa Macedo apresentou estratégias de captação de recursos, abordando práticas eficazes

para a sustentabilidade financeira das organizações. Sua fala foi complementada por relatos inspiradores, como o de Márcia Rolon, do Instituto Moinho Cultural, que compartilhou a trajetória de impacto social de sua instituição em Corumbá. Esses exemplos reforçam o potencial das OSCs como agentes de transformação e inovação social.

Durante o encontro, foi iniciado o processo de elaboração do Manual de Boas Práticas do Terceiro Setor, construído de forma colaborativa entre as organizações presentes. A proposta visa reunir experiências bem-sucedidas e metodologias replicáveis, fortalecendo a atuação das OSCs na gestão e execução de projetos sociais. Essa ação marcou o início de um novo ciclo de sistematização do conhecimento produzido pelo Terceiro Setor.

Outro marco importante de 2024 foi a eleição do comitê facilitador da Plataforma MROSC/MS, composto por representantes da sociedade civil comprometidos com a implementação da Lei 13.019/2014. Essa instância democrática fortaleceu a governança e garantiu maior representatividade das OSCs nas discussões regionais e nacionais, consolidando o Mato Grosso do Sul como referência na articulação em rede.

Em 2025, a agenda se intensificou com a realização da Roda de Conversa da Caravana do Terceiro Setor, um espaço voltado à escuta e ao diálogo entre OSCs, governo e instituições de controle. O encontro destacou o papel fundamental da sociedade civil na formulação de políticas públicas e na defesa da transparência e da participação cidadã.

Durante o evento, o presidente da FAOSC, Mário Vasconcelos Filho, apresentou dados expressivos: o Terceiro Setor representa 10,7% dos empregos formais e 4,3% do PIB do estado, com alto retorno social sobre os investimentos. Ele alertou, con-

tudo, para a ausência de um CONFOCO estadual, o que fragiliza o diálogo entre governo e OSCs. A fala reforçou a urgência de institucionalizar canais de participação e controle social.

Aldiza Soares, da Secretaria Nacional de Articulação da Sociedade Civil, defendeu a criação de conselhos estaduais e municipais do Terceiro Setor, enquanto o deputado Pedrossian Neto destacou o bloqueio de R\$ 12 milhões em repasses às OSCs e sugeriu a criação de um relatório anual de transparência. Esses pontos reforçaram a necessidade de revisão das normas e de uma gestão mais eficiente e participativa dos recursos públicos.

O vereador Herculano Borges ressaltou o papel das OSCs em áreas onde o Estado não consegue atuar, especialmente no esporte e na assistência social. Outras lideranças também defenderam maior reconhecimento institucional e criticaram a transferência de responsabilidades sem o devido cofinanciamento. O debate evidenciou o consenso de que as OSCs não apenas complementam o Estado, mas são essenciais à garantia de direitos e à justiça social.

Entre as propostas mais significativas discutidas em 2025, destacou-se a criação do Observatório do Terceiro Setor, voltado ao monitoramento, mapeamento e divulgação de dados sobre as organizações, além da reativação da Frente Parlamentar do Terceiro Setor. Essas iniciativas pretendem fortalecer o diálogo político e fornecer subsídios técnicos para decisões mais assertivas.

Também foi confirmada a elaboração do Manual de Boas Práticas do MROSC, a ser finalizado ao longo de 2025, além da ampliação do uso das plataformas TransfereGov e Mapa das OSCs – ferramentas que garantem maior transparência e visibilidade às entidades. O grupo reforçou ainda a necessidade de revisar os valores de repasses públicos, especialmente para

instituições que atendem pessoas com deficiência, diante das disparidades regionais existentes.

O encerramento das atividades de 2025 reafirmou o compromisso coletivo das OSCs com a construção de um ambiente mais democrático e colaborativo. A escuta qualificada, o diálogo intersetorial e a produção de conhecimento foram reconhecidos como pilares do fortalecimento institucional do Terceiro Setor. A Caravana do Terceiro Setor no Mato Grosso do Sul consolidou-se, assim, como um espaço permanente de formação, incidência e transformação social.

Esses três anos de mobilização – 2023, 2024 e 2025 – deixaram como legado o fortalecimento das redes, a valorização das boas práticas e a construção de uma agenda comum para o futuro. As ações realizadas demonstram que o fortalecimento das OSCs depende da união entre sociedade civil, poder público e parlamento, e que a consolidação do MROSC é um caminho essencial para uma sociedade mais justa, participativa e inclusiva.

## **SAIBA MAIS: AS ARTICULAÇÕES DA PLATAFORMA MROSC O DISTRITO FEDERAL**

Em 5 de dezembro de 2023, o auditório da Biblioteca Nacional de Brasília foi palco de um encontro marcante em celebração ao Dia Internacional do Voluntariado. O evento reuniu representantes de organizações da sociedade civil (OSCs), gestores públicos e apoiadores em torno da Agenda MROSC, em uma roda de conversa promovida pela FAOSC, pela Plataforma MROSC Centro-Oeste e pela Secretaria-Geral da Presidência da República. A ação integrou o projeto da Caravana do Terceiro Setor, que tem percorrido a região fortalecendo o diálogo entre sociedade civil e Estado.

Desde o início, a proposta era clara: promover escuta, troca e construção coletiva. As exposições da manhã trouxeram reflexões sobre o papel das OSCs na formulação de políticas públicas, com destaque para falas de representantes da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e do Ministério da Gestão e Inovação, que apresentaram a Rede de Parcerias. O Governo do Distrito Federal também compartilhou experiências sobre a aplicação do MROSC localmente, apontando avanços e desafios.

Durante a tarde, as rodas de conversa permitiram que as OSCs compartilhassem dificuldades práticas desde a burocracia dos editais até as falhas na prestação de contas e elaborassem propostas conjuntas. As contribuições coletadas foram sistematizadas para envio à Frente Parlamentar do Terceiro Setor do DF, demonstrando o caráter propositivo e transformador do encontro.

Com cerca de 75 participantes, o evento representou um espaço de diversidade e fortalecimento mútuo. As falas evidenciaram o desejo comum de consolidar uma relação mais transparente e cooperativa entre Estado e sociedade civil. O encerramento destacou os aprendizados e a importância de seguir conectados, reforçando que o processo de fortalecimento das OSCs é contínuo e coletivo.

Em 27 de agosto de 2024, o campus da Universidade do Distrito Federal (UDF) recebeu o seminário “Desafios e Oportunidades para o Terceiro Setor”, parte da Caravana do Terceiro Setor em Brasília. O evento reuniu lideranças, especialistas e gestores para debater os rumos das organizações e as atualizações trazidas pelo Decreto Federal nº 11.948/2024, que modernizou o MROSC.

Os painéis abordaram ainda temas como Agenda 2030, ODS, e práticas ESG, reforçando a necessidade de um terceiro setor mais conectado aos desafios contemporâneos. O debate evidenciou a importância de parcerias sólidas entre governo e sociedade para a construção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Um dos momentos mais simbólicos foi o lançamento da FAOSC – Federação das Organizações da Sociedade Civil do DF e Entorno, que surgiu como resultado de anos de diálogo e articulação. A FAOSC foi apresentada como um instrumento de união e voz política para as OSCs, representando um marco na luta por reconhecimento e fortalecimento institucional.

O seminário também apresentou o Programa Rede Comunidade, voltado ao fortalecimento de iniciativas locais. As trocas entre participantes, os reencontros e as novas parcerias demonstraram o dinamismo do evento. O encerramento, com a entrega de certificados, simbolizou a valorização de cada participante e a consolidação de uma rede mais unida e propositiva.

Em 2025, a Caravana do Terceiro Setor retornou a Brasília com uma agenda de encontros estratégicos. A primeira reunião ocorreu na Secretaria-Geral da Presidência da República, com a participação de Aldiza Soares (CONFOCO) e Kathyana Bonafina (SRI). O diálogo destacou o papel das parcerias federativas e resultou no compromisso de elaborar uma proposta concreta de cooperação entre governo e OSCs.

À tarde, a caravana visitou o Ministério da Gestão e Inovação (MGI), onde Hugo Detru apresentou a plataforma Transferegov e abordou os desafios de difusão do conhecimento entre as OSCs. Como resposta, foi proposta a criação de pontos focais da

sociedade civil em cada estado, para multiplicar informações e fortalecer a comunicação entre redes locais.

Encerrando o dia, o grupo foi recebido na Câmara dos Deputados, pela equipe do deputado Reimont (PT-RJ), presidente da Frente Parlamentar Mista do Terceiro Setor. A reunião consolidou o início de um diálogo permanente sobre temas como regulamentação, financiamento e reconhecimento institucional das OSCs.

No dia seguinte, 18 de junho, o encontro ganhou amplitude com um evento no auditório da Presidência da República. Os pontos focais da Plataforma MROSC do Centro-Oeste compartilharam experiências e desafios, destacando o impacto das caravanas no fortalecimento institucional e na aproximação com gestores públicos.

A Mesa de Abertura contou com figuras de destaque como Kenarik Boujikian, Silvio Rocha Sant'Ana e Aldiza Silva, que reforçaram a importância de manter vivo o diálogo federativo e aprimorar os instrumentos do MROSC. Em seguida, a mesa temática sobre estratégias da Secretaria-Geral apresentou avanços em editais de fomento e ferramentas de gestão pública participativa.

Outro destaque foi a Mesa de Articulação Federativa da Região Centro-Oeste, com Kathyana Bonafina (SRI) e Hugo Detru (MGI), que enfatizaram o papel da integração entre ministérios na ampliação das oportunidades para as OSCs. A seguir, uma mesa sobre fortalecimento institucional reuniu nomes como Mário Vasconcelos Filho (FAOSC) e Pamela Ribeiro (Instituto ACP), apresentando boas práticas regionais.

A última mesa tratou de suporte técnico e jurídico para as organizações, com especialistas da OAB e do IPEA discutindo

governança, prestação de contas e sustentabilidade. As falas ressaltaram a urgência de garantir assessoria qualificada e marcos regulatórios acessíveis às OSCs de todos os portes.

O evento encerrou reafirmando o espírito colaborativo e o compromisso contínuo de fortalecer a sociedade civil. Aldiza Silva e Mário Vasconcelos destacaram que o verdadeiro impacto da Caravana está na constância do trabalho coletivo e na consolidação de políticas públicas construídas em parceria com as organizações sociais – reafirmando que o futuro do terceiro setor depende da cooperação, do diálogo e da presença ativa da sociedade civil nos espaços de decisão.

### **SAIBA MAIS: AS ARTICULAÇÕES DA PLATAFORMA MROSC EM VÁRZEA GRANDE E CUIABÁ - MT**

A articulação da plataforma MROSC de Mato Grosso teve uma contribuição de destaque na articulação Centro-Oeste, resultado de uma trajetória de engajamento e fortalecimento das OSCs locais. Desde 2023, representantes da Associação Caminhando Para Mais Um Sonho (ACAMIS) vêm participando de encontros nacionais e regionais, como a Caravana do Terceiro Setor em Brasília e o evento em Campo Grande, ampliando sua atuação institucional e política.

Esses representantes perceberam a necessidade de maior estrutura e qualificação para participar de processos coletivos. Assim, elegeram um ponto focal e formaram um grupo facilitador estadual, fortalecendo a representação de Mato Grosso dentro da Plataforma MROSC Centro-Oeste e contribuindo para uma articulação mais orgânica e democrática.

O primeiro contato com a Caravana do Terceiro Setor despertou entusiasmo e esperança. O grupo encontrou nela um espaço de apoio técnico e político, voltado à superação dos entraves históricos enfrentados pelas OSCs, como a burocracia

excessiva, o acesso desigual a recursos e a falta de reconhecimento institucional.

Durante os encontros, perceberam que suas dificuldades eram compartilhadas por outras organizações da região. As exigências burocráticas e o desconhecimento das legislações dificultam a atuação das OSCs menores, reforçando a importância da união em rede e da construção de soluções conjuntas.

A Plataforma se revelou um espaço estratégico para o fortalecimento coletivo. As trocas entre organizações de diferentes estados mostraram que os problemas são comuns e que o trabalho articulado potencializa os resultados. A Plataforma passou, assim, a ser vista não apenas como um conjunto de normas, mas como uma agenda viva de transformação social.

Com o tempo, a participação na Plataforma trouxe amadurecimento institucional. As OSCs passaram a compreender seu papel não apenas como executoras de projetos, mas como agentes de transformação e de defesa de direitos, contribuindo para adequações legais e fortalecimento das políticas públicas municipais.

Os participantes destacaram que o movimento também os transformou enquanto gestores. Aprofundaram seus conhecimentos em governança, transparência, compliance e advocacy, aprimorando tanto a gestão interna das organizações quanto sua capacidade de dialogar com o poder público.

Um dos maiores ganhos relatados foi o sentimento de pertencimento. Saber que outras OSCs enfrentam desafios semelhantes e caminham juntas fortaleceu a motivação e o compromisso coletivo. A Plataforma tornou-se um espaço de acolhimento, troca e esperança.

O sonho coletivo para os próximos anos é ver todas as OSCs de Mato Grosso atuando em parceria com o poder público, com menos entraves e mais reconhecimento. A meta é construir um terceiro setor mais forte, justo e unido, onde cada dirigente saiba que não está sozinho nessa caminhada.

Em março de 2024, durante o evento promovido pelo Giro Filantropia, a articulação regional foi fortalecida com a participação de Zeca Teodoro, representante do Centro-Oeste. Ele destacou conquistas, avanços e desafios, reforçando a importância da cooperação entre estados e o papel da FALM e da ACAMIS-MT nesse processo.

A entrada de novos parceiros ampliou a capacidade de articulação e aprendizado da rede regional. O compartilhamento de experiências fortaleceu o vínculo entre as OSCs e consolidou uma base sólida para futuras ações de fortalecimento institucional na região.

Com vistas ao Encontro Centro-Oeste da Caravana do Terceiro Setor, previsto para 2025 em Cuiabá, o comitê facilitador iniciou reuniões preparatórias ainda em janeiro, discutindo a programação, a identidade visual, os convidados e a agenda política, além da organização de reuniões com o poder público e parceiros locais.

Durante essas reuniões, o grupo enfrentou desafios e aprendizados. Um encontro com a Prefeitura de Várzea Grande evidenciou a falta de conhecimento do executivo sobre as pautas da sociedade civil, enquanto a reunião com um deputado estadual trouxe avanços concretos, como a proposta de uma Câmara Setorial Temática (CST) e formações para o terceiro setor.

O evento principal, realizado em 22 de março, contou com palestras e painéis sobre o CONFOCO, o fortalecimento institucional, ESG, gestão e impacto social. Representantes da Plataforma MROSC-DF, de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso apresentaram boas práticas e experiências exitosas, reafirmando o papel do movimento como espaço de articulação e aprendizado.

Aldiza Soares deu início às palestras abordando o CONFOCO e a agenda MROSC nos estados, destacando sua relevância para a estruturação e sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Em seguida, aprofundou-se no fortaleci-

mento institucional, reforçando a necessidade de capacitação e articulação política para o setor.

Após um breve intervalo para lanche, Ana Lucialdo, consultora em ESG do Agro e pesquisadora da UFMT, conduziu a palestra “Descomplicando o Terceiro Setor: Desafios e Oportunidades para o Fortalecimento Institucional”, trazendo insights sobre como as OSCs podem se adaptar às novas demandas sociais e ambientais.

Logo após, Erika Sanchez Saez, diretora executiva do Instituto ACP, encerrou o turno da manhã com uma exposição sobre estratégias de gestão e impacto social, compartilhando experiências práticas de fortalecimento de OSCs.

No período da tarde, Mário Vasconcelos Filho, presidente da FAOSC, retomou os trabalhos com uma palestra sobre o MROSC, destacando sua aplicação e benefícios para as organizações. Em seguida, Aletéa Rufino, gerente de investimento social da FALM, compartilhou a experiência da fundação no apoio a OSCs, movimentos e coletivos sociais, reforçando a importância de parcerias estratégicas.

A programação seguiu com uma sessão de boas práticas regionais, iniciada por Sérgio Nascimento e Mário Vasconcelos, pontos focais da Plataforma MROSC-DF, que apresentaram casos de sucesso no Distrito Federal. Na sequência, Mônica Barbosa e Carla Rodrigues, representantes de Mato Grosso do Sul, discutiram ações eficazes para o terceiro setor no estado.

Jordana Oliveira e Eduardo Mota, pontos focais de Goiás, abordaram iniciativas bem-sucedidas em seu território, enquanto Mayhara Corrêa, representante de Mato Grosso, encerrou o ciclo de apresentações com exemplos de fortalecimento institucional em MT.

Encerrando o encontro, as considerações finais reforçaram a importância da continuidade das formações, do fortalecimento das redes e da adoção de políticas públicas como o MROSC. O evento cumpriu seu objetivo de inspirar, conectar e fortalecer o

terceiro setor da região Centro-Oeste, reafirmando o compromisso coletivo com a transformação social e institucional.

## **SAIBA MAIS: OS ENCONTROS PARA A REALIZAÇÃO DA CARAVANA DO TERCEIROS SETOR EM GOIÁS**

Os Encontros Estaduais em Goiás representam um capítulo na construção de uma sociedade civil organizada, resiliente e estratégica.

Em novembro de 2023, foi realizada a I Caravana do Terceiro Setor em Goiânia-GO. O encontro proporcionou um espaço de aprendizado, colaboração e networking, com o objetivo de capacitar organizações, gestores públicos e profissionais que atuam na área. O tema do evento foi o Fortalecimento Institucional e a Captação de Recursos.

O encontro contou com aproximadamente 80 pessoas representantes de organizações da sociedade civil de Goiás e iniciou-se com fala da Sucena Hummel, presidente do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de Goiás que apresentou o apoio do conselho para a o fortalecimento da relação entre OSCs e contadores do estado, citando o apoio na campanha ao Leão Solidário que estimula a doação aos fundos por meio de destinação de parte do imposto de renda.

Em seguida, foi conduzido por Jordana Oliveira uma apresentação do contexto do terceiro setor em Goiás, oferecendo informações a partir de dados fornecidos pelo IBGE e o Mapa das OSCs. Essa apresentação proporcionou compreensão de quem são as OSCs de Goiás e de como atuam a partir da construção de um panorama de análise considerando aspectos como quantidade, perfil, áreas de atuação, geração de empregos e voluntariado. Na sequência foi realizada uma palestra dedicada à captação de recursos para o terceiro setor, oferecendo às organizações participantes ferramentas e estratégias essenciais para garantir sua sustentabilidade financeira e ampliar seu impacto na comunidade.

No período vespertino foi realizada apresentação pelo Conselheiro Ceciliano, da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, (CNODS), instituída pelo Decreto Presidencial nº 11.704, de 14 de setembro de 2023, com o objetivo de demonstrar como a agenda MROSC pode se alinhar e contribuir para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, no país. Esse alinhamento estratégico visa à promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Um importante diálogo foi estabelecido com representantes do poder público, incluindo a vereadora do município de Goiânia Kátia Maria e Aldiza Soares da Silva, Secretária-Executiva, da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração, da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR). Juntas, discutiram-se maneiras de fortalecer a colaboração entre a administração pública e as organizações da sociedade civil em Goiás.

Os participantes se reuniram para discutir e contribuir para a construção do Manual de Boas Práticas do Terceiro Setor, em Goiás. Esse esforço colaborativo estabeleceu diretrizes e padrões de excelência para orientar as organizações em suas atividades e promover a troca de experiências bem-sucedidas para aprimorar suas práticas. O encontro culminou com a eleição do Comitê Facilitador de Goiás, composto por representantes de diversas localidades do estado. Esses líderes assumiram o compromisso de promover a colaboração e a governança participativa, fortalecendo o Terceiro Setor e impulsionando o desenvolvimento social em toda a região.

Em abril de 2025, foi realizada uma agenda de incidência política e diálogo interinstitucional em Goiânia. As atividades concentraram-se na Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), com a presença de representantes-chave do Legislativo nos níveis municipais e estaduais. Entre os convidados, destacaram-se chefes de gabinetes da deputada federal Adriana Accorsi, além

de vereadores de Goiânia, como Fabrício Rosa e Edward Madureira. Destacou-se a presença do deputado estadual Mauro Rubem e da vereadora de Goiânia, Kátia Mária.

O debate centrou-se na construção de uma agenda colaborativa entre o terceiro setor e o poder legislativo, com ênfase na criação do CONFOCO (Conselho de Fomento e Colaboração) no estado. A conversa avançou na reflexão sobre mecanismos legais para ampliar a participação da sociedade civil nas políticas públicas, reforçando a necessidade de projetos de lei que fortaleçam a governança e a transparência no setor.

No período da tarde, o diálogo foi estabelecido com o Ministério Público de Goiás (MPGO), com a participação de autoridades como o Dr. Pedro de Mello Florentino (Coordenador da Infância e Juventude) e o Dr. André Lobo Alcântara Neves (Coordenador de Políticas Públicas e Direitos Humanos). O encontro reuniu ainda representantes de conselhos estaduais e entidades como o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-GO), a OAB-GO e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI-GO), que debateram estratégias para aprimorar a articulação entre instituições públicas e organizações da sociedade civil (OSCs). A pauta incluiu a formalização de parcerias, a prestação de contas e a defesa de direitos fundamentais, consolidando uma agenda de cooperação técnica e política.

O dia 26 de abril foi dedicado à formação e planejamento estratégico, realizado no Instituto Rizzo. O evento foi iniciado com um momento de acolhimento e reflexão sobre o histórico da Caravana, conduzido por Jordana Oliveira, com destaque para a trajetória do projeto e seus objetivos: fortalecer redes, promover capacitação e influenciar políticas públicas. A Rede de Parcerias, representada por Renata Batista, apresentou oportunidades de formação continuada para OSCs, enquanto Michele Rocha, representante da Plataforma Conjunta, enfatizou a importância do fortalecimento institucional como alicerce para a sustentabilidade das organizações.

As palestras seguiram com temas críticos para o setor, Mário Vasconcelos abordou o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), ressaltando que se trata de uma “agenda viva”, que exige não apenas conhecimento técnico, mas engajamento para seu aprimoramento contínuo. Peter, por sua vez, provocou reflexões sobre a relação entre OSCs e a administração pública, destacando a necessidade de compreender as limitações e desafios dos gestores públicos, como a burocracia e a aversão a riscos, para construir parcerias mais eficazes.

Silvio Almeida, em suas intervenções, reforçou a importância de pensar estrategicamente, indo além das demandas imediatas do poder público. “Precisamos valorizar o papel transformador do terceiro setor e apresentar propostas que reflitam nossa capacidade de inovação social”, destacou. Na sequência, Eduardo Mota contextualizou os Diálogos em Goiás, enfatizando a sinergia entre movimentos sociais, entidades e apoiadores para ampliar o impacto das ações.

A tarde foi dedicada aos Grupos de Trabalho (GTs), coordenados por Rafael Marcelino (Comitê Facilitador de Goiás), que focaram em três eixos: 1) Captação de Recursos e Sustentabilidade, 2) Formação Continuada e 3) Relações com a Administração Pública. Os participantes elaboraram estratégias práticas, como a criação de fundos colaborativos, a estruturação de programas de mentoria e a construção de protocolos para o diálogo com o setor público. As propostas foram sintetizadas em uma plenária final, marcada pela energia coletiva e pelo compromisso com a implementação das ideias.

O Encontro de Goiás contribuiu na jornada da Caravana do Terceiro Setor, reforçando a importância da articulação multissetorial e da formação política para o avanço das OSCs. Os resultados serão levados aos próximos eventos da Caravana, alimentando uma agenda nacional que busca não apenas responder aos desafios atuais, mas antecipar futuros possíveis para a sociedade civil brasileira.

A Caravana do Terceiro Setor, ao levar essas experiências para outras capitais, carrega um recado claro: o futuro das políticas públicas depende da capacidade de escutar, incluir e cocriar com quem está na linha de frente das transformações sociais. Para Jordana, Eduardo e o Comitê Facilitador, o desafio agora é garantir que as sementes plantadas em 2023-2025 germinem em políticas perenes – porque, como bem resumiu Eduardo, “as organizações da sociedade civil não são um projeto, mas um movimento: vivo, plural e indispensável para a democracia”.

# ANEXO III

## ESCRITORES DO LIVRO

### Pontos focais estaduais e consultores:

**O**s textos complementares do Anexo III, trazem um retrato do perfil dos autores e autoras que contribuíram para a construção deste livro. A escrita coletiva representou um grande desafio, pois envolveu múltiplas vozes, formações e trajetórias, mas também se transformou em um rico processo de aprendizado compartilhado. Reunir tantas pessoas com perspectivas distintas exigiu diálogo, escuta e colaboração — valores que refletem a própria essência do trabalho no terceiro setor.

Sistematizar experiências é, por si só, um exercício transformador. Ao registrar práticas, reflexões e resultados, os autores demonstram que aprender com as vivências do outro é uma poderosa ferramenta de aprimoramento institucional e social. Este anexo é a prova viva de que a diversidade de experiências, sejam elas técnicas, acadêmicas, profissionais e emocionais fortalece o coletivo e amplia a capacidade de gerar impacto social real. Pessoas de diferentes idades, formações e trajetórias uniram-se com um mesmo propósito: contribuir para um mundo mais jus-

to, solidário e sustentável, construindo juntas um conhecimento plural, colaborativo e profundamente humano.

## **PONTOS FOCAIS DO DISTRITO FEDERAL**

### **Mário Vasconcelos Filho**

Conselheiro titular do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração - CONFOCO, Presidente da Federação das OSCs do DF e Entorno; Técnico em Contabilidade; Gestor de Projetos de Sustentabilidade pela UFMG. Foi Coordenador do Desafio Jovem Hebrôm em Vargem Alegre - MG (Comunidade Terapêutica e Creche para crianças de 06 meses a 7 anos) de 2002 a 2004; Membro do projeto Oficina da Alegria em Muriaé-MG ( Grupo de palhaços em visita a hospitais, asilos e creches da cidade - 2005/2006); Coordenador do Projeto Pagode Gospel com abrigados do Desafio Jovem de Ubá em Ubá-Mg (2009); Coordenador da Comunidade Terapêutica Renascer, Samambaia-DF de 2016 a 2018; Secretário Executivo do Instituto Getsêmani - Taguatinga-DF; Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Reformada de Brasília; Pós-graduado em MBA em Gestão Estratégica do Terceiro Setor, Membro do Conselho Facilitador da Plataforma MROSC DF desde 2020 e apresentador do programa de TV Terceiro Setor Em Primeiro Lugar pela TVN Brasil.

### **Sérgio de Cássio**

Conselheiro titular do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração - CONFOCO, atuando na área de criança e adolescente desde 1996, tendo participado de conselhos e programas voltados para a defesa de direitos. Graduado em Ciências da educação e Pós-graduado em MBA em Gestão Pública e Pós-graduado em MBA em Gestão Estratégica do Terceiro Setor,

além de ter feito diversos cursos relacionados ao terceiro setor ao longo da sua trajetória. Tendo captado recursos e executado mais de 50 projetos, recebeu 17 prêmios por sua atuação na área social. Nos últimos 5 anos vem trabalhando para o desenvolvimento do terceiro setor no DF e Centro Oeste, alcançando cerca de 300 OSCs, atualmente está no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC DF e apresentador do programa de TV Terceiro Setor Em Primeiro Lugar pela TVN Brasil.

## **PONTOS FOCAIS DE MATO GROSSO DO SUL**

Mônica Macedo

Atua na sustentabilidade com captação de recursos através da elaboração de projetos para concorrer a editais e convênios governamentais. Trabalha na causa dos Direitos da Criança e do Adolescente, atuando como Conselheira Municipal e Estadual sendo que neste último ocupou a cadeira da presidência no biênio 2019/2021. Formada em História e Filosofia pela Universidade Católica do MS. Membro da Associação Brasileira de História Oral, da Associação Brasileira de Captadores de Recursos e da Rede Filantropia. Participa das ações da Plataforma MROSC como representante do Instituto Moinho Cultural Sul-Americano.

### **Carla Rodrigues**

Mulher, negra, mãe de quatro filhas e um filho, cristã, empreendedora social, militante de direitos humanos principalmente no que tange o direito de crianças e adolescentes, em 2012 atuou como Coordenadora Pedagógica do Projeto Velozes do Amanhã patrocinado pelo Programa Esporte e Cidadania da Petrobras. Possui formação complementar em Gestão Escolar I e II: Elementos Práticos da Gestão Para a Promoção do Sucesso do

Processo Educativo; Curso em “Cultura e Educação”, pelo Portal Educação UCDB; Trabalho social com famílias (Terra dos Homens), entre outros. Preside o Conselho Estadual do direito da criança e do adolescente (mandato 2023/2024). Presidiu o Conselho Estadual do direito da criança e do adolescente de MS (mandato 2015/2016), Carla Rodrigues se formou na Falcons University em dezembro de 2021, essa trajetória vem imbuída de uma série de desconstruções diárias e novos aprendizados. Membro da academia Sul Mato-grossense de Letras, cadeira Nº 12 e Ponto Focal da Plataforma MROSC no Mato Grosso do Sul.

## **PONTOS FOCAIS DE GOIÁS:**

### **Jordana Oliveira**

Produtora audiovisual, cultural e comunicadora com graduação em Publicidade e Propaganda e mestrado em Comunicação - Mídia e Cultura, ambos pela Universidade Federal em Goiás (UFG). É empreendedora social e diretora-executiva do Instituto EcomAmor, OSC goiana que promove a educação socioambiental em Goiás desde 2016. Atua como conselheira do CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente) de Goiás, do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) de Goiânia e do CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional) em Goiânia. É ponto focal da Plataforma MROSC Centro-Oeste em Goiás.

### **Eduardo Mota**

Psicólogo e Educador Social; Especialista em Juventude; Coord. Nacional de Finanças do Movimento de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR); Integrante do Comitê de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino; Integrante da Coord. do Movimento

Nacional de Direitos Humanos em Goiás (MNDH-GO); Conselheiro Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CED-CA-GO); Ex-Conselheiro Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Mediador do Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica (COMPOR/MPGO).

## **PONTO FOCAL DE MATO GROSSO:**

### **Mayhara Patricia**

Mayhara Patrícia Silva Correa é empresária no setor da construção civil, contadora por formação e referência na gestão de projetos sociais em Mato Grosso. Aos 35 anos, acumula mais de oito anos de experiência como gestora na Associação Caminhando Para Mais Um Sonho (ACAMIS), onde atua como ponto focal da plataforma MROSC-MT, articulando políticas públicas e promovendo impacto social em comunidades em situação de vulnerabilidade.

Especialista em captação de recursos e prestação de contas, Mayhara formou-se na área pela Falcons Universidade, vinculada à rede Gerando Falcões, e tem se destacado por sua atuação estratégica na estruturação e sustentabilidade de projetos do terceiro setor.

Atualmente, é presidente do Conselho Municipal de Cultura de Várzea Grande e integra o Conselho de Assistência Social e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do município, contribuindo ativamente para o fortalecimento das políticas públicas locais.

Casada e mãe de três filhos, Mayhara concilia sua trajetória profissional com a vida familiar e o cuidado com a saúde, man-

tendo uma rotina equilibrada com prática regular de musculação e alimentação saudável.

## **CONSULTORES E ESCRITORES:**

### **Zeca Teodoro**

Paulistano da Zona Leste, filho de mãe negra e pai branco. Graduado e Licenciado em Ciências Sociais (USP e PUC/SP), Especialista em Estado, Governo e Políticas Públicas (UnB), Mestre e doutorando em Ciência Política (UFSCar). Membro da equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, para o Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Na Administração Pública Federal, além do Ipea, também atuou no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Presidência da República e Casa Civil da Presidência, como Gerente de Projetos no CDES, o Conselhão. É pesquisador do NESEFI, Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e Finanças (UFSCar) e estuda as relações entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil há duas décadas.

### **Peter Aquino**

Licenciado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Atuação preponderante em Terceiro Setor e Gestão Estratégica de Organizações da Sociedade Civil (OSC), há mais de 15 anos. MBA em Gestão Estratégica do Terceiro Setor pela UniDF, Pós-graduação em Contabilidade Forense e Investigação de Fraude, Pedagogo e Acadêmico de Direito 8º semestre. Membro da Comissão do Terceiro Setor do CRC/DF, Membro Colaborador da Comissão Especial de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e da Comissão Especial de Compliance da OAB/SP. Foi Diretor de Prestação de Contas, Gestor de parcerias, Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA),

Chefe de Assessoria de Monitoramento de Parcerias em diversas Secretarias de Estado do Governo do Distrito Federal (GDF). Professor de Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor. Instrutor da Escola de Governo do GDF: Teoria e Prática da Plataforma Parcerias GDF e Convênios IN 01/2005 - CGDF. Multiplicador da Teoria MROSC e Transferegov Módulos A e B. Consultor da FAOSC Federação das OSC do DF e Entorno e Plataforma MROSC DF e CO.

### **Aldiza Soares da Silva**

Aldiza Soares da Silva é Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (CONFOCO), vinculado à Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Secretaria Geral da Presidência da República. Ela desempenha um papel fundamental na promoção de boas práticas e no fortalecimento das parcerias entre organizações da sociedade civil e a administração pública federal. Aldiza tem uma trajetória marcada pelo engajamento em causas sociais, iniciada na Pastoral da Criança, e pelo trabalho na elaboração e execução de políticas colaborativas que ampliam a participação social e promovem o diálogo entre Estado e sociedade. Sua atuação contribui diretamente para a governança democrática e o fortalecimento do controle social no Brasil, liderando iniciativas que incentivam a criação e o funcionamento de conselhos de fomento e colaboração em diversos níveis da federação.

### **Silvio Rocha Sant'Ana**

Economista agrícola e mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Sorbonne (França), possui mais de cinco décadas de atuação em políticas públicas, desenvolvimento regional

e sustentabilidade, com ênfase no combate à desertificação e no fortalecimento do terceiro setor. Como superintendente da Fundação Grupo Esquel Brasil e membro de conselhos nacionais (CONAMA, CONFOCO, Comissão ODS), liderou iniciativas como o Programa “Um Milhão de Cisternas” (ASA) e a elaboração do 1º Plano Nacional de Combate à Desertificação. Atuou como consultor para PNUD, Banco Mundial e BID, além de contribuir com projetos de financiamento sustentável para a Caatinga.

# GLOSSÁRIO

**CONFOCO** - O Conselho de Fomento e Colaboração é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, criado para promover a gestão democrática, o diálogo institucional e a transparência na implementação da Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

**COMITÊ FACILITADOR** - Uma instância de articulação, mobilização e fortalecimento da sociedade civil na promoção, defesa e efetivação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Seu papel central é facilitar o diálogo entre organizações da sociedade civil, poder público e outros atores sociais, promovendo a implementação qualificada da Lei nº 13.019/2014 em diferentes territórios.

**CST** - (Câmara Setorial Temática) é um espaço de articulação, escuta qualificada, participação social e construção coletiva dentro de plataformas, fóruns ou conselhos, voltado para debater, propor e acompanhar políticas públicas ou temas específicos de interesse da sociedade civil.

**DECRETO** - Um decreto é um ato normativo expedido pelo Chefe do Poder Executivo (Presidente da República, Governador ou Prefeito), com o objetivo de regulamentar leis, organizar a

administração pública ou dispor sobre matérias de competência exclusiva do Executivo.

**FAOSC** - Federação das Organizações da Sociedade Civil e Entorno é uma entidade formada por organizações da sociedade civil (OSCs) da região do Distrito Federal e Entorno, com o objetivo de representar, articular, fortalecer e defender coletivamente os interesses das OSCs, promovendo a atuação em rede, a qualificação institucional e a incidência nas políticas públicas.

**FUNDAÇÃO** - Uma fundação é uma entidade privada sem fins lucrativos, criada por meio de patrimônio destinado de forma permanente para a realização de atividades de interesse público, como ações nas áreas de educação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social, pesquisa científica, entre outras.

**MAPA DAS OSC DO IPEA** - O Mapa das OSCs é um portal de transparência e conhecimento que centraliza estatísticas e informações sobre organizações da sociedade civil no Brasil, fornecendo dados georreferenciados, indicadores socioeconômicos associados às regiões e a possibilidade de atualização por parte das próprias OSCs

**MROSC** - O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) é uma agenda que compõe um conjunto de normas legais, princípios e diretrizes que regula as parcerias entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no Brasil, com o objetivo de valorizar, reconhecer e qualificar a atuação das OSCs na execução de políticas públicas, promovendo a transparência, a segurança jurídica, a participação social e a gestão democrática.

**PLATAFORMA MROSC** - A Plataforma MROSC é uma articulação nacional, plural e autônoma da sociedade civil,

formada por organizações, redes, fóruns, coletivos e movimentos sociais comprometidos com a implementação qualificada, a defesa e o fortalecimento do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) no Brasil.

**PONTO FOCAL** - O Ponto Focal da Plataforma MROSC é uma pessoa ou coletivo designado em cada estado para atuar como facilitador local da Plataforma MROSC, sendo responsável por articular, mobilizar e fortalecer a implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) no território estadual.

**OSC** - Uma Organização da Sociedade Civil (OSC) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que atua de forma autônoma e voluntária para promover interesses públicos ou sociais, contribuindo para o desenvolvimento comunitário, a defesa de direitos e a melhoria da qualidade de vida da população.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Mapa das OSCs do IPEA	<a href="https://mapaosc.ipea.gov.br/">https://mapaosc.ipea.gov.br/</a>
FALM	<a href="https://fundacaoandreeluciamaggi.org.br/">https://fundacaoandreeluciamaggi.org.br/</a>
Plataforma MROSC	<a href="https://plataformaosc.org.br/">https://plataformaosc.org.br/</a>
Plataforma Conjunta	<a href="https://conjunta.org/">https://conjunta.org/</a>
Instituto ACP	<a href="https://www.institutoacp.org.br/">https://www.institutoacp.org.br/</a>
CONFOCO	<a href="https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/confoco">https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/confoco</a>



# BIBLIOGRAFIA

## Referências:

GOVERNO DE GOIÁS. *Programa Goiás Social*. Goiânia, 2021.

GOVERNO DE MATO GROSSO. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável*. Cuiabá, 2022.

GDF. *Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, 2022.

SENAR-MS. *Programa Agro 4.0*. Campo Grande, 2022.

UFG. *Observatório do Cerrado*. Goiânia, 2022.

ALMEIDA, F. (2020). *O papel do assessoramento jurídico no fortalecimento do terceiro setor*. *Revista de Direito e Sociedade*, 14(2), 125-147.

Defensoria Pública da União. (2020). *Relatório Anual: Desafios e Conquistas*. Brasília: DPU.

COSTA, R. (2019). *Redes regionais e o acesso à justiça para OSCs*. São Paulo: Editora FGV.

SILVA, M. (2018). *A articulação interinstitucional no assessoramento jurídico às OSCs*. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 52(3), 435-456.

SOUZA, J. P. (2021). *O impacto da capacitação jurídica nas organizações do terceiro setor*. Belo Horizonte: UFMG.

SILVA, J. F. (2020). *Observatórios e Accountability no Terceiro Setor*. *Revista de Políticas Públicas*, 15(2), 123-140.

ALMEIDA, F. (2019). *A Importância dos Observatórios na Produção de Conhecimento para o Terceiro Setor*. São Paulo: Editora FGV.

CARVALHO, L. M. (2018). *Participação Social e Observatórios do Terceiro Setor: Um Estudo Multidimensional*. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 52(4), 512-533.

SILVA, M. A. (2021). *Advocacy e a Utilização de Dados no Terceiro Setor: Desafios e Oportunidades*. Salvador: UFBA.

SOUZA, P. R. (2019). *Transparência e Controle Social: Lições do Terceiro Setor em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Revista de Administração e Desenvolvimento.

SOUZA, M. A. (2018). *Tratamento Tributário e Sustentabilidade no Terceiro Setor*. São Paulo: Editora FGV.

FERREIRA, L. R. (2019). *Incentivos Fiscais e o Impacto no Financiamento das OSCs*. *Revista de Administração Pública*, 53(4), 732-754.

Governo do Estado de Minas Gerais. (2020). *Programa de Anistia Tributária para OSCs*. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais.

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). (2021). *Simplificação Fiscal e Contábil no Terceiro Setor*. Brasília: ENAP.

NUNES, A. & PEREIRA, R. (2021). *Incentivos Fiscais para Doações: Benefícios Tributários no Financiamento do Terceiro Setor*. Recife: Editora UFPE.





EDITORA  
CRUZ